

LUCIA VAN DEN BERGH

Porque prevaleceu a paz

Moçambicanos respondem



LUCIA VAN DEN BERGH

Porque prevaleceu a paz

Moçambicanos respondem



AWEPA, Associação de Parlamentares Europeus com África

Índice

Prefácio

Agradecimentos 7

Introdução

- 1 Introdução 9
- 2 A guerra e a Renamo: como foi possível começar? 13

Preparação para a paz

- 3 Envolvimento das igrejas 27
- 4 Negociações e acordo 31

O período de transição e o que se seguiu

- 5 Reconciliação 39
- 6 A missão de paz das Nações Unidas e a comunidade internacional 47
- 7 Educação Cívica no período de transição 63
- 8 Eleições 77
- 9 Estará a História a ser reescrita? 87

Eleições não são o fim da estória

- 10 O parlamento arranca 95
- 11 Democracia e as organizações da população 105

Cumpriram-se as expectativas?

- 12 Credibilidade das instituições democráticas 111
- 13 Governação local 117
- 14 Pobreza e estabilidade 125

Conclusões

- 15 Porque funcionou o processo de paz? 129

Anexos

- Datas Históricas 136
- Lista de entrevistados 138
- Lista de abreviaturas 143

Prefácio

Foi muito interessante para mim ler o livro escrito por Lucia van den Bergh, antiga representante da AWEPA em Moçambique, que trabalhou nesta capacidade durante seis anos demonstrando um empenho impressionante e duradouro.

As pessoas dizem que a África do Sul é um “milagre”. A política do apartheid com toda a sua intimidação, opressão e agressão terminou, não com um banho de sangue, mas por meios pacíficos. Esta resolução não violenta aconteceu graças à sabedoria de ambos os lados, o oprimido e o opressor.

Mas há muitas razões pelas quais Moçambique pode ser considerado também um milagre, embora tenha passado por um processo diferente do da África do Sul. Moçambique é visto por todo o mundo como tendo obtido um processo de paz de sucesso, mas não é dada muita atenção aos factores que tornaram Moçambique único. É o que este livro faz!

É um livro particularmente interessante porque se baseia em informação prestada por pessoas que desempenharam papéis cruciais na fase de transição em Moçambique, desde a guerra até à paz. Moçambique é único na sua combinação de transição sem atritos de um movimento de guerrilha para um partido de oposição, de desmobilização eficaz e ausência de uma comissão de verdade e reconciliação tal como ocorreu na África do Sul – para não mencionar a ausência de julgamentos de crimes de guerra!

Como foi isto possível? O que impediu o processo de paz de colapsar? Porque funciona um parlamento multi-partidário nesta situação? Este livro conta uma estória que não foi contada antes e será um trabalho influenciador para quem quer que pesquise ou analise guerras civis.

Sinto-me grato por a AWEPA ter tido a oportunidade de estar intensamente envolvida no período seguinte ao Acordo de Paz de Roma e agradeço aos nossos parceiros em Moçambique que aceitaram a AWEPA como aliada no processo de paz e desenvolvimento.

Também gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer ao pessoal da AWEPA em Maputo, em especial a Obede Baloi e Telma Manhiquene, e em Amestardão especialmente a Tamme Hansma, sem os quais não podíamos ter dado a nossa modesta contribuição.

Dr. Jan Nico Scholten
Presidente da AWEPA

Agradecimentos

Este livro não poderia ter sido escrito sem as conversas francas e honestas que pude ter com mais de 50 pessoas que estiveram – ou ainda estão – envolvidas no processo de Moçambique para a paz, democracia e estabilidade política. A todos estou profundamente grata: aos políticos, deputados, às pessoas que conduziram eleições e por fim, mas não menos importante, aos cidadãos que trabalharam pela paz na sua comunidade ou nas organizações da sociedade civil. (Ver a lista dos entrevistados)

Muitos amigos apoiaram este livro lendo os meus textos, comentando e oferecendo sugestões. Quero agradecer em especial a Joseph Hanlon, Obede Baloi, Boaventura Zita, George Siemensma, Marijke Teeuw, Carla Schuddeboom, Mirjam Boswijk, Monique van Zijl e Annick Osthoff. Cada um destes contribuiu com a sua própria e particular experiência e conhecimento. As suas contribuições foram grandemente apreciadas.

Gostaria de agradecer a Jan Nico Scholten por ter sido por vários anos e ainda ser um presidente inspirador da Awepa, dando apoio, espaço e confiança ao trabalho que a Awepa fez e ainda faz em Moçambique. Ele foi também a pessoa que criou a oportunidade para que este livro fosse escrito.

Além dos já citados, o pessoal da Awepa em Amsterdão e Maputo merecem agradecimentos pela sua contínua cooperação ao longo de muitos anos, e enquanto este livro estava a ser escrito. Em Maputo, a representante da Awepa, Amarília Mutemba, apoiou-me durante as minhas visitas em 2008, tal como Telma Mahiquene, Ilda Mbeve, José Matavele e outros. Em Amsterdão, Tatjana van den Ham e Ilona Kaandorp ajudaram-me nos aspectos técnicos e organizacionais referentes a escrever, traduzir e publicar.



Combatentes da Renamo e tropas moçambicanas confraternizam pouco depois da assinatura do Acordo de Paz, 1992 (Antonio Muchave, AIM)

Capítulo 1

Introdução

“**A**ceitámos tudo, incluindo amnistia para crimes de guerra. Não queríamos olhar para o passado; não pedimos nem vingança, nem a verdade. Conhecíamos a verdade, mas exigir ouvi-la em julgamentos oficiais teria obstruído o processo, e o acordo de paz nunca seria assinado.” Este comentário, feito por uma mulher raptada pelos guerrilheiros e que mais tarde fugiu, aponta para a natureza muito invulgar do processo de paz moçambicano – nem julgamentos nem Comissão da Verdade. A cura foi encontrada nas zonas rurais através de cerimónias tradicionais, mas em muitos lugares foi apenas uma questão de tentar esquecer. O processo de paz em Moçambique acabou por ser um dos maiores sucessos a seguir a uma guerra civil. Levou à integração de antigos guerrilheiros na sociedade e a uma democracia a funcionar com um governo eleito, e tem comprovado ser sustentável.

Já passaram quinze anos desde a eleição do primeiro governo multi-partidário. Neste livro, pessoas que estiveram envolvidas no processo reflectem sobre o que funcionou e porquê. Em particular, este livro observa a interacção entre os dirigentes e uma sociedade civil ansiosa por paz, dois movimentos político-militares com uma profunda desconfiança mútua, e uma hoste de organizações estrangeiras e internacionais ansiosas por evitar o regresso a uma atroz guerra civil. Olhando agora para trás, as pessoas que

estiveram imersas num processo de paz, muitas vezes tenso e emocionalmente perturbador, retiraram conclusões inesperadas. Algumas são específicas de Moçambique; mas outras podem conter lições válidas para outros processos de paz.

Nem a guerra nem a paz acontecem em isolamento. Esta guerra ‘civil’ esteve em grande medida dependente de iniciativas e apoios externos. A Rodésia e a África do Sul fomentaram guerra civil como uma forma de desestabilização e a mentalidade da Guerra Fria promoveu ainda mais apoio para a destruição de Moçambique. Mas a guerra também se fez a partir de descontentamento interno, ao longo de mais de uma década, enquanto o conflito armado em curso ganhava a sua dinâmica e momentum. A comunidade internacional estava consciente do sistema do apartheid e do dano que causava nos países vizinhos; havia generalizada simpatia pelo povo e pelo governo de Moçambique, especialmente entre as populações e os governos mais progressistas do Norte da Europa. Mas a paz só se tornou uma realidade após o fim da Guerra Fria e o fim do apartheid.

A paz de 1992 entre o governo da Frelimo e os combatentes da Renamo tornou-se possível em parte devido a influência e apoio do exterior. Por essa altura, pressão interna e mudanças políticas seguidas de negociações directas, já tinham preparado o terreno. O período de transição ocorreu entre 1992 e 1994 e foi coordenado por uma missão da ONU e uma grande força de manutenção de paz. O governo, os partidos políticos, as igrejas, as organizações de mulheres, a ju-

ventude e os sindicatos tomaram iniciativas para preparar a população para a reconciliação, o diálogo e a inclusão democrática de toda a gente. A linguagem oficial na rádio mudou de um dia para o outro, e os 'bandidos' passaram a ser referidos como 'membros do partido político Renamo'.

Os acordos de paz e a intervenção da ONU não podem funcionar se a população não quiser a paz. Mas os moçambicanos desejavam essa paz desesperadamente. Por conseguinte aceitaram o terrível passado e estavam preparados para incluir os antigos rebeldes e soldados na vida normal de todos os dias. Desejavam aceitar o tipo de instituições e eleições democráticas apoiadas pelos doadores. Queriam reconstruir o país sem olhar para trás e queriam incluir todos os moçambicanos na reconstrução. Não queriam julgamentos; não queriam uma Comissão da Verdade. Só queriam paz.

O período de transição durou dois anos e incluiu um programa de desmobilização, o regresso dos refugiados, programas de reabilitação e a preparação para as eleições. O primeiro parlamento multi-partidário teve a sua turbulenta cerimónia de abertura em Dezembro de 1994 e a sua primeira sessão em Março de 1995. Mas sistemas, instituições e procedimentos não bastavam para fazer a democracia funcionar. Pensamento e atitudes democráticos não podem ser impostos; têm de ser compreendidos e integrados na vida e na política. O sistema multi-partidário, com eleições directas em boletins de voto, era completamente novo para as instituições, os partidos e a população. A

legislação era baseada na lei portuguesa. O sistema era desconhecido em Moçambique que tinha uma tradição de consenso mais do que de competição, confiando em dirigentes locais tradicionais mais do que em distantes candidatos nacionais. Incluir a população no processo de compreensão das mudanças depois do acordo de paz, foi um dos principais desafios. Sem isso a democracia seria um saco roto.

Este livro responde a algumas questões fundamentais: por que razão este processo teve sucesso quando fracassou frequentemente em outros países? Quais foram os elementos cruciais que contribuíram para o sucesso e o que falhou? Qual foi a contribuição do povo moçambicano? A atenção e apoio internacional foram benéficos, ou assumiram demasiado o que cabia aos moçambicanos? O que significa isso para Moçambique agora, para os problemas de hoje? A estabilidade está garantida? Os traumatismos desapareceram? Ou há sentimentos escondidos que vão irromper anos mais tarde? Houve um foco exagerado no sistema democrático deixando de lado oportunidades iguais para o desenvolvimento económico e social? A paz e a democracia moçambicanas são de facto sustentáveis? E contribuíram para uma vida melhor do povo de Moçambique?

Os primeiros capítulos dão detalhes sobre iniciativas que tornaram a paz possível, especialmente dentro do país, sobre as dificuldades durante as prolongadas negociações, o período de transição com complicados processos de reconciliação, os esforços para conseguir o envolvimento da população no

sistema multi-partidário. O livro fala depois das complexas preparações para as eleições através de órgãos eleitorais inexperientes, num país vasto e destruído. Levanta questões sobre o funcionamento das instituições democráticas e conta como o parlamento sobreviveu aos primeiros embates, analisa o papel transformado da sociedade civil e pondera como o processo de descentralização tomou forma. O último capítulo é sobre democracia e desenvolvimento; fala sobre pobreza, vista como possível ameaça à estabilidade no futuro. A conclusão oferece uma reflexão final sobre o processo de Moçambique mas também pontos a ter em atenção para hoje e dilemas e lições que podem ser considerados em outros processos de paz.

AWEPA(A) e o papel da Autora

Este livro é escrito na perspectiva do meu envolvimento como representante da Awepa em Moçambique durante os primeiros seis anos após o acordo de paz de 1992. Regressei em 2008 para entrevistar políticos, deputados, representantes de organizações e cidadãos envolvidos: pessoas que fui conhecendo durante esse período de há 15 anos. Essas pessoas estiveram no coração do processo e as suas opiniões formam o cerne deste livro. Graças à confiança na Awepa construída antes do fim da guerra, e ao respeito mútuo pós-guerra, estas figuras chave estavam preparadas para reflectir honestamente sobre este período, para falar sobre as suas experiências e dúvidas da altura, e para tirar conclusões acerca do que então foi eficaz e do que não funcionou. Este livro dá um retrato único de como pessoas chave

recordam o fim da guerra e o início do pós-guerra e de como o vêem agora – e através das suas experiências desejam sumarizar lições que aprenderam e que podem ser úteis noutros lugares.

O livro não fornece um retrato completo; ele surge das minhas experiências de trabalho com a Awepa e da vontade dos meus antigos contactos de falarem agora. A Awepa não estava sózinha em Moçambique; outras agências também contribuíram, especialmente à medida que avançava o processo de paz. Mas a Awepa se encontrava na posição especial de ter estado activa em Moçambique e ter mantido a confiança durante a guerra e de ter desempenhado um papel desde o início das mudanças do pós-guerra. Embora o livro seja largamente baseado em entrevistas, assumo inteira responsabilidade pelo o que aqui está escrito.

A AWEPA foi fundada em 1984 como ‘Association of Western European Parliamentarians for Action against Apartheid’ (Associação dos Parlamentares da Europa Ocidental para a Acção contra o Apartheid). Na sequência de discussões políticas sobre um boicote cultural e económico ao apartheid na África do Sul, os parlamentares nos países da Europa organizaram acções não só para apoiar a luta anti-apartheid mas também para apoiar os Estados da Linha da Frente, os países vizinhos da África do Sul que só recentemente se tinham tornado independentes e eram então vítimas da destabilização e agressão da África do Sul. Os parlamentares informaram os seus governos e parlamentos sobre os antecedentes

da guerra em Moçambique que nos últimos tempos já tinha causado mais de um milhão de mortos, cinco milhões de refugiados e pessoas deslocadas, e um país destroçado. A Awepa estabeleceu boas relações com o governo e parlamento de Moçambique durante a luta anti-apartheid, construindo confiança através da sua política clara de apoio aos Estados da Linha da Frente.

Pouco depois do acordo de paz, o governo e as organizações da sociedade civil de Moçambique pediram à Awepa que apoiasse o processo de paz e democratização, antes e depois das eleições de 1994. A Awepa criou uma equipa chefiada por Jan Nico Scholten, presidente da Awepa, e apoiada por Tamme Hansma, que trabalhava na sede em Amsterdão. Eu (Lucia van den Bergh) já tinha trabalhado em Moçambique durante seis anos. Em 1992 juntei-me à equipa como representante da Awepa e abri um escritório na capital, Maputo, trabalhando com um pequeno grupo funcionários moçambicanos. Uma das primeiras tarefas foi criar uma relação de confiança com a Renamo e desempenhar um papel activo na solidariedade com Moçambique, ouvindo as pessoas e providenciando o apoio pedido, mas não as substituindo. Como demonstraremos no livro, o processo era moçambicano, as iniciativas e as decisões tinham de ficar em mãos moçambicanas.

Depois do acordo de paz de 1992 e durante a transição e o processo eleitoral, a Awepa enviou missões de parlamentares para analisar a situação, desenvolveu intenso envolvimento em educação cívica, forneceu versões

bilingues de documentos fundamentais, distribuiu análises através do seu Boletim do Processo de Paz em Moçambique, e teve uma presença substancial na observação das eleições. Depois das eleições de 1994, deu-se apoio às recém-eleitas instituições democráticas, em primeiro lugar a Assembleia da República. Formação realizado nas províncias preparou partidos políticos e organizações da sociedade civil para a descentralização e eleições locais. Os governos locais eleitos nos novos municípios receberam também formação e apoio. Financeiramente, este trabalho foi possível graças ao apoio dos doadores. Uma flexibilidade extraordinária da parte da União Europeia, dos países Nórdicos e de outros doadores tornou possível o início imediato dos programas; foi aceita uma adaptação constante às necessidades e às alterações na situação. Não houve exigências burocráticas complicadas, tornando possível analisar a situação numa base contínua e construir o programa em estreita cooperação com os moçambicanos.

E a própria AWEPA mudou. Depois das mudanças democráticas na África Austral a AWEPA passou a ser AWEPA, 'Associação de Parlamentares Europeus com África'. A Awepa ainda continua a apoiar o processo democrático em Moçambique, bem como em outros países.

Dezembro 2009

Lucia van den Bergh

Representante da AWEPA em Moçambique de 1992 a 1998.

Capítulo 2

A guerra e a Renamo: como foi possível começar?

“**E**u vivia com a minha família num bairro que era seguro durante o dia mas não de noite,” diz Helena, uma mulher de Maputo. “Juntamente com os nossos vizinhos, sempre tentávamos descobrir se os ‘bandidos’ estavam perto para dar o aviso uns aos outros. Essa noite parecia calma, mas às 22:00 a minha mãe de repente olhou para fora e viu perto de 50 ‘bandidos’ a correr no nosso bairro. Tentámos esconder-nos dentro mas eles atiraram uma granada dentro de nossa casa. A minha irmã ficou ferida, perdeu os dedos; o meu irmão estava a sangrar. O meu pai escondeu-se, sabia que estavam à procura dele, por isso dissémos que ele estava a viajar. Eles queriam levar o meu irmão mas viram que não podiam por causa daquele sangue todo. Por isso me levaram. Fui levada com eles para uma loja onde eles roubaram tudo e eu tive de ajudar a carregar. Fiquei presa até ao dia seguinte, até virem os soldados do governo. A luta que se seguiu entre eles salvou-me. Os ‘bandidos’ perderam o controlo dos raptados e conseguimos fugir. Tive sorte que não me violaram.” Helena continua, “Sabíamos o que acontecia no país todo. Nós, a população, éramos as vítimas. A Renamo não combatia o governo nem a tropa; lutava contra nós, o povo. Na minha família, em Inhambane, várias pessoas foram mortas ou feitas prisioneiras nas áreas da Renamo. A minha sobrinha foi raptada e teve um bebé da violação. Não foi

fácil para ela dar carinho à criança. Tentámos convencê-la que o bebé não tinha culpa, mas tinha sido muito traumático.”

No decurso de uma década, a guerra tinha reduzido Moçambique a destroços. Em 1992, mais de um milhão de pessoas tinha morrido e mais de cinco milhões tinha procurado refúgio em países vizinhos ou próximo das relativamente seguras cidades. Maputo estava superlotada de gente; cada casa de caniço abrigava grandes famílias que tinham fugido do campo para a cidade, muitas vezes 15 pessoas em dois quartos, a maioria sustentadas por famílias chefiadas por mulheres também atingidas pela pobreza. Grandes acampamentos eram o abrigo de milhares de deslocados.

A estratégia da Renamo era atacar pessoas com o objectivo de as forçar a retirar o apoio ao governo da Frelimo. O resultado foi que aldeias, escolas e hospitais eram considerados alvos legítimos, destruindo as realizações da Frelimo, criando medo e trazendo o caos ao país. Embora a Renamo ganhasse a reputação de uma extrema brutalidade, também conseguiu aproveitar-se do descontentamento em relação ao regime da Frelimo, especialmente no Norte e no Centro de Moçambique, onde autoritários governadores da Frelimo tinham perdido apoio popular.

Antecedentes históricos

Moçambique ficou independente em 1975, quinze anos depois da maioria das colónias britânicas e francesas em África. Nessa altura Portugal estava ainda debaixo do



Samora Machel, o primeiro Presidente de Moçambique. À direita: Joaquim Chissano (AIM)

regime ditatorial do seu poderoso primeiro-ministro António Salazar, a quem Marcelo Caetano sucedeu mais tarde: as colónias eram consideradas províncias portuguesas em África. Famílias pobres de Portugal tinham vindo para Moçambique, tomando a terra e os empregos e criando acesso à saúde e à educação apenas para eles próprios. Os moçambicanos eram excluídos de tudo, mesmo dos empregos mais simples como motoristas de taxi ou empregado de balcão. O trabalho forçado só terminou em 1960, sob pressão da comunidade internacional. Com excepção das escolas das missões, os moçambicanos negros só tinham acesso limitado à escola primária. A um número limitado de moçambicanos era permitido tornar-se ‘assimilados’ – portugueses honorários – e autorizado a frequentar escolas secundárias. O movimento de libertação Frelimo surgiu no início dos anos 1960s, à semelhança de movimentos similares nas outras colónias portuguesas da Guiné-Bissau e Angola. Elas prepararam o terreno para a independência em zonas libertadas, convencidos de que a justiça e a igualdade podiam ser alcançadas para a população no seu todo. A resposta portuguesa foi uma longa guerra colonial, apoiada pela Europa e pelos EUA através da OTAN. A posição da maioria dos países europeus só mudou nos anos 1970s, em primeiro lugar debaixo da pressão da sociedade civil; os movimentos de solidariedade desempenharam um importante papel nesta mudança.

Alguns políticos queriam ouvir o outro lado da estória. Os deputados holandeses Relus ter Beek e Jan Nico Scholten, que mais tarde

viriam a fundar a Awepa, acompanharam o movimento de libertação PAIGC nas matas do sul da Guiné Bissau em 1973, viajando secretamente em canoas – uma viagem perigosa debaixo do fogo do exército português. Ambos ficaram convencidos, não só de que a luta era por uma causa justa, mas também de que os movimentos de libertação eram honestos e determinados. Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Eduardo Mondlane foram os fundadores dos três movimentos de libertação, mas eram mais poetas (Neto), filósofos (Cabral) e académicos (Mondlane) do que combatentes. Estes homens inspiraram e lideraram os movimentos. Em Moçambique, depois que Mondlane foi morto, o antigo enfermeiro Samora Machel assumiu a liderança da luta. Quando o país chegou à independência em 1975, ele tornou-se o primeiro presidente de Moçambique.

Em 1974 aconteceu em Portugal a pacífica ‘Revolução dos Cravos’, alcançada por jovens capitães do exército, cansados das inúteis guerras coloniais. O novo regime mudou tudo: Portugal tornou-se uma democracia e as colónias ganharam independência. Moçambique, com a Frelimo à frente como único movimento de libertação no país, proclamou a Independência em 25 de Junho de 1975. A Frelimo seguia um modelo socialista inspirado pelo Bloco de Leste, mas adoptou uma abordagem africana moderada, tentando garantir o acesso a serviços básicos e comida para todos. Uma vez que Moçambique não queria depender apenas da Europa de Leste, o país recém-independente procurou apoio noutras partes da Europa. A maioria dos colonos portugueses deixaram

o país, endoutrinados no medo dos “pretos tomarem o poder no governo” mas alguns ficaram para apoiar o país. As escolas e hospitais foram nacionalizados; as plantações abandonadas pelas grandes companhias agrícolas foram ocupadas como empresas agrícolas estatais, com o intento de fornecer comida à população. Todavia, muitas pessoas abandonaram o cultivo de algodão; eram muito penosas as memórias do cruel trabalho forçado durante a administração portuguesa.

Moçambique teve alguns anos de relativa paz durante os quais teve tempo para se reconstruir. O país tinha pouca experiência à sua disposição; os níveis educacionais eram baixos e havia poucos médicos ou gestores moçambicanos. Fábricas e equipamentos foram parcialmente destruídos pelos colonialistas que partiram; não havia infraestruturas nas áreas rurais, onde quase não existiam estradas, escolas ou hospitais. Apesar destes problemas, uma onda de entusiasmo se alastrou por todo o Moçambique: os moçambicanos podiam finalmente construir o

seu próprio país. Isto foi apoiado por movimentos de solidariedade, governos e povos do Brasil, de Cuba, da Europa Ocidental e de Leste: especialistas em agricultura, professores, peritos em água e saneamento e trabalhadores da área de saúde vieram oferecer os conhecimentos que faziam falta. Os ministérios pediam assistência de especialistas estrangeiros com a condição de que as políticas moçambicanas fossem aceitas e não ignoradas ou desrespeitadas, como acontecia em vários outros países. Samora Machel promovia a unidade, sem diferenças tribais; o governo tentava promover o desenvolvimento através de uma população fortemente organizada nas aldeias e nos bairros. As questões locais eram trazidas aos Congressos nacionais do partido que tomavam as decisões. Internacionalmente, Moçambique recebia elogios da Organização Mundial para a Saúde pela prioridade transferida para os cuidados primários de saúde, ao providenciar clínicas simples e escolas em todo o país. A alfabetização de adultos subiu de apenas 7%, na altura da independência em 1975, para 30% em 1986.



Uma aldeia comunal no vale do Limpopo, 1981
(Marie Reehorst)



Combóio incendiado na província de Gaza
(Pieter Boersma)

Punido pela solidariedade com os vizinhos

A África do Sul invadiu Angola duas semanas após a sua independência em Novembro de 1975, mas no início não atacou Moçambique. Este papel foi deixado à Rodésia, governada pela minoria branca, que começou os ataques a Moçambique em 1976. Como movimento de libertação a Frelimo tinha sido ajudada pelo governo independente da Tanzânia; agora que estava no poder como governo de Moçambique, queria ajudar os países vizinhos, apoiando os movimentos de libertação dos países adjacentes: ZANU na Rodésia e ANC na África do Sul. Como era de esperar, isso foi visto como uma ameaça pelos governos de minoria branca nestes países. Moçambique aplicou as sanções das Nações Unidas contra a Rodésia cortando o tráfego através do porto da Beira, e a Rodésia respondeu com ataques na província fronteiriça de Manica. As forças rodesianas atacaram campos de refugiados com civis que fugiram do conflito armado na Rodésia, bem como acampamentos de guerrilheiros da ZANU e campos de reeducação moçambicanos onde estavam detidos ex-colaboradores dos portugueses na guerra colonial. O chefe dos Serviços de Segurança da Rodésia Ken Flowers admitiu mais tarde que, depois de um número de ataques e incursões sem sucesso pelas suas forças armadas, ele criou o MNR, (Mozambique National Resistance), composta de soldados negros moçambicanos que tinham sido parte das famigeradas unidades de comandos do exército português e que fugiram após a independência. O nome foi mais tarde mudado para o acrónimo em

português, Renamo, Resistência Nacional de Moçambique.

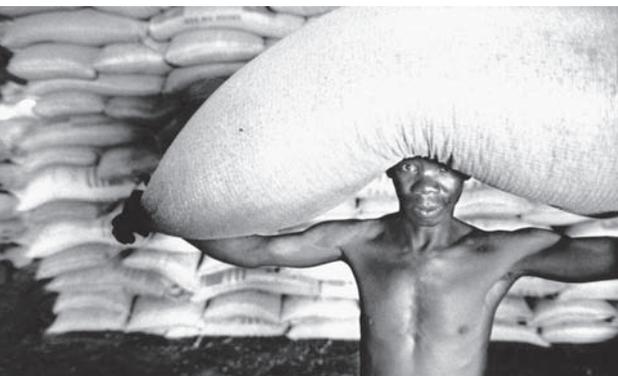
Quando a Rodésia se tornou Zimbábue em 1980, os moçambicanos sentiram alívio. Foi um ano de paz; a guerra com Ian Smith da Rodésia tinha finalmente acabado, e os recursos podiam voltar para a reconstrução da economia. Mas não ia ser assim. A pausa teria vida curta. A inteligência militar da África do Sul tomou as rédeas e a enfraquecida Renamo moveu-se para a África do Sul. Mas esta mudança também mudou a natureza do movimento. A Rodésia usava o seu envolvimento principalmente para colher infomação sobre os movimentos da ZANU em Moçambique, o que exigia alguma credibilidade da Renamo no seio da população local. A África do Sul parecia interessada em usá-la só para terrorismo, destabilização e destruição. Nos finais de década de 1980 a Renamo reabriu bases no centro de Moçambique. Estas bases eram abastecidas pelo ar pela África do Sul, que rapidamente intensificou o apoio material e introduziu treino e recrutamento forçados. Havia voos semanais em 1980-81, assim como barcos de abastecimento a subir pela costa; de noite eram largadas caixas com toneladas de armas e munições e abastecimento diversos.¹ O aspecto mais importante foi a introdução da estratégia do terror e destruição. Não podia haver sucesso para o independente vizinho negro da África do Sul.

¹ Hanlon, J. *Beggar your neighbours*, 1986, London, James Curry, 1986, p. 140

O apartheid não era o único factor externo; a Guerra Fria era igualmente importante. A administração Reagan nos Estados Unidos promovia a Guerra ao comunismo e apoiava a África do Sul na sua luta contra os estados socialistas vizinhos de Angola, Zimbabwe e Moçambique. Moçambique era estratégico por causa do seu sucesso internacionalmente reconhecido durante os primeiros anos de independência, relacionado especialmente com a sua política social que tirou o povo da sua marginalização. Mas enquanto o envolvimento dos Estados Unidos em Angola era directamente visível, a maior parte do trabalho em Moçambique era deixado à África do Sul, com efeitos igualmente devastadores.

As atrocidades: porquê esta guerra tão cruel?

Em 1987, o país inteiro estava nas garras da guerra; a crueldade no sul, onde a Renamo não tinha conseguido conquistar apoio, tinha-se agravado substancialmente. Eu tinha nessa altura precisamente começado o meu trabalho num ministério em Moçambique.



Ajuda alimentar em Chimoio, 1991 (Kadier van Lohuizen. NIZA arquivo/Hollandse Hoogte)

Tornou-se rapidamente claro para mim que nenhum dos meus colegas e amigos de então tinha deixado de ser afectado pela guerra. Em Junho de 1987 uma amiga sobreviveu ao ataque a Homoine correndo 13 kms pelo mato, enquanto a Renamo matava mais de 400 pessoas na pequena vila. (ver Capítulo 9). A estradas tornaram-se um alvo particular, com ataques a autocarros, camiões e automóveis. Um condutor de camião tomou café na minha cozinha antes de levar um frigorífico para amigos na província de Gaza, mas foi morto em um ataque feito na estrada para o Norte antes de chegar ao seu destino, juntamente com mais 200 outros. Raptar crianças tornou-se uma prática regular. Algumas delas foram forçadas a matar os próprios pais para que não lhes fosse possível voltar para casa. Aumentou a brutalidade contra os civis. Visitei pessoas num hospital em Xai-Xai a quem tinham sido cortadas orelhas e genitais. As pessoas passavam as noites nas cidades e regressavam aos campos de manhã, na esperança de encontrar as suas palhotas ainda intactas. Eram estórias sem fim, todos os dias.

Dentro da filosofia da guerra, os ataques nas estradas eram 'lógicos e racionais'. O objectivo da Renamo e da África do Sul era cortar todas as vias de acesso, estradas e caminhos de ferro. Isto fazia com que as pessoas tivessem medo de viajar. Mas o governo viu a importância de manter as estradas abertas. O exército protegia o transporte civil organizando 'colunas' de carros, camiões e autocarros. No ponto de vista da Renamo, pessoas viajando em colunas estavam 'a tomar partido'. O mesmo ponto de vista



Com a orelha cortada pela Renamo, 1991
(Joël Chiziane, AIM)

era aplicado a todos aqueles que estavam nos hospitais do governo, eles foram queimados nas suas camas. As cidades eram vistas como pró-governamentais e portanto a Renamo regularmente cortava-lhes a energia eléctrica. A violência aparentemente sem sentido dos ‘bandidos’ servia uma estratégia militar: suspender viagens, fazer parar a economia e impedir a utilização dos serviços do governo da Frelimo, criando o medo. Ninguém se podia sentir seguro. O que podia vir a seguir, para que deviam estar preparados? No fim os combatentes foram mais além desta lógica. Motivos políticos e pessoais, ódio e estratégias de sobrevivência tornaram-se parte da situação. Mais ainda, a possibilidade de roubar comida fez com que outros se juntassem aos ataques, por vezes incluindo soldados famintos do lado da Frelimo. Embora inicialmente houvesse uma estratégia deliberada por detrás da violência e da crueldade, no fim degenerou mais ainda a ponto de moçambicanos matarem moçambicanos.

Obede Baloï, sociólogo e antigo membro do pessoal da Awepa, diz: “O mapa da violência mostra significativas variações através do país e em diferentes períodos da guerra. Deixe-me dar um exemplo. Em Chipenhe (província de Gaza) muitos dos meus entrevistados falavam insistentemente de incursões de guerrilheiros da Renamo, no início de pouca violência, que se intensificava à medida que mais e mais recrutados locais se encontravam entre os guerrilheiros. Isto sugere que alguns dos localmente recrutados ou raptados pensavam ‘não quero morrer sózinho’. Assim, pode dizer-se que mesmo havendo factores e objectivos internos e externos que definiram o início da guerra, esta acabou por ter a sua própria dinâmica interna.”

O descontentamento era real

Apesar da onda de entusiasmo dos primeiros anos de independência, existia de facto em Moçambique uma realidade diferente. Vicente Ululu, um líder da Renamo e deputado na década do pós guerra, vivia no Quénia como refugiado da guerra colonial e, desde o início, discordou do modelo socialista. “O Quénia era contra o comunismo. Eu era casado com uma queniana mas queria voltar ao meu país depois da independência. Todavia, o que para mim ficou claro foi a influência do bloco europeu de leste na nova política de Moçambique. Isto não era a liberdade que eu tinha ansiado. Os conceitos ideológicos da Frelimo, a falta de liberdade, os dissidentes, era claro que não nos entendíamos uns aos outros.” Ululu era a favor de uma economia mais liberal e não era o único; outros queriam também estabelecer



Pessoas dormindo em galerias na cidade de Chimoio, buscando segurança durante a noite, 1991 (Kadier van Lohuizen. NIZA arquivo / Hollandse Hoogte)

os seus próprios negócios, lançar empresas privadas, fazer lucros, gerir os seus próprios assuntos.

Faltava também espaço político para acomodar diferenças. Machel acreditava num sistema de governo centralizado em que todos participavam. Mas aqueles que não aceitavam o sistema eram excluídos; não havia lugar para vozes dissidentes. Quem quisesse estabelecer o seu próprio partido político sofria a recusa ou era até punido. A execução do dissidente Uria Simango e da sua esposa num campo de reeducação, é uma mancha negra significativa nos anais da história de Moçambique.

Logo após a independência, como parte de um enorme impulso para trazer escolas e postos de saúde às áreas rurais, o governo moçambicano defendia que era difícil pro-

porcionar esses serviços a famílias rurais isoladas. Sugeria como alternativa que as pessoas se juntassem em novas aldeias, as ‘aldeias comunais’ onde se podiam providenciar infraestruturas. Algumas construídas no auge da euforia após a independência foram um sucesso popular, mas em muitos locais as pessoas não tinham vontade de deixar as suas terras. Governadores autoritários em Nampula, Manica e outras províncias forçaram as pessoas a ir para as ‘aldeias’, o que levou a protestos, ressentimento e desconfiança. Fazia também lembrar ao povo a política semelhante da administração portuguesa durante a guerra de libertação, na qual os camponeses eram forçados a viver em *aldeamentos* com o objectivo de separar a população rural dos guerrilheiros libertadores da Frelimo.

O pior estava para vir, nada menos do que a *operação produção* de 1983. Os desempregados, as prostitutas e toda a gente vista como ‘elementos marginais’ eram apanhados nas ruas e transportados para o campo para trabalhar na agricultura, na província nortista do Niassa. O regresso não era possível; as pessoas estavam furiosas por serem mandadas para o Niassa e muitos estão lá até hoje. Em 1983, um governo ameaçado pela rápida expansão da guerra recorria a execuções e chicotadas em público, atraindo protestos cada vez mais fortes, a nível nacional e internacional, mesmo dos países amigos do regime. O Conselho Cristão de Moçambique das igrejas protestantes apelou ao governo para que abolisse a pena de morte, dizendo que “ninguém tem o direito de tirar a vida a outra pessoa” e que “a razão para a introduzir,

nomeadamente ‘desencorajar a violência’, era evidente que não tinha funcionado.” A Frelimo abrandou e reverteu a sua política; as execuções e as chicotadas e a ‘operação produção’ não se repetiram e a pena de morte foi abolida. Embora os incidentes ofensivos não se tenham repetido, as pessoas não esqueceram. Os abusos do poder por alguns governadores e pelo poder central alimentaram sentimentos de desagrado e descontentamento. A oposição insistente da Frelimo aos ‘chefes tradicionais’ também causou descontentamento nas áreas rurais mais conservadoras. Como resultado, as forças da Renamo nem sempre encontraram oposição quando entravam numa zona rural.

A Igreja Católica tinha as suas próprias razões de descontentamento, geradas em parte pelos seus laços históricos com o regime colonial português. Embora não se opusessem à independência, os padres católicos estavam particularmente incomodados com a nacionalização das suas escolas e hospitais e com o não reconhecimento da sua religião. Só nos finais dos anos 1980s isto mudou, quando o Papa foi oficialmente convidado a visitar Moçambique e instalações religiosas foram devolvidas. Isto não deixou de ser controverso; várias escolas tiveram de fechar porque a igreja recuperou as ‘suas’ terras e casas sem que as escolas tivessem alternativa.

Teria um levantamento violento em Moçambique tido sucesso sem a intervenção exterior? Ou um protesto pacífico combinado com a influência crítica dos países amigos teria conduzido a melhorias de qualquer

modo? A partir de 1983 a Frelimo tornou-se progressivamente mais consciente da erosão do seu apoio. Nessa altura não só abandonou os aspectos mais draconianos da sua política (por exemplo a *operação produção*), como adaptou as suas estratégias sociais e económicas numa tentativa de melhorar a sua posição. Em 1983, o Congresso do Partido Frelimo deixou de favorecer as grandes empresas agrícolas e passou a apoiar a agricultura familiar. Mas Moçambique ainda era um estado monopartidário sem espaço para uma oposição a sério. A Renamo atraiu de facto algumas pessoas que se tinham oposto e desligado. Porém, pouco a pouco, tornou-se claro que esta não era uma alternativa que as pessoas mais descontentes pretendiam. A guerra não era sobre construir uma sociedade diferente, ou criar espaço para a oposição, ou a favor dos chefes tradicionais; ao invés disso, ao utilizar os factores internos moçambicanos, a guerra pretendia desestabilizar todo o país. A intenção era impedir que um governo independente de maioria negra inspirasse movimentos de libertação na Rodésia e na África do Sul, governadas pela minoria branca, e que se espalhassem ideais socialistas pela região.

Quem era a Renamo e porque se juntaram as pessoas a ela?

Falei com dirigentes da Renamo em 2008 e perguntei-lhes o que os tinha levado a juntar-se à Renamo. Raul Domingos, o segundo homem forte depois do presidente Afonso Dhlakama e negociador-chefe em Roma, foi raptado nos primeiros anos da guerra. “Fui de facto capturado; o combóio estava parado no corredor da Beira e a Renamo



Campo de refugiados (Pieter Boersma)

levou alguns de nós. Mas encontrei-me com Dhlakama e ele ofereceu-me a opção de me ir embora. Conversámos e eu optei por ficar. Eu me vi apoiando algumas das suas ideias.”

Angelina Enoque, membro da Comissão Permanente, o comité dirigente da Assembleia da República, juntou-se à Renamo após o Acordo de Paz, mas as suas razões remontam à sua experiência durante a guerra na província de Manica. O comportamento do serviço de segurança, SNASP, e da polícia, contribuíram para a sua profunda desconfiança. “Havia muitos problemas; as pessoas desapareciam. O meu irmão foi raptado pela Renamo.” Alguém veio avisá-la de que a polícia estava na casa dela. “Eles acusaram-nos dizendo ‘Os bandidos armados estiveram na vossa casa’. Revistaram tudo. A partir dessa altura passaram a perseguir-me por causa do meu irmão. Esperávamos que uma vitória da Renamo nos trouxesse democracia”. Na altura, quando foi assinado

o Acordo de Paz, ela vivia em Maputo. Conta como viu o irmão na TV. “Já não o víamos há 16 anos. Estava num quartel com soldados da Renamo. Telefonei chorando à minha mãe. ‘Ele está vivo, o meu irmão está vivo’. Quando o voltei a ver ele disse-me: ‘Precisamos de gente boa na Renamo; porque não aceitas um lugar na política?’”

Vicente Ululu discute o seu envolvimento. “Quando um movimento de resistência com apoio da Rodésia foi criado, eu juntei-me a ele. Passei algum tempo na África do Sul. Deram-nos rádios e sistemas de comunicação; tínhamos os sistemas mais modernos e avançados. Sobrevivemos por causa dos sistemas de comunicação.” O sistema de comunicação manteve-se funcionando até ao fim, mesmo quando a África do Sul suspendeu a maior parte do seu apoio. “Tropas do Zimbabwe e Tanzania [que nos finais dos anos 1980 apoiavam o governo de Moçambique] eram uma razão para a Renamo intensificar a guerra,” diz Ululu. “A Frelimo perdeu terreno. Alvos estratégicos foram destruídos; destruímos a fábrica de açúcar do Luabo.” Os guerrilheiros da Renamo caminhavam longas distâncias pelo mato, de Maringue a Morrumbala. “Não tínhamos comida, era a população que nos alimentava. Nós nunca maltratámos o povo. As minas eram deixadas pela Frelimo. Quando Chissano ofereceu a amnistia em 1986-87 áqueles a que chamavam ‘bandidos armados’, nós dissémos: não precisamos de amnistia, nunca maltratámos a população.”

Mas Ululu não nega as crueldades. “Pode-se ter uma visão idealista mas nem todos compreendem isso. Nós recrutámos 25,000 soldados, e isso deu poder aos comandantes, homens armados que não compreendiam a causa. As crianças cresceram em tempo de guerra. Era também um ambiente em que a África do Sul podia usar a Renamo para os seus próprios objectivos.” Ele tinha visitado a Alemanha várias vezes: “O apoio da Europa era decepcionante. Thatcher era amiga de Machel. Strauss [político alemão de extrema-direita] deu apoio moral – encontrámo-nos em 1983 e 1988 – mas não ofereceu nenhuma ajuda real. Portugal tinha reservas. Ninguém viu que esta guerra podia ser baseada numa causa. Mas nós podíamos justificar esta guerra: queríamos um estado democrático. O Parlamento tinha de ser eleito pela população.”

Fiz a Raul Domingos a mesma pergunta: concordou com os ataques à população? “Bem, há sempre crueldade numa guerra. Guerra é sobre morte e destruição. As pessoas ficam habituadas. Nem todos têm moralidade suficiente para usar armas devidamente. Podemos ter bons princípios, mas não podemos controlar tudo. Havia comandantes locais que tomavam iniciativas sózinhos.”

Ernst Schade, que trabalhou na província de Manica no período de transição, pensa que sempre houve uma luta entre a ala política e a ala militar o que, mais tarde, levou a lutas pelo poder. “A parte militar era, aos olhos dos combatentes políticos, um míssil sem direcção.”

Beira, um caso diferente

Sempre existiu rivalidade entre a segunda cidade de Moçambique, a Beira, e a capital nacional, Maputo. “A Beira foi sempre a cidade da oposição,” comenta Verónica Chemane, agora a trabalhar em Maputo. “Vivi lá em criança, embora os meus pais fossem do Sul. Sempre me senti uma forasteira; a maneira como as pessoas se referiam às coisas na Beira era diferente. Disseram-me que os ‘bandidos armados’ [como eram chamados pelo governo] tinham criado a guerra, mas as pessoas à minha volta diziam muitas vezes que a Frelimo tinha ocupado o país. A minha ideologia aparentemente pertenceu ao Sul. Eu tinha medo de abrir a minha boca. Quem tinha a culpa da guerra? O serviço de segurança de Moçambique, o SNASP, era muito activo na Beira e criava medo dizendo que os que fizeram a guerra tinham de pagar por isso. Homens suspeitos de cooperar com a Renamo eram levados para a cadeia. As pessoas também não confiavam umas nas outras. Se tinhas mais comida que os outros, tinhas de a esconder – quem é que a arranjou? E o que pagaste? Obede Baloi, sociólogo, dá mais antecedentes: “As frustrações da Beira contra o domínio da capital no Sul existiam já no tempo colonial. Houve sempre rivalidade; era sempre necessário competir com Maputo, naquela altura chamada Lourenço Marques.” Foi colocado na Beira um governador forte e repressivo para controlar a oposição; esta mudança piorou as coisas. Parecia um ciclo vicioso que continuava a escalar.

Ansiando pela paz

No início dos anos 1980s a África do Sul aumentou a pressão e o apoio à Renamo. Em 1984, o Presidente Samora Machel negociou com o regime do apartheid. “Quando Machel assinou o Acordo de N’komati com a África do Sul ele foi ásperamente criticado, mas eu penso que foi uma iniciativa corajosa,” disse Boaventura Zita em 2008. Zita é o oficial de comunicação do Conselho Cristão de Moçambique, CCM. “Machel esperava que a guerra podia parar se a África do Sul parasse o apoio.” Moçambique manteve a sua promessa de parar o apoio logístico ao ANC, mas a África do Sul apenas reduziu o apoio à Renamo, não o suspendeu. Documentos encontrados em 1985, quando foi capturado o quartel central da Renamo na Gorongosa, mostram a continuação do envolvimento da África do Sul.

Samora Machel morreu num suspeito desastre de avião em 1986. Joaquim Chissano assumiu o lugar de Presidente. Quando o governo da Frelimo descobriu que a África do Sul não tinha acabado com o seu apoio e a guerra não podia ser ganha, pediu apoio das tropas Zimbabueanas e Tanzanianas em 1987. Embora isso tenha intensificado a violência da Renamo, também garantiu a segurança do corredor da Beira, a ligação de transporte vital entre o Zimbabwe e o porto da Beira.

Debaixo da pressão da guerra e forte influência estrangeira, Moçambique assinou um acordo com o FMI e Banco Mundial em 1986. Os princípios sociais como cuidados de saúde e educação gratuitos tiveram de ser

abandonados pouco a pouco. Moçambique abriu-se ao sistema de mercado livre e à privatização, substituindo o fracassado sistema de planificação central. Em 1987, começou a execução do Programa de Reabilitação Económica, PRE. Desapareceram as filas nas lojas, o pão aparecia agora numa base diária, e havia nas lojas produtos de luxo – pelo menos para aqueles que se podiam permitir comprá-los. O novo sistema era bem recebido mas também criava divisões na sociedade; só um pequeno grupo beneficiava das melhorias.

“Porque acha que era suficiente? Porque estava a favor das negociações de paz?” pergunto a Ululu. Responde que “A guerra já não fazia sentido. Tinham começado as reformas com o Programa de Reabilitação Económica. Muitos dos aspectos de que eu não gostava desapareceram com o tempo. Parou a influência da Europa de Leste, a empresa privada voltava a ser possível e a nova constituição de 1990 abriu o país para a livre associação e o sistema multipartidário. Assim, uma a uma, desapareceram as minhas objecções. A guerra já não era mais a solução. Podíamos tomar parte na sociedade da maneira que respeitava as nossas convicções.”

Ao mesmo tempo a Guerra Fria terminava e a África do Sul preparava o seu próprio processo democrático. O fim do apoio da África do Sul e a seca em Moçambique tornavam muito difícil a sobrevivência no mato e a Renamo via-se em dificuldades crescentes. As negociações começavam em Roma em 1990 e terminavam em 1992 com um de-

talhado Acordo de Paz, o AGP. As igrejas tinham estado activas, tentando durante oito anos trazer os dirigentes à mesa das negociações: ‘Deixem os irmãos falar com os irmãos.’ (ver Capítulo 3).

O medo desapareceu

Verónica Chemane fala sobre as suas experiências na Beira nessa altura: “Quando o Acordo de Paz foi assinado o medo desapareceu; de repente podia-se falar. Todas as igrejas e organizações civis estavam envolvidas no movimento para a paz, por todo o lado havia educação cívica. Depois da guerra, a Renamo queria mostrar que ‘a culpa não foi nossa, não somos nós os culpados’. Queriam mostrar que destruíram em nome de uma causa. O governo deu-lhes espaço para participarem no processo.” E continua, “Para chegar à democracia precisas de ter uma escolha e isso era o que nos tinha faltado. Não havia escolhas, não havia alternativas. Mas na preparação para as eleições ainda tínhamos medo que pudesse acontecer o que aconteceu em Angola [com a Unita] a entrar nas cidades e a recomeçar a guerra.” Ao longo do período moçambicano de transição continuava a haver um vivo sentimento de receio de que se repetisse o que houve em Angola, onde as eleições de 1992 não consolidaram a paz. A Unita, tendo perdido as eleições, não aceitou o resultado. Recomeçou a guerra a partir de uma posição mais forte, já que tinha ganho acesso às cidades através do acordo de paz.

“Haverá sempre falta de clareza sobre o papel de cada pessoa, mesmo na Frelimo; houve sempre pessoas usando dois chapéus,”

diz Alex, que trabalhou em serviço civil na província de Manica durante a guerra. “E muitas pessoas também criticavam a Frelimo. Mas a maior parte das atrocidades e violência organizada foi da autoria da Renamo, disso não há dúvida. Em Manica vi aldeias inteiras incendiadas.” E Ernst Schade nota que, “Quando a guerra acabou e as pessoas puderam falar das suas simpatias com honestidade, havia muito mais pessoas que eram membros da Renamo do que nós pensávamos, mesmo no governo provincial.”

Obede Baloi afirma, “é importante registrar como as coisas de facto aconteceram. O contexto é agora diferente. Muitas das explicações sobre as causas da guerra são na verdade reconstruções pós-facto. São reinterpretações. Um factor importante nesta mudança de circunstâncias são as eleições de 1994. Estas eleições estabeleceram a Renamo como um actor político fundamental em Moçambique e pelo menos durante três eleições consecutivas manteve-se assim. Assim, podemos pensar que muitos dos que votam na Renamo não fazem muitas perguntas sobre o passado, apenas se opõem à Frelimo.”

E diz ainda: “A contradição é que apesar da maneira como o povo foi usado e apesar da violência, o sistema multipartidário foi introduzido em Moçambique por causa da guerra com a Renamo. Foi influenciado pelo desejo de terminar o conflito, dando lugar à inclusão da Renamo no sistema político. O que é algo bem diferente de dizer que a Renamo lutou por um país democrático.



Manifestação: 'Socorro! Governo e Renamo, por favor que nos salvem'. Maputo, Maio 1992
(AIM, Antonio Muchave)

Capítulo 3

O envolvimento das igrejas

“**S**entimos que o único caminho para a paz seria juntar os irmãos para falarem. O governo via a Renamo como um instrumento de interesses estrangeiros, enquanto a Renamo dizia que estava a combater o Marxismo. O que podia ser feito para os juntar? Os moçambicanos tinham de falar uns com os outros, independentemente da influência estrangeira. Tínhamos de consolidar o que nos unia”, disse o Bispo Dinis Sengulane quando me encontrei com ele em 2008. Durante muitos anos o Bispo foi o homem que presidiu ao Conselho Cristão de Moçambique, CCM, que congrega nove igrejas Protestantes. Estávamos sentados na sala de Sengulane anexa à igreja Anglicana. Pastas e documentos empilhavam-se no seu gabinete modesto e poeirento. Mulheres idosas, nas suas muito lavadas capulanas, o vestuário tradicional de algodão, esperavam na entrada para falar com ele. O Bispo Sengulane continua a ser muito respeitado por causa do papel que teve no processo de paz mas continua, em primeiro lugar, a ser um sacerdote Anglicano.

“O CCM criou a Comissão de Justiça, Paz e Reconciliação, CJPR, em 1984. Vimos como as pessoas sofreram. Nas cidades havia protecção do governo, mas nas zonas rurais não havia nenhuma. Os ataques e sequestros pela Renamo eram horríveis.” O CCM desempenhou um papel em actividades de emergência para as vítimas da guerra,

e trabalhou em campos de refugiados nos países vizinhos, mas concluiu-se que nem a evangelização nem a ajuda de emergência eram suficientes para acabar com o sofrimento. As igrejas queriam contribuir para a paz e democracia. Eram apoiadas e influenciadas pelas organizações de ajuda dos países Nórdicos europeus que tinham uma política anti-apartheid, incluindo a Awepa. Delegações de parlamentares da Europa visitaram os campos de refugiados e receberam informação do Bispo Sengulane e do Reverendo Lucas Amosse, que estava igualmente envolvido no processo de paz

“Quando o Presidente Samora Machel assinou o Acordo de Nkomati com a África do Sul em 1984, foi duramente criticado por muitos países africanos, incluindo aliados, mas eu penso que foi uma iniciativa corajosa e estrategicamente correcta, no sentido de que o Presidente Machel não queria dar ao regime do apartheid motivos para esmagar Moçambique,” diz Boaventura Zita, oficial de comunicação no do CCM, que também coordena os programas de educação cívica. Machel tinha esperança que a guerra parasse se a África do Sul suspendesse o seu apoio. Três meses depois do Acordo, as igrejas enviaram uma carta a Samora Machel congratulando-o pela sua iniciativa. “Mas as igrejas pensavam que não era suficiente. Era preciso encontrar a mesma coragem para falar com os outros moçambicanos que estavam a causar sofrimento no interior do país. Dissémos ao governo, por favor falem com os outros,” diz Zita. As igrejas foram recebidas por Samora Machel em 1985. Mas falar com a Renamo, aos olhos dele, não era

aceitável.¹ Em 1987, foi enviada uma terceira carta ao Presidente, que nesta altura era Joaquim Chissano. “Não importa donde vêm as balas ou que uniforme usam; os Moçambicanos estão a morrer neste terror.” Devem ser dados passos para preparar o diálogo, afirmava-se na carta: “mesmo com aqueles que são usados por forças externas” e “dialogar não é legitimar a desestabilização; é simplesmente reconhecer o sofrimento.”

O Bispo Sengulane e o Bispo católico da Beira, Dom Jaime Gonçalves, desempenharam um influente papel no surgimento da paz e reconciliação. Todavia os dois homens usaram duas abordagens diferentes, derivadas de histórias diferentes. Na administração colonial portuguesa a Igreja Católica era reconhecida oficialmente como parte do sistema e tinha um acordo formal com o regime fascista de Salazar; as igrejas protestantes em Moçambique por seu lado, eram alvo de discriminação pelas autoridades e tinham de manter uma posição independente. Em consequência disto, estas desenvolveram uma melhor compreensão da posição da população negra. As igrejas Protestantes usavam as línguas locais e frequentemente viam, pelo menos com simpatia, a luta de libertação. As escolas das igrejas protestantes educaram muitas das crianças que mais tarde se tornaram líderes do movimento de libertação. Esta diferença também influenciou as suas posições após a independência. Dom Jaime, Bispo da Beira, contou numa entrevista dada pela radio em 1999, como

voltou de um curso em Roma justamente antes da independência “Eu estava destinado a ser Director espiritual do Seminário Menor”². Quando veio a independência, os missionários portugueses deixaram o país. Dom Jaime ficou chocado com a promoção do ateísmo e a nacionalização de escolas e hospitais que tinham estado nas mãos da Igreja Católica. O governo convidou várias vezes os líderes da Igreja Católica para discussões. Como conta Dom Jaime, “Discutíamos, discutíamos, mas em muitos pontos não chegávamos a concordar. Interessava-lhes que eu mudasse de ideologia.” À medida que a guerra se agravava, a Igreja Católica não aprovava a violência da Renamo, mas definitivamente havia maior simpatia e compreensão pela oposição da Renamo ao governo da Frelimo. Em segredo, Dom Jaime procurou contactar Dhlakama, e encontrou-o finalmente na sua base em Maringué, muito antes de outros contactos terem sido estabelecidos.

Enquanto os católicos tinham melhor acesso à Renamo, o CCM estava mais bem equipado para influenciar o governo. O CCM forjou laços com o Arcebispo de Maputo, Dom Alexandre dos Santos, e tanto os católicos como os protestantes tentaram convencer as duas partes que conversar era necessário. Todos queriam a paz. “Nós fizémo-lo de maneira pastoral” disse Sengulane, “não em público. Isto foi diferente da abordagem dos católicos; eles não falaram com o governo, fizeram pressão sobre ele numa carta pasto-

1 Sengulane, D.S. *Vitória sem Vencidos*, Maputo, 1994, p. 9

2 Manhique, E. *Gente dan nossa terra*; 1999, Radio Moçambique, Maputo, p. 121 e.o.

ral que dizia: o governo tem de falar.” E continua, “Mas os católicos moçambicanos também queriam a paz. O Arcebispo de Maputo pediu-nos para falar com o governo.”

Em 1987, Chissano reconheceu a necessidade de acção e convidou os dirigentes religiosos para explorarem as possibilidades. As igrejas receberam então um convite do Senado dos Estados Unidos. “Eles queriam saber: ‘quem são esses comunistas que querem falar?’ E nós respondemos, ‘Não há comunistas nenhuns, há um sistema social que queremos restaurar’. Tínhamos esperança de que se pudesse promover contacto directo através dos EUA. Mas as igrejas americanas não percebiam o que nós queríamos.” Sorrindo diz: “Mas tivemos a oportunidade de falar com alguém que conhecia alguém que tinha contactos com alguém que tinha contactos com a Renamo.” Com isto começaram as viagens ao Quénia e outros países, de uma delegação de dois dirigentes religiosos católicos e dois protestantes. Demorou até Fevereiro de 1989 para realizar o primeiro encontro deles com dois políticos da Renamo: Raul Domingos e Vincente Ululu. “Dissémos-lhes: não queremos ser mediadores, só pedimos aos dois lados que falem directamente um com o outro.”

O encontro abriu uma porta. “Quando finalmente enontrámos o líder da Renamo Alfonso Dhlakama, em Agosto de 1989, conseguimos levar um documento do governo para a mesa, com 12 pontos para serem discutidos. A resposta da Renamo foi uma declaração de 16 pontos que trouxemos para

o governo. Foi a única coisa que fizemos. Não interpretámos nada. Foi tudo altamente confidencial.” O líder do CCM Reverendo Amosse, que esteve presente na reunião, diz agora: “Dos 16 pontos levantados pela Renamo, a questão do comunismo era a mais importante; outras questões eram a exclusão, a falta de respeito pelas tradições e o não reconhecimento das autoridades tradicionais.”

Por fim as negociações tiveram lugar em Roma. “Nós não queríamos tomar parte nas negociações em si”, diz o Bispo Sengulane. “Dom Jaime esteve presente. Eu nunca fui. Chegava um de nós.”

O CCM passou então a envolver-se mais abertamente na preparação para a paz, com a população no interior do país e nos campos de refugiados, preparando as pessoas para a paz e reconciliação. “Falávamos com eles sobre regressarem e perdoarem.” Depois do acordo de paz, participou nos programas de âmbito nacional de educação cívica e de reconciliação. “As feridas eram profundas; mulheres tinham sido levadas das suas casas e forçadas a ficar com a Renamo. A principal questão aqui era como envolver as próprias pessoas, como integrá-las,” diz o Bispo Sengulane.

A primeira prioridade foi envolver as igrejas associadas com CCM no país inteiro. A principal preocupação foi ajudar a população a aceitar a inclusão do inimigo. Reconciliação e perdão eram no início as questões mais importantes. A cooperação com a Awepa começou em 1991, desenvolvendo a partir

de 1993 um programa de nível nacional que criou possibilidades para as pessoas falarem abertamente e discutirem a nova situação, mas também para serem informadas sobre a nova situação política, a democracia multipartidária e as eleições. (Ver Capítulo 7) As delegações provinciais do CCM serviram como plataforma para as actividades e treino a nível provincial. Boaventura Zita escreve em 2009: “O programa deu um novo impulso ao trabalho com o CJPR, a comissão de paz e reconciliação das igrejas protestantes. A Awepa trouxe especialistas de outros países para seminários de formação, que trouxeram com eles experiência essencial bem como questões de democracia e direitos humanos.” Com os anos a perspectiva do CCM mudou para uma abordagem mais política. Como diz Boaventura Zita nas suas notas, “O CCM viu que era necessário também considerar as causas da situação de emergência.”³

O CCM também lançou por todo o país a campanha das “armas por enxadas” criando oportunidades para o desarmamento voluntário. O Bispo Sengulane explica que “Ainda há muitas armas no país, embora não haja grupos armados com intenções políticas.” As armas foram destruídas ou dadas a artistas que as usaram em projectos criativos. “Nós não perguntamos de onde vêm as armas. Infelizmente nem toda a gente as quer entregar. Mas a situação não é tão grave como em Angola onde as pessoas nas áreas dos diamantes estão fortemente armadas. Temos sorte que Moçambique não tem ligações entre guerra e recursos naturais. Ninguém tirou lucros da guerra.”

“Nunca há justificação para tanta violência, mesmo se a causa se aceita”, conclui Sengulane. “80% dos combatentes foram raptados e forçados a matar. O povo pagou com as suas próprias vidas. O problema agora é que a história é reescrita; ninguém quer ficar com a culpa.” (Ver Capítulo 9)

3 Zita, B. *A Cooperação entre o CCM e a AWEPA*, Maputo, CCM Maputo, 2009

Capítulo 4

Negociações e acordo

No dia 4 de Outubro de 1992, todos assistimos na TV ao abraço entre Chissano e Dhlakama, em Roma. Estava assinado o Acordo Geral de Paz, AGP. Os últimos dias das negociações tinham sido tensos; a assinatura tinha sido marcada para 1 de Outubro, mas Dhlakama atrasou a sua chegada por causa de problemas relacionados com a administração local nas áreas controladas pela Renamo. Mas mais conversações, alguma pressão e uma nova redacção sobre o assunto ajudaram a persuadi-lo e a ultrapassar as objecções finais. Filipa Baltazar da Costa, deputada da Frelimo, que tinha na altura posição dirigente na OMM, nunca esquecerá o modo como regressaram. “Chissano queria paz. Tinha dito antes de partir: ‘Não volto sem um acordo de paz assinado’. Ainda estou a vê-lo a sair do avião, vindo de Roma, com esse papel na mão exibido em triunfo. Foi um momento emocionante.”

Euforia, descrença e medo vieram a seguir: iria funcionar? Iriam mesmo parar a luta? Os combates tinham eclodido de novo em Angola depois do sucesso das eleições em Setembro. Em Moçambique, o acordo de paz alcançou o objectivo pretendido; a guerra teve de facto fim. A Renamo baseou-se num sofisticado sistema de comunicações que permitiu à sua direcção notificar todas as unidades da Renamo dentro dos cinco

dias seguintes, e as unidades obedeceram à ordem do cessar-fogo.

Cansados de guerra

Anselmo Victor era o delegado político nacional da Renamo na altura do Acordo de Paz. É actualmente deputado da Assembleia da República. Quando nos encontrámos no escritório da Renamo na Assembleia da República, disse-me: “Fui combatente na região da Beira. Havia muitos membros clandestinos da Renamo. A paz, para mim, não chegou de surpresa; toda a gente estava cansada de guerra e os dois lados sabiam que tinham de a aceitar. A comunidade internacional estava interessada em apoiar o fim da guerra e a União Europeia também desempenhou um papel no processo.”

“Houve uma seca muito rigorosa durante os últimos anos de guerra,” diz Manuel Pereira, também deputado, que era o delegado da Renamo na Beira em 1992. “As bases já não tinham comida. As pessoas sofriam de fome”. Vicente Ululu, antigo negociador da Renamo e figura dirigente na AR durante anos, confirma esta avaliação da situação que existia justamente antes do acordo de paz. “Ambos os lados estavam cansados. Queríamos que a guerra parasse.”

Mas o negociador principal, Raul Domingos, não acredita que a guerra tenha parado porque todos estavam cansados. “Os guerrilheiros obedeciam às ordens; sabiam que era tempo para a paz. Não acredito que estivessem cansados. Em outros países, a luta não para somente por cansaço, uns deixam



Conferência de imprensa durante as negociações de paz em Roma, anunciando o acordo sobre cessar-fogo. À esquerda: Presidente Joaquim Chissano; ao centro: mediador Mario Raffaelli; à direita: líder da Renamo Afonso Dhlakama, 1992, (Joel Chiziane, AIM)

a luta, mas outros tomam o lugar deles. Mas o povo acreditava nos seus dirigentes e por isso a guerra parou.”

A África do Sul retira-se e a Guerra Fria chega ao fim

A Frelimo tinha abandonado o Marxismo e discutia o sistema multipartidário que seria incluído na Constituição de 1990. Mas o mundo lá fora também estava a mudar. A Guerra Fria e o apartheid estavam a aproximar-se do fim. Mandela foi libertado em 1990 e o Muro de Berlim caiu; a Namíbia alcançava a independência da África do Sul após longas negociações. E já havia indicações anteriores. Os documentos da Gorongosa, encontrados em 1985 na antiga base central da Renamo, mostravam que a África do Sul nesta altura já tinha começado a perder interesse em Moçambique: minutas oficiais da visita do ‘Colonel Vanikerke’ (provavelmente refere-se a Van Niekerk) para Dhlakama, em Maio de 1985, descrevem como ele propõe uma visita do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros: “Louis Nel ainda está interessado na procura da paz em Moçambique.” Também pede à Renamo que não ataque o caminho de ferro da África do Sul para Maputo e as linhas de transmissão de energia de Cabora Bassa, “mas o ponto mais importante é pedir que se retomem as conversações Renamo/Frelimo.” Mas ele trazia também uma mensagem do General Viljoen: “Eu garanto ao Sr. Presidente [Dhlakama] que a Renamo ainda tem amigos entre os militares sul-africanos. Eu espero que o Sr Presidente compreenda as

dificuldades que nós, sul-africanos, temos com os nossos políticos.”¹

Anselmo Victor continua: “Depois de 1984, o apoio da África do Sul diminuiu. Um dos pontos fortes que se manteve foi o sistema de comunicações. Mas uma guerra nunca sobrevive só com apoio externo. Armas, equipamento e medicamentos eram difíceis de distribuir a partir de fora. O Acordo de N’komati também criou agitação; novas frentes foram abertas.” Raul Domingos estava insatisfeito com a atitude da África do Sul dizendo em relação ao Ministro dos Negócios Estrangeiros: “Pik Botha já não queria continuar. Sentimo-nos traídos; eles tinham-nos abandonado. Tinham os seus próprios interesses para prosseguir.” Mas o Pastor Mutungamira na província central de Sofala diz agora: “Quando o mundo lá fora perdeu o interesse na guerra, nós pensámos: e agora o que nos resta? Nós não queríamos esta guerra.”

Frelimo e Renamo falam

Em Maio de 2008, falei com os antigos negociadores da Renamo Raul Domingos e Vicente Ululu. Domingos explica: “A Frelimo queria um cessar-fogo, queria que a Renamo entregasse as armas antes de começar as negociações. Se quiséssemos reconhecer as instituições eles concediam-nos uma amnistia. Para a Renamo isto era inaceitável; não queríamos abdicar da nossa posição à partida. O governo do Quênia compreendeu

¹ *The origins of armed banditry in Mozambique; (Extracts) Gorongosa papers, 3rd edition, Notebook 2, p. 1-2*



Presidente Joaquim Chissano e líder da Renamo Afonso Dhlakama apertando a mão depois da chegada de Dhlakama a Maputo, 1993 (Alfredo Mueche, AIM)

as nossas preocupações dizendo que a paz ‘não pode ser imposta; tem de ser negociada até se chegar a um consenso’. Tiveram então de encontrar um lugar onde se pudesse negociar. Foi feita uma tentativa inicial no Malawi. Mas o Malawi tinha tropas no corredor de Nacala que atacaram a Renamo. A Frelimo mandou uma delegação ao Malawi e o presidente do Quênia ofereceu um avião para trazer a Renamo. Mas Dhlakama recusou e foi um fiasco. O Quênia desempenhou um papel ao nosso lado. O Presidente Arab Moi tinha contactado a liderança da Renamo e ofereceram-nos passaportes quenianos.” Tornava-se crucial encontrar terreno neutro. “A proposta da Renamo para organizar conversações no Quênia não foi aceita pela Frelimo, e a proposta a favor do Zimbabwe foi recusada pela Renamo.”

Foi então que Don Matteo Zuppi, da Santo Egidio, uma organização católica italiana com representação em Moçambique, tomou a iniciativa de mediar. Vicente Ululu explica que “O governo italiano escreveu a Chissano com a proposta de organizar lá as negociações. Tanto a Frelimo como a Renamo concordaram.” A Itália foi uma grande escolha, reduzindo a influência dos Estados Unidos e dando às negociações um carácter mais moçambicano. O envolvimento da África do Sul foi muito limitado uma vez que as suas atenções estavam concentradas no seu próprio processo de democratização.

Negociações em Roma

Em Fevereiro de 1990, chegaram ao conhecimento público que as negociações em Roma tinham começado. O primeiro encon-

tro directo em Roma teve lugar de 8-10 de Julho de 1990, com uma delegação de quatro representantes da Frelimo e quatro da Renamo. Armando Guebuza, Ministro dos Transportes, chefiava a delegação da Frelimo; os outros membros eram Francisco Madeira, assistente diplomático da Presidência, Aguiar Mazula, Ministro do Trabalho e Teodato Hunguana, Ministro da Informação. A delegação da Renamo era chefiada por Raul Domingos, chefe do departamento de Relações Externas, que era acompanhado por Vicente Ululu, chefe do departamento de informação, Agostinho Murrial, dos assuntos políticos e Joao Almirante do gabinete de Dhlakama. Foi um facto notável, e uma indicação da seriedade das negociações de paz, nenhum dos lados substituir qualquer um dos membros das delegações no decurso dos dois anos que elas duraram. Havia observadores nas reuniões: um representante do governo italiano, Mario Raffaeli, dois da comunidade de Santo Egidio, Andrea Ricardi e Matteo Zuppi, e Dom Jaime Gonçalves, Arcebispo da Beira. Mais tarde os observadores assumiram um novo papel, passaram a mediadores.

Os pontos iniciais levantados pela Renamo e pela Frelimo, e trocados através da mediação das igrejas, tinham tornado claro que ambos os lados levantavam questões de princípio que podiam servir de base para o diálogo: uma solução pacífica, democracia baseada na liberdade de expressão e associação, reconhecimento de que o povo tem o direito de escolher o seu governo, e um desejo de reconciliação nacional. A Renamo não rejeitou a legitimidade do governo, da

constituição e das leis vigentes.² “Quando viémos para a mesa das negociações, as nossas primeiras condições eram a democracia multipartidária, eleições livres e justiça,” diz Domingos. “Nós também não queríamos que continuassem os ataques zimbaweanos no corredor da Beira”. Domingos referia-se à estrada entre o porto da Beira e o país interior vizinho, o Zimbabwe, que era protegida pelas tropas zimbabweanas. O exército do Malawi protegia o corredor a norte, entre o Malawi e o porto de Nacala. “Mas os malawianos não atacavam,” diz Domingos. A primeira reunião terminou com uma declaração conjunta a 10 de Junho de 1990. Pela primeira vez, os dois lados expressaram publicamente a sua intenção de procurar a paz.

Havia um longo caminho a percorrer. Durante a primeira hora, Guebuza e Domingos tinham feito declarações de abertura para apresentar os membros das suas delegações e expressar o compromisso com o diálogo. Ambos evitaram observações polémicas e a atmosfera geral era boa.³ Vários países enviaram delegações que mantiveram encontros separados com ambos os lados. Os EUA particularmente, reclamaram um papel. Agiram em paralelo aos mediadores, fazendo as suas próprias reuniões com ambas as partes e insistindo com elas para assinarem um acordo sem referência ao uso militar dos corredores.⁴ Mas os dois lados

2 Hume, C. *Ending Mozambique's war*, 1994, US Institute of Peace Press, Washington D.C. p. 29)

3 Hume, idem, p. 33

4 Hume, idem, p. 45

queriam um acordo mais detalhado. Na terceira ronda, em Novembro de 1990, os negociadores mudaram a sua abordagem. Os observadores italianos tornaram-se mediadores, presidindo aos encontros e propondo a agenda. Duas questões tiveram prioridade: as tropas zimbabweanas e o estabelecimento da agenda para posteriores discussões. A agenda devia incluir as negociações sobre as condições políticas e militares para a paz, um calendário para o cessar-fogo e para as eleições e as garantias internacionais.

“No dia 1 de Dezembro de 1990, conseguimos acordo sobre o papel das forças zimbabweanas no período anterior ao cessar-fogo. Este foi um passo importante,” diz Raul Domingos. O documento conhecido como ‘Acordo sobre Cessar-fogo Parcial’ diminuía pela primeira vez a actividade militar. O papel das tropas zimbabweanas no corredor da Beira diminuiu consideravelmente e a Renamo prometeu não atacar mais os corredores da Beira e do Limpopo. Foi criada uma Comissão Conjunta de Verificação para monitorar a execução do acordo.

Em mais de dez rondas de negociações, o Acordo foi discutido ponto por ponto, deparando-se com momentos de tensão, inflexibilidade e algumas propostas da Renamo que pareciam ter sido introduzidas só para ‘complicar o processo e impedir que se chegasse a um acordo mais cedo’.⁵ Estava longe de ser simples. Havia vontade de negociar, mas a desconfiança era profunda e duradou-

ra. Prolongava as negociações. A morosidade na construção dos protocolos para se chegar ao consenso provocava impaciência na comunidade nacional e internacional.⁶ Mas o resultado foi um acordo com linhas de orientação muito detalhadas. Ele constituiu uma base sólida durante o melindroso e frágil período de transição, e foi uma ferramenta útil em muitas situações difíceis.

Embora houvesse uma pressão contínua do exterior, as negociações aconteceram entre moçambicanos. Tanto o governo da Frelimo como a Renamo faziam questão de garantir que assim o fosse. Numa carta a Raul Domingos em Maio de 1991 sobre os ‘princípios básicos’, Dhlakama quer confirmar as regras. Ele enfatiza que a proposta é obra dos EUA e da Frelimo, e que parece o mesmo o que ‘os americanos e os soviéticos’ fizeram em Angola, onde eles forçaram o MPLA e a UNITA – os dois lados do conflito – a assinar o acordo por eles elaborados. Ele expressa também o seu desgosto por ver que agora queriam fazer o mesmo com a Frelimo e a Renamo em Moçambique. “Em Moçambique isso não vai funcionar.”⁷

Apesar deste comentário exprimir o receio de que os EUA dessem apoio desproporcionado à Frelimo, o que nunca foi o caso, o efeito foi o mesmo: era claro que ambos os lados queriam que o acordo fosse moçambicano. E de facto, o acordo tão mal construído em Angola e a sua diminuta execução,

5 Hume, *Ending Mozambique's war*, 1994, US Institute of Peace Press, Washington D.C., p. 77

6 Mazula, B. *Eleições, Democracia e Desenvolvimento*, Maputo 1995, p. 30-31

7 Mazula, idem, p. 31



Presidente Chissano chega ao aeroporto de Maputo depois da assinatura do Acordo Geral de Paz de 4 de Outubro, 1992 (Antonio Muchave, AIM)

juntamente com a atitude parcial dos EUA e da ONU a favor dos rebeldes da UNITA, estiveram entre as razões que fizeram fracassar o processo de paz de Angola, precisamente um ano após estas observações de Dhlakama.

O factor conclusivo na fase final foi a série de encontros com líderes africanos, especialmente o Presidente Mugabe. Estes encontros reduziram o medo e deram legitimidade africana ao processo de negociação. Os mesmos estados que antes tinham estado envolvidos neste conflito entre moçambicanos, queriam agora promover a reconciliação.

Numa entrevista ao semanário moçambicano *Magazine* publicada em Junho de 2008, Raul Domingos conclui que as negociações foram um sucesso. “O AGP foi bem nego-

ciado, no seu contexto. Em todos os acordos nunca há satisfação plena das partes.” A única coisa que se fosse agora ele faria diferente seria “incorporar o componente de Segurança, da Polícia e da despartidarização da Função Pública (...) Em suma o AGP foi negociado em detalhe, envolvendo o conhecimento das causas da guerra e as formas da sua solução definitiva.”

Anselmo Victor diz agora que se sentiu feliz por ter a paz. “A guerra criou barreiras. As pessoas não podiam visitar-se umas às outras com facilidade. A partir de 1992 o clima foi diferente. Eu queria ser parte do processo.” Ele se tornou membro da Comissão Mista de Verificação do Acordo de Cessafogo Parcial, da Comissão de Supervisão e Control, e da Comissão Nacional de Eleições, CNE, durante o período de transição.

O Acordo

O acordo sobre o Cessar-fogo Parcial foi assinado a 1 de Dezembro de 1990.

O Acordo Geral de Paz, assinado a 4 de Outubro de 1992, consistia de sete protocolos, que foram acordados em datas diferentes.

I	Princípios Fundamentais	18-10-91
II	Partidos Políticos	13-11-91
III	Princípios da Lei Eleitoral	12-03-92
IV	Questões Militares	04-10-92
V	Garantias	04-10-92
VI	Cessar-fogo	04-10-92
VII	Conferência de doadores	04-10-92

A missão de paz das Nações Unidas, ONUMOZ, foi incumbida de um importante papel na garantia da execução do Acordo de Paz. Os protocolos detalhados foram executados e controlados por comissões conjuntas compostas de membros dos dois lados moçambicanos e também de membros internacionais.

CSC: Comissão de Supervisão e Control, chefiada pelo Representante Especial das Nações Unidas.

CCF: Comissão do Cessar-fogo

CCFADM: Comissão Conjunta das Forças Armadas de Defesa de Moçambique

Core: Comissão de Reintegração

O acordo era extremamente detalhado e nenhuma das partes podia prever o alcance completo das consequências financeiras, logísticas e organizacionais. A data das eleições foi fixada para finais de 1993, o que mais tarde veio a provar-se não ser possível. Um dos pontos importantes era o consenso acerca do novo exército conjunto, constituído por 15 000 soldados de cada lado, a serem treinados e estarem no seu posto antes das eleições, e o rápido ajuntamento e desmobilização de todas as tropas remanescentes. A constituição e governo vigentes continuariam até às eleições. Isto criou estabilidade durante o período de transição.

Diálogo e reconciliação teriam agora de continuar para além da assinatura do acordo. Tinha começado um período diferente. Moçambique abria-se; as pessoas começavam a falar, a encontrar-se, a viajar. Os refugiados regressavam às suas casas e as famílias reencontravam-se. Liberdade de expressão adquiriu um novo significado. Começaram a surgir jornais independentes e todos queriam discutir, estudar e aprender. Como se quisessem compensar tantos anos perdidos.

Capítulo 5

Reconciliação: “Se começamos a punir onde vamos parar?”

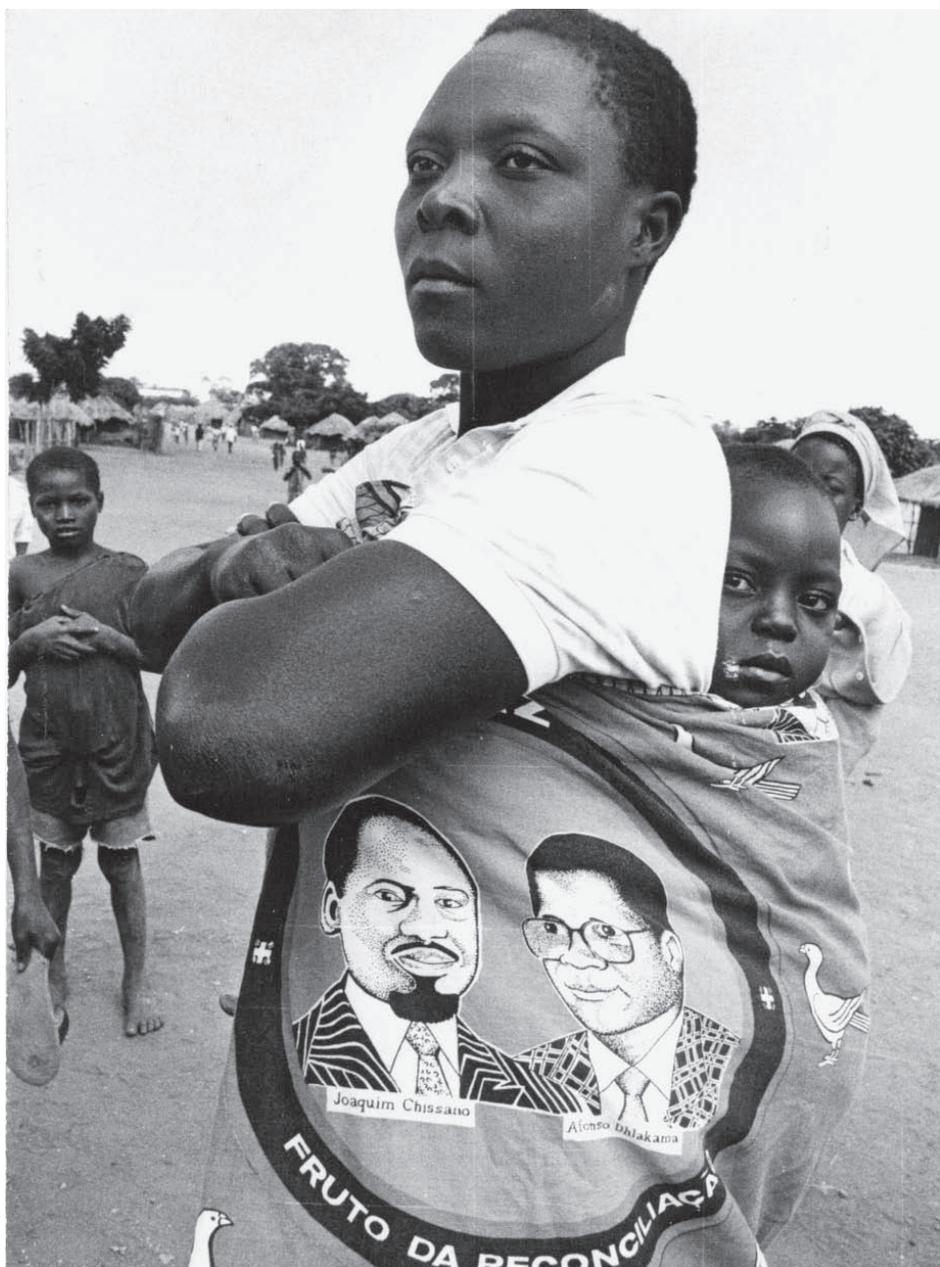
Aboleia de um camião a partir de Quelimane, era quase a única maneira de chegar ao interior da província da Zambézia, em Dezembro de 1992. Os combates tinham parado imediatamente a seguir ao acordo de paz de Outubro e as estradas tinham sido abertas. O comércio da cidade tinha começado a chegar às vilas isoladas da província. O nosso destino era o Gurué. A estrada era péssima: ramos na Estrada marcavam os lugares onde os carros tinham sido obrigados a abrandar e as carcaças queimadas mostravam o que tinha acontecido depois. Mulheres franzinas saíram timidamente do mato, espreitando-nos de trás de uma árvore, admiradas à vista de um carro normal a passar sem problemas. Estavam vestidas de cascas de árvore e demasiado amedrontadas para se aproximarem.

Nesse mês fiz uma segunda viagem, desta vez a Morrumbala, uma vila destruída na província da Zambézia que tinha sido ocupada pelas tropas da Renamo durante vários anos. Ali encontrei o novo administrador da Frelimo que me disse ter tomado a iniciativa de comunicar com as tropas da Renamo que tinham deposto as armas. A reconciliação já tinha começado, disse; não foi preciso esperar por orientações oficiais. Ordenou que alguém me acompanhasse a um acampamento militar da Renamo próximo da vila. Vi um velho convento em rui-

nas e rapazes com armas pesadas, que não tinham mais de 15 anos, vagueando por ali mas imediatamente alerta quando nos viram aproximar. Pedimos para dar uma palavra ao comandante. Veio um homem que se aproximou de nós estendendo a mão. Eu tinha de corresponder mas hesitei. Era como se estivesse a ver sangue numa guerra brutal nas mãos dele. Olhou para mim, esperando que eu lhe apertasse a mão. De repente pensei: se os moçambicanos aceitam, se estão desejosos de perdoar, se querem a reconciliação, quem sou eu para não fazer o mesmo? Apertei-lhe a mão. Foi o início de um crescente envolvimento sério e rápido, por parte da minha organização, a Awepa, no processo de paz, nos esforços da reconciliação e na construção de uma democracia multipartidária funcional.

Punição ou amnistia?

O acordo oficial de paz, o AGP, garantia uma amnistia geral e ninguém objectou, nem o povo moçambicano nem a comunidade internacional. A lei da amnistia aplicava-se a toda as pessoas envolvidas na guerra, tanto os guerrilheiros da Renamo como o exército. Nunca foram discutidos julgamentos como uma opção séria. Filipa Baltazar da Costa, ex- Secretária-Geral Adjunta da OMM e deputada pela Frelimo, diz agora: “Se começamos a punir onde vamos parar? A linha divisória entre ser culpado ou vítima é muitas vezes indistinta. Os moçambicanos compreenderam isso; a maioria das famílias ainda tinham familiares que foram raptados pela Renamo, dividindo as famílias entre membros da Frelimo e da Renamo. Punindo os crimes de guerra da Renamo



Mulher na Angónia, província de Tete: usa capulana com retratos de Chissano e Dhlakama, com a legenda “Fruto da Reconciliação”, 1993 (Alfredo Mueche, AIM)

significava abrir também a questão das ações criminosas cometidas pelas tropas do governo. Quem podia ter a certeza do que foi feito e por quem?” A colega Gertrudes Vitorino acrescenta, “Tivemos de perdoar, não esquecer. Como se pode esquecer aquilo a que se assistiu? Pessoas que viram as suas filhas serem batidas como as mulheres batem no seu milho. Há tantas testemunhas, jovens raptadas, violadas. Mas nós tínhamos o exemplo da África do Sul: punir não era o caminho.”

“Como se sente agora, quando todos esses crimes nunca foram punidos?” perguntei numa entrevista em 2008 a Helena e a Isabel, que vivem em Maputo. A resposta foi sem ambiguidade: “Nunca contestámos isso. Desde o início ficou claro com o começo das negociações que, se começássemos a falar de punições, a paz nunca seria alcançada. Tínhamos de aceitar que íamos ficar de boca fechada e esquecer.”

“Mas conseguem esquecer?”

“Não, nunca vamos esquecer.”

“E perdoar? Podes viver com pessoas que conheces quando sabes que tomaram parte naquilo?”

“Algumas vezes é difícil, sobretudo quando vês pessoas em grandes carros, a falar na Assembleia como se tivessem alguma preocupação com o povo, quando tu sabes que foram cúmplices em crimes brutais na guerra. Mas sim, em geral somos capazes de perdoar. Nós moçambicanos somos muito tolerantes e talvez demasiado tolerantes; é a natureza do nosso povo. Somos capazes de ser tolerantes mesmo quando não é razoável.”

Não era a primeira vez que era concedida uma amnistia, embora nas vezes anteriores estivesse relacionada com a confissão dos erros. Nos primeiros anos após a independência, o Presidente Samora Machel falou com pessoas que tinham colaborado com a administração portuguesa durante a guerra colonial. Se fossem honestos acerca dos crimes cometidos contra a população moçambicana, eram aceites e amnistiados. Em 1986-1987, uma campanha do governo pela rádio encorajava as pessoas a fugirem da Renamo; se o fizessem e se apresentassem às autoridades governamentais, recebiam perdão e apoio. Nessa altura 2000 homens trocaram de lado. Muitos deles tinham sido vítimas também e foi pedido à população que os recebesse e aceitasse. “Estas coisas ensinaram-nos a compreender e aceitar o inimigo, mesmo depois de crimes graves. A religião também foi importante ensinando-nos a paz e a tolerância,” diz Isabel. “Depois do acordo de paz tentámos viver com o facto de que, de um dia para o outro, os bandidos já não eram mais bandidos. Era muito mais importante manter a paz que fazer perguntas.” Quando o Acordo de Paz foi assinado, a norma era o silêncio a respeito das atrocidades. Mas quando pergunto a Filipa Baltazar porque as pessoas não falaram durante os programas de educação cívica, ela diz: “Oh, elas falaram sim, não falaram em público mas falaram entre elas.”

Cura tradicional ou Comissão da Verdade?

“Se não tivéssemos tido uma Comissão da Verdade e Reconciliação, tínhamos desaparecido em fumo,” disse o Bispo Desmond Tutu numa entrevista à TV holandesa em

Janeiro de 2008, em referência ao processo de reconciliação da África do Sul. “Como se pode perdoar alguém que diz: nego tudo?”

Moçambique sobreviveu; não desapareceu em fumo. A preocupação maior durante o período de transição era integrar e aceitar o anterior inimigo. Além disso, as igrejas pregavam integração e perdão. É uma discussão que tive várias vezes com Boaventura Zita do CCM durante os nossos programas conjuntos de educação cívica dessa altura. A sua resposta era: “Uma comissão da verdade não é a nossa maneira de fazer estas coisas, apesar da na África do Sul ter funcionado. Temos as nossas formas tradicionais de cura.”

Isso confirma aquilo que ouvi durante uma visita a uma aldeia localizada ao norte de Maputo, junto com uma delegação parlamentar da Awepa, em Maio de 1993. Era uma região que foi severamente afectada pela guerra, onde ataques e mortes tinham empurrado a população para fora das suas aldeias, para campos mais seguros na vila da Manhiça. Os homens voltaram para reconstruir, mas as mulheres e crianças ainda ficaram no campo até poderem ter a certeza que a segurança voltou para ficar. Fiz perguntas sobre as crianças perdidas, aquelas que combateram na Renamo. Eles podiam voltar também? “Sim, certamente; são nossos filhos.” Mas poderão estas pessoas aceitar o que eles fizeram? “Temos as nossas cerimónias para isso. Não falamos das violência que foi cometida. Isso ia trazer o espírito da violência de volta. Os nossos curandeiros fazem uma cerimónia para os limpar do mal, da violência, dos crimes. E depois disso eles

são aceites.” Outro homem disse, “Não somos sempre nós aqueles que estão em posição de punir. No fim, será feita justiça. Esta é a nossa convicção; isso dá-nos paz.”

A investigadora moçambicana Alcinda Honwana deu uma palestra numa universidade holandesa em 2008 explicando a importância do ritual de cura tradicional, especialmente para antigas crianças-soldado, que são vítimas e algozes ao mesmo tempo.¹ Contou a estória de um rapaz de dez anos, Marula, que foi raptado mas tentou escapar junto com o pai. A tentativa falhou.

“Como castigo, e para lhe poupar a vida, mandaram Marula matar o próprio pai. E ele fê-lo. A seguir a este primeiro crime, Marula tornou-se um feroz combatente da Renamo e ficou em actividade por mais de sete anos. Agora não se lembra de quantas pessoas torturou, quantas matou, quantas aldeias incendiou e quantas lojas e camiões de comida saqueou. Depois da guerra voltou à sua aldeia. Mas o tio paterno, único familiar sobrevivente, recusou recebê-lo em casa. Estes acontecimentos estabeleceram a transição de Marula de criança a soldado, de civil a combatente, de vítima a executor, de inocente a culpado, a um assassino rejeitado pela própria família. Isso mostra os dilemas morais e emocionais criados por uma guerra que destruiu comunidades e dividiu famílias inteiras.”

1 Honwana, A. *War, Reconciliation and Citizenship in Mozambique*. 2008, The Hague, ISS Public Lecture Series no. 1, page 9

Alcinda Honwana explicou como os moçambicanos lidam com estes rituais tradicionais de cura. “Rituais de limpeza e purificação foram feitos para tratar os problemas sociais e emocionais da população afectada pela guerra. Os rituais basearam-se nas noções de poluição pelos espíritos da morte.” Explica ela que os espíritos das vítimas vagueiam por perto e, se não for feita nenhuma purificação, isso pode afectar não apenas o indivíduo que cometeu as ofensas mas toda a família ou comunidade. “No caos do pós-guerra, quando o governo e as organizações internacionais não são capazes de oferecer mecanismos eficazes, estes rituais da comunidade são muitas vezes o único meio disponível para ajudar as comunidades a continuar em frente. Os rituais deram às antigas crianças-soldado aquilo de que necessitavam mais: perdão e reaceitação na comunidade. Desta maneira a comunidade reconcilia-se também consigo própria e o seu perturbante passado” Marula acabou de facto por ser aceite pela família mais tarde.

“E nós, as vítimas?”

A cura tradicional através dos curandeiros tornou suportável a vida a muita gente, sobretudo nas áreas rurais. Mas o silêncio sobre o que aconteceu era muito real e assim continua até hoje. Nunca nenhum crime foi abertamente admitido, e nenhuma relação directa foi estabelecida entre a vítima e o seu ofensor. Nada foi documentado oficialmente e não foram pedidos testemunhos às vítimas. Helena diz agora, “No princípio não era preciso falar: as pessoas sabiam quem fez o que. Mas agora a história está a ser reescrita cada vez mais, e a nova geração nem parece

saber sequer o que aconteceu. Magoa que as pessoas que nos atacaram digam agora que lutavam pela justiça. Às vezes penso: e nós? Aquilo que nos fizeram passar não conta?” E Fernanda, uma amiga duma provincia do norte, diz, “Eu perdi o meu pai. Ele era um homem bom que foi morto assim mesmo, sem motivo nenhum, mas eles nunca pediram perdão: nunca disseram, desculpem.”

Falando com Boaventura Zita do CCM em 2008, voltei à discussão que tínhamos tido 15 anos antes. Perguntei-lhe, “Porque é que Moçambique não criou uma comissão da verdade como na África do Sul?” Ele explicou, “Para ter uma comissão da verdade é necessário um sistema sólido de justiça. A realidade da África do Sul era também diferente; a guerra não foi tão selvagem como a de Moçambique. Além disso aqui havia muita informação contraditória e desinformação: a certa altura já não se sabia o que era verdade e o que não era. Será que serve alguma coisa? Saber o que um deputado actual fez ou não fez? É fácil julgar. Atrás da guerra havia estômagos vazios: esfomeados e famintos. Procurar justiça absoluta é difícil. Foram cometidos massacres por razões económicas. Onde está a justiça? Não vamos esquecer que o processo teve vítimas políticas, económicas e sociais. Quem tratou as feridas invisíveis dos moçambicanos? Muitos transformaram-se em meros instrumentos mas, graças aos tratamentos rituais, não ficaram traumatismos visíveis. Éramos irmãos, mas fomos usados. As condições externas promoveram isto. Nós nas igrejas falámos com muita força sobre perdão. O programa de educação cívica que o CCM fez

com a Awepa deu a todos a oportunidade de falar; foi a melhor coisa que se podia fazer. (Ver Capítulo 7). A região centro, Manica e Sofala, foi o mais difícil. Ali as feridas de guerra foram diferentes. Mas depois de várias reuniões e seminários, as diferenças desapareceram.”

Levantei a mesma questão com o Reverendo Lucas Amosse, antigo secretário-geral do CCM, que tinha estado envolvido nos programas de paz e reconciliação vários anos e foi fundamental no estabelecimento do programa de educação cívica com outros líderes religiosos. “Seria muito complicado pesquisar o que aconteceu. Já havia complicação suficiente e a paz tinha a prioridade sobre tudo o resto. A África do Sul é uma sociedade organizada, diferente da nossa quando saímos da guerra.” Recordando, acrescenta, “Quase todos nós fomos vítimas. Mas vejo agora que não fizemos o suficiente para reconhecer o sofrimento. Não quisemos prolongar a dor e penso que foi um erro. Mas agora não vejo o que podemos fazer. As pessoas que sofreram precisam de espaço para exprimir o seu sofrimento. Aqueles que cometeram crimes de guerra não foram punidos e nós não reconhecemos o sofrimento das pessoas que foram abusadas. Tentar revelar isto agora podia ter muitas consequências. Há riscos envolvidos: serão contadas histórias falsas. Voltar atrás para uma comissão da verdade é quase impossível.”

Obede Baloi explica: “No caso moçambicano, os dois lados dos combatentes foram fundamentais para estabelecer a paz, sem eles não teria havido paz. Os chefes fizeram

um compromisso; eles não tinham nenhum interesse em ir atrás da verdade. E as pessoas precisavam do seu chefe para ser parte de um novo começo, e por isso não faziam perguntas. Actores de violência raramente ficavam em lugares onde tinham actuado durante a guerra e não eram reconhecidos como tendo cometido crimes. É mais fácil aceitar o um inimigo que não é visível.

Levar criminosos de guerra ao tribunal bloqueia os processos de paz?

Os autores das guerras na antiga Jugoslávia e na Serra Leoa, ou dos genocídios no Ruanda, foram levados a tribunal. Estes processos legais após anos de impunidade, foram provavelmente um alívio para muitas pessoas. Os julgamentos também funcionam como prevenção, como um sinal: não se pode simplesmente matar, a pensar que se vai ficar impune.

Porém, o Tribunal Criminal Internacional, TCI, cada vez mais é confrontado com dúvidas de diplomatas e de pessoas do sistema judiciário, que questionam se as acusações não estão a criar obstáculos ao processo de paz em vez de contribuir para a solução, por exemplo dos actuais conflitos no Sudão e Uganda. Bert Koenders, Ministro holandês da Cooperação, disse em 2007 numa entrevista que a escolha óbvia nem sempre era optar primeiro pela justiça e só depois pela paz.² Está a falar de um dilema. Quem vai querer assinar um Acordo de Paz se sabe que vai parar a seguir no Tribunal de Haia? “Tem de se ouvir a população que é onde

2 Koelé, T. Em “Afrika met minister Bert Koenders”, artigo em *De Volkskrant*, The Netherlands, 12 de Maio 2007



Uma delegação de parlamentares, membros da Awepa, e representantes de organizações de refugiados numa missão em aldeias da província de Gaza onde as pessoas estão a regressar, Abril de 1993. (Pieter Boersma)

as vítimas se encontram,” disse. O papel do TCI também é questionado em África. Mas os fundadores do TCI argumentam que a paz sem justiça não é sustentável. Um analista ugandês discorda, dizendo que é uma questão de prioridades, uma vez que nem a justiça nem o estado democrático são possíveis sem paz: “Devia ser dado bastante espaço para chegar ao compromisso.” Mas estabelecer essa prioridade também significa que as vítimas não terão justiça. Isto representa realmente um imenso dilema. Pessoas do sul do Sudão dizem: “A nossa prioridade devia ser a reconciliação.”³

Conclusão

Amnistia, rituais de purificação e perdão, funcionaram em Moçambique. Trouxeram de facto a paz: tornaram possível que antigos inimigos vivessem lado a lado e construíssem juntos uma nova vida. Foi diferente da guerra colonial pela independência, ou de outras guerras onde um dos lados teve uma vitória inquestionável, como a Segunda Guerra Mundial na Europa. Estas guerras terminaram com uma afirmação clara do certo e do errado, dando lugar ao reconhecimento do sofrimento – pelo menos do lado vencedor; somente agora, depois de 60 anos, há algum espaço para as nuances e zonas cinzentas. Quando não há claramente um vencedor e um derrotado, traçar a linha

3 Lindeyer, K. ‘Vrede en gerechtigheid in Afrika’ artigo em *NRC Handelsblad*, The Netherlands, 14 de Julho 2008

entre o certo e o errado é um assunto difícil e sensível.

Reconciliação real significa honestidade de ambos os lados. Mas isso não foi possível para as pessoas no pós-guerra em Moçambique,

pelo menos de uma forma aberta. No fim, a única maneira de lidar com o passado, foi viver com ele. Mas as consequências a longo prazo ainda não são evidentes e os dilemas persistem.

Capítulo 6

A missão de paz das Nações Unidas e a comunidade internacional

A importância psicológica das tropas das Nações Unidas (ONU) especialmente no primeiro período, não devia ser subestimada, disseram-me várias pessoas. A ONU queria garantir que o processo de paz de Moçambique fosse um sucesso, especialmente depois dos fracassos recentes na Somália, na antiga Jugoslavia e em Angola. Moçambique tinha grande probabilidade de ser uma estória de sucesso, pois preenchia a maior parte das condições necessárias para funcionar: ambos os lados do conflito e a população em geral queriam a paz, e as longas negociações entre o governo e a Renamo tinham resultado num acordo sério e detalhado, com compromissos conscientemente assumidos por ambos os lados, inscritos no Acordo Geral de Paz, (AGP). Até então, parecia difícil um retrocesso.

“A situação é milagrosamente boa”

O diplomata italiano Aldo Ajello foi designado pela ONU para coordenar a missão da ONUMOZ¹ para Moçambique, constituída por pessoal político, um programa humanitário coordenado pela UNOHAC,² e cerca de 6.500 tropas das Nações Unidas e 1000 polícias civis. O Alto Comissariado das ONU para os refugiados, ACNUR, era respon-

sável por organizar o regresso de mais de 2 milhões de refugiados, em conjunto com a NARML, a instituição moçambicana com esta responsabilidade. Mas os 3 milhões de deslocados internos também precisavam de apoio. Estiveram envolvidas no seu regresso e integração muitas organizações internacionais, como o Conselho Norueguês para os Refugiados, por exemplo. A Organização Internacional para as Migrações, OIM, organizou o transporte de refugiados, das pessoas deslocadas internamente e dos soldados desmobilizados. Muitos refugiados regressaram espontaneamente, muito antes de começarem os programas oficiais. Ajello encontrou um eco de grande simpatia no então Secretário-Geral das Nações Unidas da época, Boutros Boutros-Ghali, que impulsionou os países doadores a contribuírem com recursos humanos e financeiros e a acordarem com novos calendários.

A ONU não tinha estado envolvida de perto nas conversações de paz e foi apanhada desprevenida pelas solicitações que lhe eram feitas pelo Acordo de Paz. Ajello tinha sido nomeado para o posto inicialmente numa base temporária. Por conseguinte, nos finais de 1992 e princípios de 1993, a comunidade internacional estava pouca preparada e teve de entrar em acção rapidamente. Em Dezembro de 1992 instalaram-se os escritórios da ONUMOZ em Maputo. Ajello queixou-se numa reunião no início de 1993, da lentidão do processo de aprovação do orçamento causar demoras à chegada das tropas. Só tinham sido aprovados previamente 11 milhões de US Dolares mas eram precisos mais 300 milhões para

1 Operação das Nações Unidas em Moçambique

2 Agência das Nações Unidas para a Coordenação da Assistência Humanitária



Moçambicanos repatriados da Suazilândia, chegando de combóio a Boane, 30 km a oeste de Maputo, 1993 (Alfredo Mueche, AIM)

o envolvimento da ONU e ainda não estavam comprometidos. Estavam prontas para vir tropas de Itália, Botswana, Índia, Zimbábue e Uruguais, disse ele.³ A chegada rápida das tropas era importante para manter a paz. Como afirmou Ajello nessa altura, “A Renamo não quer retirar as suas tropas até a ONU estar presente.” “É perigoso atrasar a desmobilização,” disse o político da Renamo Raul Domingos em Janeiro de 1993, referindo a presença insuficiente da ONU. As primeiras tropas só chegaram em Abril de 1993.

Nessa reunião no princípio de 1993, Ajello descreveu a situação situação como “miracu-

losamente boa”, apesar da ainda demasiado pequena presença das Nações Unidas. “As pessoas não estão a morrer, graças a uma boa resposta alimentar. A paz mantém-se; a chuva está a cair. Mas falta cobertura internacional por parte da imprensa uma vez que a situação esteja calma.”

A missão de Ajello tem sido em geral considerada um sucesso. Desempenhou um papel importante, não só como chefe das forças de manutenção de paz, mas como político que jogou xadrez com todas as peças no seu tabuleiro diplomático, muitas vezes debaixo de pressão de tempo, envolvendo o governo de Moçambique, os partidos políticos, a comunidade internacional e o seu pessoal da ONU na busca de soluções. A força de Ajello foi ele ser novo nas missões de paz da ONU,

3 Hansma, T. *Actas das reuniões da AWEPA em Maputo*, 31 de Fevereiro de 1993

e, talvez por isso, mais aberto a soluções não habituais e a responder seriamente aos sinais da sociedade moçambicana.

Os políticos moçambicanos acolheram bem o apoio vindo da comunidade internacional. Queriam desesperadamente fazer com que a paz funcionasse e tentaram criar as condições necessárias, mas reconheceram a sua falta de experiência e limitada capacidade. Além disso, era preciso criar confiança a todos os níveis – na política, na sociedade e no futuro exército unificado. Consequentemente, a Nações Unidas e as organizações doadoras eram bem-vindas e necessárias. Mas quase sempre cada país, organização internacional ou embaixador, tinha a sua própria opinião sobre como Moçambique se devia desenvolver. Ajello tinha a importante e difícil tarefa de coordenar estas diferentes opiniões e promover a reflexão conjunta. Organizar o envolvimento dos doadores, para garantir que haveria fundos no tempo e lugares certos, também era importante. Mas por vezes parecia que eles tinham tomado o controle sobre o país.

A Renamo fazia regularmente ameaças, jogando com a ideia de retomar o conflito armado. As suas ameaças de guerra eram perigosas; ainda eram possíveis de se concretizar. Mas estes ruídos residuais de insegurança eram também, e talvez em primeiro lugar, uma maneira da Renamo pressionar os procedimentos – e consegui os resultados pretendidos. De uma posição de relativa fraqueza, uma vez que o governo já estava instalado e era reconhecido pela comunidade internacional, o único recurso

da Renamo para reter poder em futuras negociações, era ameaçar boicotar o processo. “Enfrentávamos regularmente intimidação e ameaças,” diz agora o antigo representante da UNOHAC em Sofala e Inhambane, George Siemensma, “mas não penso que isso representasse um desejo real, ou mesmo possibilidade, de voltar à guerra. Penso que os líderes da Renamo sabiam que esse tempo tinha passado. O único momento em que senti um perigo real de que tudo acabasse mal foi quando Dhlakama anunciou um boicote no dia anterior às eleições. Não era talvez um regresso à guerra, mas era o sentimento de que tudo afinal tinha sido em vão.” (Ver capítulo 8.)

Ajello tinha insistido na importância de responder às exigências materiais da Renamo providenciando dinheiro que dificilmente seria depois justificado. Disponibilizar recursos financeiros aumentaria o interesse dos dirigentes da Renamo em vir fazer a vida na cidade, criando uma alternativa atraente às condições primitivas e duras da vida no mato. O embaixador dinamarquês Peter Truelsen apoiava a ideia, dizendo no princípio de 1993, “é do interesse de todos fazê-los sair do mato. Os outros têm uma base, casas, rendimentos, mas a Renamo não. Trazê-los para a cidade dando-lhes os meios de sobrevivência, ajudando a estabelecer um partido político, é importante.”⁴

Dinheiro e casas de luxo em Maputo foram de facto importantes para a Renamo criar a

4 Hansma, T. *Actas de reuniões da AWEPA em Maputo*, 31 de Fevereiro 1993



UNOHAC tentando atravessar as águas junto a uma ponte destruída sobre o Rio Luaua na província de Sofala, 1993 (George Siemensma)

sua nova posição. A comunidade doadora não foi a única a responder. O homem de negócios Tiny Rowland, da companhia internacional Lonrho, tinha feito um acordo financeiro com a Renamo no passado para que não atacassem as instalações da Lonrho na província de Tete. Quando esta abordagem deixou de sortir efeito e a Lonrho já não mais era excluída dos ataques violentos, Rowland optou por apoiar a paz. “Não há democracia sem dinheiro,” parece ter dito Raul Domingos a Rowland em Junho de 1992. Foi então negociado um acordo de seis a oito milhões de US Dólares, dependendo a quantia exacta da continuidade do cumprimento dos acordos de paz pela Renamo. Rowland também ajudou nas exigências da Renamo em relação a casas, colocando a disposição da Renamo durante um ano, o Hotel Cardoso de 4 estrelas em Maputo e fornecendo ainda uma frota de carros.⁵

5 Alex Vines, *The Business of Peace*, 1998

O AGP era sofisticado e também complexo. Incluía acordos quanto a procedimentos e calendários precisos e estipulava que o período de transição devia terminar com eleições em finais de 1993. Porém este período revelou-se muito curto. Estando presente o exemplo de Angola nas mentes dos moçambicanos e da comunidade internacional, em que o movimento rebelde Unita recomeçou a Guerra depois das eleições de 1992, era evidente que se precisava de uma preparação muito melhor. Mesmo depois das eleições terem sido adiadas por um ano, era ainda uma corrida contra o relógio. Precisamente um mês antes das eleições a Renamo ainda não tinha desistido do controle de todas as áreas que ocupava, o que significava acesso limitado, quase nenhuma informação e nenhuma liberdade de movimento para a população naquelas áreas.

Adiar as eleições, todavia, também significava a extensão da presença das Nações Unidas, a um custo mensal de 20 milhões de US Dólares. Em Janeiro de 1993, o representante do PNUD, Erik de Mul, disse numa reunião, “Se a ONUMOZ tem de ficar até por volta de 1994, os custos da operação da ONU vão crescer substancialmente. É quase impensável que o Conselho de Segurança venha a estender a operação para lá de 1993.” Apesar das despesas consideráveis, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a extensão; Ajello apoiou o adiamento que se veio a provar crucial. Eleições apressadas impostas de fora, ignorando o contexto, tinham causado o fracasso dos processos de paz em vários países, mesmo tendo em conta que as eleições tinham cor-

rido bem. A comunidade internacional tem subestimado muitas vezes a importância de dar tempo ao envolvimento da população para construir perspectivas de uma vida melhor, para conseguir reconciliação entre os antigos inimigos e organizar uma séria preparação dos políticos antes deles assumirem novas tarefas. Se a preparação pré-eleitoral fôr apressada e incompleta, será uma base fraca para o período pós-eleitoral. De Mul também exprimiu as suas preocupações sobre o processo de democratização a seguir às eleições. Era óbvio que as eleições não podiam ser o fim da estória.

Outro problema era a língua. A língua nacional falada em Moçambique é português. O pessoal e tropas da ONU, o pessoal das embaixadas e das organizações internacionais que vieram para dar apoio técnico para a repatriação, reabilitação e eleições, tinham dificuldade em ler os documentos básicos, para já não falar em compreender as subti-

lezas, especialmente no início. A pedido do governo, a Awepa forneceu traduções para inglês e publicações bilingues de documentos-chave. Foram feitas cópias extras para as Nações Unidas.

As tropas da ONU

As primeiras tropas chegaram em Abril de 1993. Os italianos vieram substituir as tropas do Zimbabwe no corredor da Beira. Primeiro estabeleceram uma presença visível, com patrulhas armadas regulares, mas depois de algum tempo deixou de ser necessário; era raro haver qualquer incidente grave. Mas a presença dos militares da ONU como força neutral teve um efeito positivo, especialmente à volta dos centros de desmobilização.

As forças de manutenção de paz da ONU tinham um mandato limitado; se eclodisse violência ou guerra, teria possivelmente sido difícil reagir adequadamente. Felizmente que isto nunca foi sériamente posto à prova. A guerra tinha acabado de facto depois do dia 04 de Outubro; os soldados da ONU estavam em Moçambique principalmente como um símbolo da paz e segurança. Por outro lado, era um grande exército que estava pouco ocupado. Por volta do final do período de transição, a população via-os principalmente como soldados que passavam a maior parte do tempo deitados na praia. Alguns contingentes desempenhavam um papel especialmente construtivo e positivo, apoiando os esforços para construir estradas, jardins e parques infantis. Como relata Siemensma, “Eles ajudaram a tornar as estradas acessíveis e a localizar minas terrestres. Abriram



Desminagem na província de Sofala por uma empresa sul-africana, 1993 (George Siemensma)

os seus hospitais à população e providenciaram apoio logístico.”

Em contraste, os italianos em Manica causaram problemas graves. Ernst Schade, coordenador da organização norueguesa Redd Barna (‘Save the Children’ da Noruega), que estava baseada em Manica, diz-me em 2008 como foi envolvido. “O contingente italiano não estava muito bem preparado para esta missão. Não tinham informação prévia sobre Moçambique; no que lhes dizia respeito, podia ser um país qualquer. O seu comportamento em Manica demonstrava uma falta total de respeito pela população, conduzindo carros sem cuidado, causando acidentes, recusando pagar os prejuízos.”

Nesta altura a Redd Barna estava a trabalhar no apoio a crianças sózinhas que tinham perdido os pais na guerra, tentando ajudar crianças a encontrar as suas famílias e voltar para elas. “O primeiro indício que algo estava mal foi quando membros do pessoal viram muitas meninas com saias muito curtas.” A situação tornou-se muito mais séria quando a Redd Barna descobriu abuso sexual de crianças, organizado e em larga escala, por parte das tropas. Schade descreve ter testemunhado o abuso pessoalmente. “Dois elementos do pessoal vieram a minha casa às 11 da noite e pediram-me para vir dar uma vista de olhos num clube nocturno. Havia lá entre 40 e 50 italianos. Tinham construído um palco e vi que havia 4 meninas muito jovens nuas e 4 homens italianos nus. Tinham números nas costas e um dos homens gritava ‘Número 1 vai para o número 6’. Filmavam tudo.” Através dum amigo

moçambicano fotógrafo, a quem os italianos tinham pedido para copiar os filmes, Schade conseguiu uma cópia do material. “Era simplesmente pornografia infantil.” A Redd Barna mandou um relatório para as Nações Unidas em Dezembro de 1993, mas demorou alguns meses e uma onda de publicidade internacional até que fosse lançada uma investigação a sério. No entanto a missão de investigação chegou a conclusões claras e os italianos foram mandados para casa em Abril de 1994.⁶

Os italianos foram substituídos por um contingente do Botswana. O contraste era dramático. As tropas tswanas ganharam popularidade por levarem a cabo projectos orientados para a comunidade. Schade descreve a diferença de aproximação. “O comandante chefe tswana veio ter comigo, um homem alto impressionante. Deu-me o seu número pessoal de telefone e disse: se houver algum problema com os nossos soldados, por favor chame-me.

UNOHAC

O mandato geral para a coordenação da ajuda humanitária competia à UNOHAC e incluía a reintegração de ex-soldados e coordenação da desminagem. Ao contrário do restante pessoal da ONU, os coordenadores provinciais da UNOHAC eram recrutados entre os expatriados que viviam em Moçambique, que conheciam a situação local e falavam a língua. As suas equipas eram as únicas

6 Schade, E. *Experiences with regard to the UN Peacekeeping Forces in Mozambique*, Redd Barna, Nov. 1995

que tinham acesso às áreas da Renamo sem restrições. “A nossa força abrangia dois aspectos”, diz Siemensma, que trabalhou na província de Sofala, uma das áreas mais difíceis. “O nosso mandato estava estabelecido no Acordo de Paz e isto colocou-nos em boa posição para negociar e convencer a Renamo a manter-se dentro das regras em momentos difíceis. Particularmente, tínhamos acesso a áreas difíceis onde havia pessoas em esconderijos, ainda debaixo do controlo da Renamo. Mas também nos deu a possibilidade de coordenar as organizações da ajuda com eficiência, evitando a situação em que cada organização começava onde queria ou deixava que outros interesses prevalecessem. Deixámo-los revelar os seus planos e ajustarem-se uns aos outros”. A maior parte das ONGs não gostou do envolvimento da UNOHAC no início; os recém-chegados queriam simplesmente correr para as áreas da Renamo, preferindo as áreas ‘populares’ como a Gorongosa, para onde era mais fácil angariar dinheiro. “Mas de facto eles precisavam de nós para ter acesso a regiões onde a situação ainda era tensa.”

A intervenção em Sofala não se limitava à ajuda de emergência. A UNOHAC foi mediadora em quatro casos de motins relacionados com ex-soldados que esperavam em centros de acantonamento para a desmobilização. “Em Julho de 1994, recebemos uma mensagem urgente dizendo que soldados mutilados em Muanza tinham feito um número substancial de reféns”, diz Siemensma. “A caminho do local encontramos tropas da ONU que tinham barricado a estrada. Avisaram-nos que a situação era

perigosa, mas nós decidimos continuar com a bandeira da ONU no topo. Em Muanza, vimos à volta de 200 pessoas acampadas na berma da estrada, guardadas por soldados. Estes eram muito agressivos embora só tivessem como armas paus e muletas. Protestavam contra a lentidão do processo de desmobilização.” Os antigos soldados agora queriam fazer refém o grupo da UNOHAC, mas a negociação resolveu a situação. “De volta à Beira fizemos o que tínhamos prometido. Com a ajuda da Cruz Vermelha, receberam comida para os reféns e para eles. Tudo isso foi possível devido ao envolvimento a alto nível que permitiu incluir o representante da Renamo em Sofala, Manuel Pereira, que falou com eles sobre os problemas da desmobilização. As 200 pessoas foram então deixadas ir embora. Ainda levou várias semanas até que os soldados saíssem do centro de acantonamento..

Num outro caso de barricada no Dondo, o ex-soldados tinham armas e dispararam para o ar. Desta vez não fizeram reféns. Tinha sido Manuel Pereira a convocar uma manifestação, por isso não queriam ouvir os apelos da UNOHAC para parar. “Foi necessária uma discussão firme com Pereira, referindo os acordos do AGP, em especial sobre armas, para conseguir levantar a barricada,” diz Siemensma.

A desmobilização e um novo exército unificado

Foi de facto crucial a desmobilização a tempo e a integração dos antigos soldados. Se este processo não fosse completado antes das eleições, a guerra poderia recomeçar a

qualquer momento. O Acordo de Paz definiu que os dois exércitos moçambicanos deviam ser integrados num exército unificado de 30,000 soldados, 15,000 de cada lado, a ser recrutado numa base voluntária. Mas a maioria dos soldados apenas queria voltar para casa. Ajello também exprimiu a sua preocupação, dizendo que “uma sondagem inicial indica que só 15% estão interessados em ficar no exército unificado. E os doadores não estão interessados em pagar para o novo exército ou para qualquer exército.” Treino militar e apoio foram providenciados mais tarde pelo Reino Unido, França, Portugal e Zimbábue; a Itália contribuiu financeiramente.

Ton Pardoel era o chefe da Unidade Técnica da ONU para a desmobilização. Numa entrevista a um jornal holandês em Maio de 2009,⁷ disse que “Tudo tinha de ser inventado; mesmo o governo não sabia quantos soldados havia no país. Era um segredo público que um terço tinha sido morto ou tinha desertado, mas em nenhum lugar havia documentação.” Foram criados 49 centros de acantonamento onde os soldados seriam preparados para a desmobilização. Receberam um passe de identificação com uma fotografia. “Para muitos deles era a primeira vez que se viam a si próprios. [O processo] tinha de ser transparente, de modo a que ambas as partes pudessem sentir confiança e entregassem suas armas sem perder o prestígio.”

7 Steen, H. vande ‘Je hebt antennes nodig, geen plan.’ *Brabants Dagblad*, 30 de Maio 2009

O número de soldados da Renamo também não era claro e no início tinha sido exagerado. Havia dúvidas sobre se todas as tropas se tinham apresentado. A Renamo manteve na retaguarda um número substancial, especialmente na área em volta da antiga base central da Renamo em Maringue. Mais ainda, não tinham sido desmobilizadas ou imediatamente libertas todas as crianças-soldado, como acordado. Em Junho de 1994, a Renamo admitiu que ainda tinha mais de 2000 crianças-soldado. Uma sondagem da UNICEF confirmou a sua presença em bases fortemente guardadas dentro das zonas militares mais fortes da Renamo. Foi organizada uma equipa especial de desmobilização tendo como alvo aqueles que tinham menos de 15 anos de idade.⁸ Mas mesmo em 1995, depois das eleições, foram libertadas de Maringue mais 50 crianças através de uma intervenção da Cruz Vermelha.

Um diplomata holandês que esteve envolvido nessa ocasião diz agora que “Nós não sabíamos exactamente quantos deviam ser desmobilizados. Os numeros iniciais da Renamo eram muito elevados, mas mais tarde provou-se que eram muito mais baixos. Estávamos preparados para contribuir mas ficámos preocupados com a lentidão do processo.”

As primeiras tropas foram para os centros de acantonamento em Dezembro de 1993, um ano depois do AGP, e a desmobilização começou em Março de 1994. No fim do

8 Syngde, R. *Mozambique, UN Peacekeeping in action 1992-1994*. US Institute of Peace Press, 1997, p. 97



Aldo Ajello (centro) conversa com a delegação da Awepa. Esquerda: Jan Nico Scholten, presidente da Awepa; direita: Sir David Steel, membro do Conselho da Awepa, 1993 (Pieter Boersma)

mandato da ONU em Dezembro de 1994, 92 881 soldados foram desmobilizados; 11 579 se juntaram nessa altura ao novo exército, muito menos do que se esperava. O lento processo de desmobilização e as demoras causaram muitos problemas. Em Julho de 1994, o número de motins aumentou, parecia que a disciplina de ambos os lados tinha desaparecido quase que inteiramente. Era claro: os soldados não queriam servir no novo exército. Só queriam ser desmobilizados, receber o salário, comida, sapatos e mantas, e partir.⁹

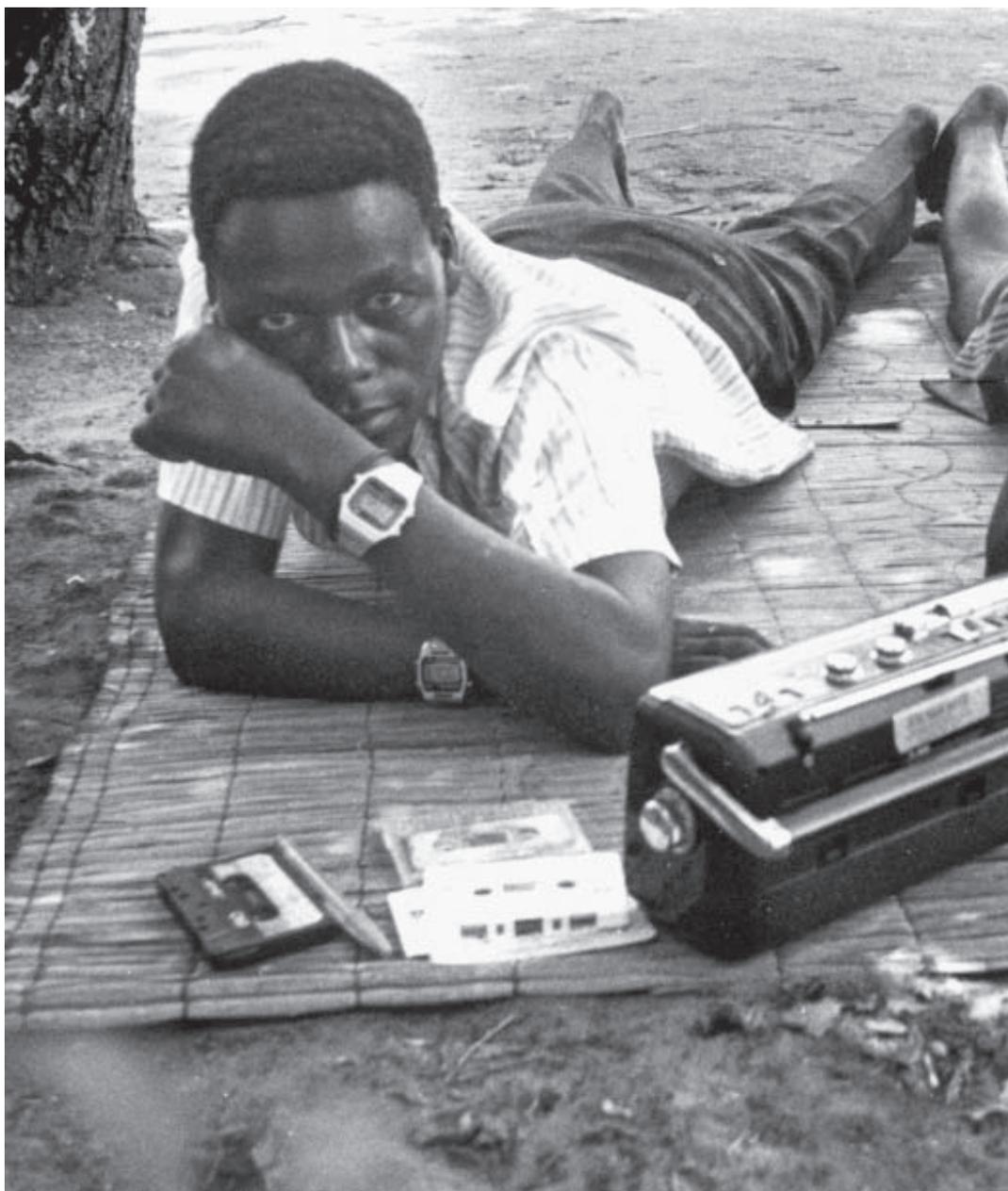
Uma estória de sucesso: o pagamento de dois anos de salário tornou possível a integração dos ex-soldados

O que faria Moçambique de mais de 92,000 ex-soldados que não tinham lugar no novo

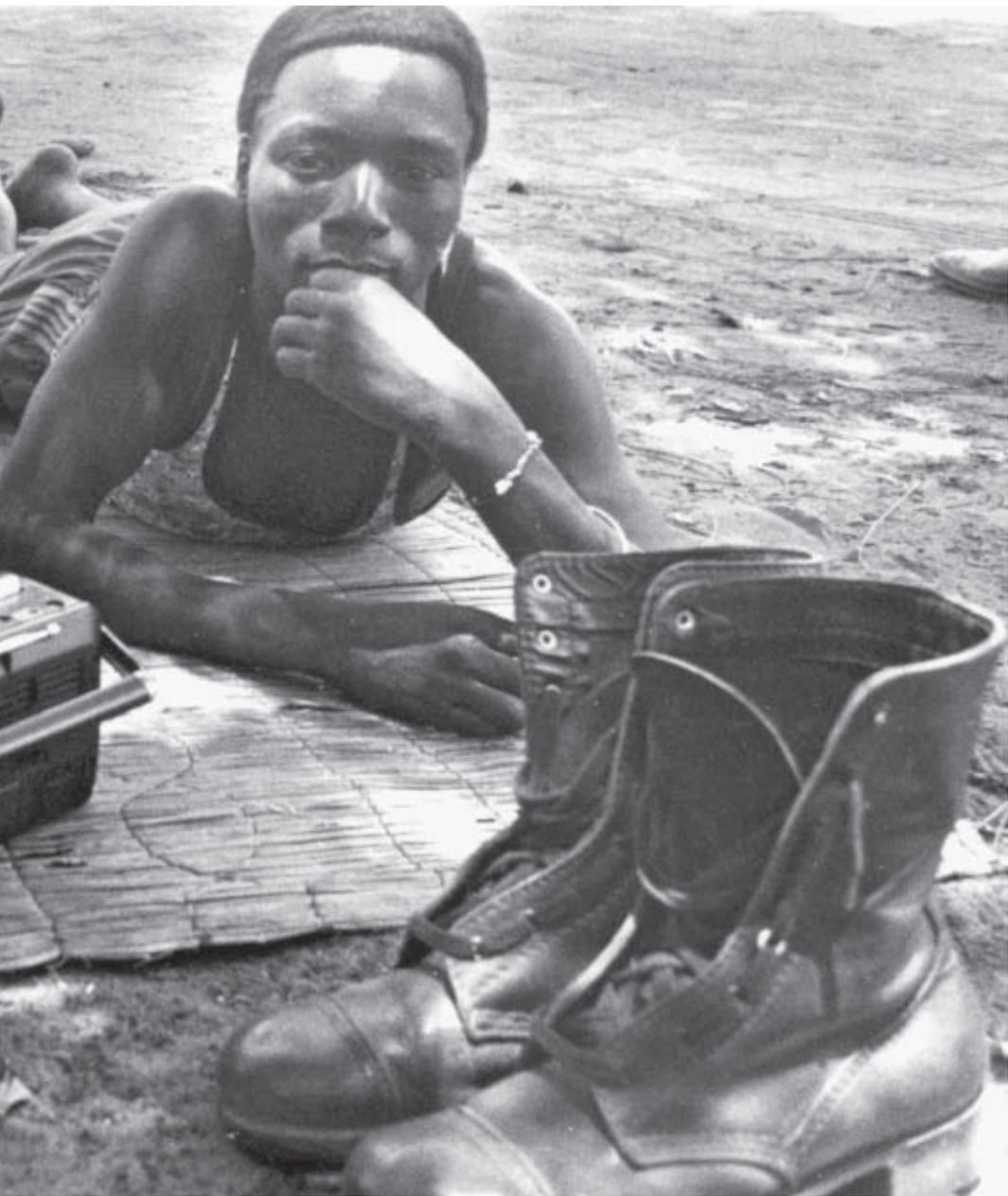
exército ou não queriam juntar-se a ele? Ex-soldados muitas vezes tornam-se nos novos jovens marginais, não tendo outra experiência que não fosse a guerra, mal recebidos na sua antiga aldeia ou tendo ainda acesso a armas. A sua presença continuaria a pôr em perigo a estabilidade se não conseguissem encontrar um novo modo de vida. Em Angola, durante o período de paz em 1992, a frustração com o lento processo de desmobilização criou espaço para ataques criminosos nas estradas reabertas.

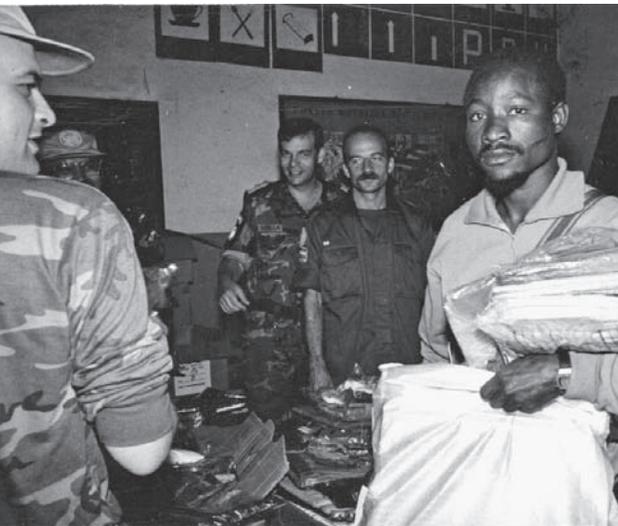
Em Janeiro de 1994, Ajello exprimiu a sua preocupação pela desmobilização que não avançava suficientemente depressa. Tomou então uma iniciativa invulgar. Propôs garantir mensalmente apoio em dinheiro durante dois anos, a ser pago durante seis meses pelo governo e dezóito meses pela comunidade doadora. Os soldados desmobilizados receberam primeiro um curso

⁹ Fauvet, P. and M. Mosse. *Carlos Cardoso e a Revolução Moçambicana*, Maputo, Ndjira, 2003, p. 327



Soldados num centro de acantonamento em Massinga, a espera da desmobilização, província de Inhambane, 1994 (Ferhat Momade, AIM)





Um soldado desmobilizado recebe roupas e dinheiro, 1994 (Ferhat Momade, AIM)

introdutório sobre os seus direitos e deveres e sobre comportamento pacífico como civis. Tiveram também acesso a formação profissional. Escolheram o local para onde queriam ir, receberam um pacote de roupas civis e foi-lhes proporcionado transporte até ao destino da sua escolha. A soma mensal estava relacionada com o último salário no exército governamental e era pago através do banco local. Consistia entre 7 US dólares e 24 US dólares por mês e para as patentes mais alta até 46 US dólares, com uma soma por inteiro de 52 US dólares no final.¹⁰

“Era uma medida revolucionária; era difícil vender esta ideia ao nosso governo em

10 Barnes, S. *The Socio-Economic Reintegration of Demobilised Soldiers in Mozambique*. Maputo, UNDP/RSS, 1997

Haia,” diz o diplomata holandês. “Mas, uma vez que a União Europeia aceitou, os holandeses estavam prontos a juntar-se à iniciativa.” O programa foi aprovado em Março; os primeiros soldados receberam o seu dinheiro do banco no seu distrito em Julho de 1994.

“Isto deu-nos uma boa posição para regressar,” diz um dos ex-soldados. “Ficámos membros respeitados da comunidade, tínhamos alguma coisa para dar à família, podíamos investir nas nossas vidas.” A maior parte dos ex-soldados voltou para as áreas rurais, construiu uma casa, investiu na sua família empobrecida, encontrou uma esposa, teve um filho e cultivou um pedaço de terra. Os resultados da avaliação foram positivos.¹¹ Em 1996, 87% destes soldados desmobilizados foram reintegrados na sociedade e aceites pela comunidade; a maioria deles tinha assegurado uma fonte de alimentação ou um pequeno rendimento garantido. As suas famílias estavam melhor, com mais filhos a irem para a escola. Os homens que ficaram na capital tiveram uma taxa de sucesso mais baixa, mas ainda dentro de parametros razoáveis.

O orçamento total da reintegração foi de 94,4 milhões de US dólares. Deste orçamento, 35,5 milhões foram entregues ao projecto para cobrir os dois anos de rendimento em dinheiro. Destes, 33,7 milhões foram directamente para os soldados desmobilizados.

11 Lundin, I. et. al. ‘*Reducing Costs through an Expensive Exercise*.’ Case study, London, Macmillan Press, 2000

O que ficou como despesas gerais era muito pouco: 2,5% para o PNUD que coordenou o programa, e 2,5% para o banco. Sam Barnes conclui na avaliação que fez para o PNUD que “dinheiro e benefícios materiais para todos os soldados desmobilizados deviam ser a base de todos os programas de reintegração. Não há nem capacidade organizacional nem base económica nas sociedades pós-conflito para executar programas de criação de emprego em larga-escala”¹² No final, beneficiaram mais de 92 mil soldados, cerca de 71 mil das forças do governo e 21 mil da Renamo.

Apesar deste sucesso, o exemplo tem sido dificilmente seguido em outros países. A maioria regressou ao modelo tradicional de projectos. Há tabús e preconceitos a respeito de dar dinheiro directamente. Uma das objecções é que os pobres não têm as capacidades necessárias para eles próprios melhorarem as suas vidas e precisam da ajuda especializada de outros para o dispende adequadamente. Outra opinião é que é preferível dar o dinheiro às mulheres porque elas assumem melhor a responsabilidade da família, ao contrário dos homens. A abordagem de Moçambique contestou isto. Aconteceu o contrário: quando lhes foi dado dinheiro, regularmente e sem condicionais, os homens trabalharam com as suas famílias e planearam o modo de melhorar as suas vida – e muitos tiveram sucesso.

¹² Barnes, S. *The Socio-Economic Reintegration of Demobilised Soldiers in Mozambique*. Maputo, UNDP/RSS, 1997

O novo exército: “estivemos debaixo de ordens militares não a discutir política”

Durante as negociações, o governo da Frelimo teve dificuldade em aceitar um exército de 30 mil; queriam pelo menos o dobro deste número. O coordenador na ONU, Ton Pardoel confirma a falta de entusiasmo dos soldados em juntar-se ao novo exército. “A questão de saber se podíamos conseguir soldados suficientes para o novo exército voluntário era crucial. A maioria estava farto de guerra; queriam ir para casa. Queriam paz.” Na altura das eleições o novo exército ainda não estava completo. Tendo sido planeado um exército de 30 000 soldados, no final de Agosto totalizava 7806 soldados sendo 4263 das tropas do governo e 3543 antigos combatentes da Renamo. No fim do mandato da ONUMOZ em Dezembro de 1994, o total tinha chegado a 11 579.

Adriano Malache trabalhava no Ministério da defesa em 1995. Entrevistei-o em Outubro de 2008. “Ainda era difícil. O número de tropas tinha sido substancialmente reduzido e havia falta de confiança. Cursos em conjunto tinham de minimizar essa tensão. Havia diferenças importantes entre os que vinham das antigas forças governamentais e frequentemente tinham passado por escolas militares, alguns mesmo tinham estado na academia, enquanto os guerrilheiros da Renamo vinham do mato. Tiveram de ser integrados, aprendendo os princípios dos exercícios militares. Foram organizados seminários com ambos os lados acerca do papel das forças armadas numa sociedade democrática em tempo de paz, com o devido respeito pela lei e os direitos humanos.

Foi discutido entre todos. Aguiar Mazula, Ministro da Defesa, tomou esta iniciativa. Era um processo lento; teoria não muda o comportamento da noite para o dia. Mas aos poucos, era compreendido.”

As declarações públicas não reflectem sempre a realidade. “Publicamente, dissémos que não havia nenhuma divisão, mas toda a gente sabia como era difícil. Mas a liderança das forças armadas ajudou a todos a aceitarem-se uns aos outros, dizendo, ‘todos matámos, não nos vamos acusar uns aos outros.’ Nós estávamos debaixo de ordens militares não a discutir política. A falta de espaço para expressar sentimentos políticos de facto facilitou a integração. Ocorreu num espírito de reconciliação, não transpondo os velhos problemas para a nova situação. Tínhamos de ser democráticos.” Malache continua: “Agora sentimos por vezes que há muitas coisas que devem ser questionadas: quem teve a culpa, o que fizémos nós de errado? Muitas coisas ainda dóem, fazem sentir revolta. Mas naquela altura todos os esforços eram dirigidos para a manutenção da paz. Para os jovens já é história.” Malache é agora director do escritório moçambicano do *Netherlands Institute for Multiparty Democracy*, NIMD, uma organização que apoia o desenvolvimento democrático de partidos políticos em dezassete países.

O pico da ajuda internacional

Os refugiados e os deslocados voltaram a casa e as famílias tentaram reencontrar-se, as pessoas começaram a construir de novo, e tinham de ser criadas condições de vida mínimas. “Vimos um grande número de

ONGs internacionais que vinham apenas para aproveitar as oportunidades,” diz Alex, um antigo empregado no sector público de águas de Manica. “Havia dinheiro disponível e muitos foram os que o solicitaram, mesmo sem ter capacidade para realizar o trabalho com qualidade. O ACNUR tinha distribuído os distritos pelas organizações da ajuda. Mesmo quando só eram especialistas em um assunto, subitamente tinham de fazer tudo: agricultura, construção de escolas, abertura de poços, etc.”

O regresso dos refugiados através do ACNUR sofreu muitos atrasos. O ACNUR não estava preparado e só se começou a organizar em Agosto de 1993, depois de ter assegurado um orçamento de 204 milhões de US dólares. Atrasou tanto que os refugiados até perderam a estação das sementeiras. 250 000 pessoas já tinham regressado por iniciativa própria, principalmente do Malawi.¹³ Alex continua dizendo que “A paz trouxe alívio e optimismo; toda a gente sentia isso. Podia-se viajar sem medo. Mas o período da transição também era muito confuso, envolvendo muitas irritações, sobretudo com as ONGs internacionais que vieram temporariamente. Foi preciso esperar até acabar o pico para voltar à normalidade. ONGs sérias, que já estavam no país antes do Acordo de Paz, na maioria ficaram e tentaram garantir a continuidade.” E Siemensma diz: “Construímos uma base de dados muito boa que foi mais tarde entregue às autoridades governamentais competentes, junto com todo o mate-

13 Syngge, R. *Mozambique, UN Peace-keeping in action 1992-1994*. US Institute of Peace Press, 1997

rial, computadores, etc. Mas para o governo era ainda mais difícil do que tinha sido para nós, deitar a mão á coordenação com as ONGs internacionais.”

Revendo o passado

Numa entrevista em 1999 num jornal holandês¹⁴, Aldo Ajello reflecte sobre o processo e papel da ONU. “Em Moçambique, viémos como amigos. Não é o caso em muitos outros países; a ONU tem muitas vezes má imagem. Eu transgredi todas as regras da ONU. Sabia que seria o fim da estória nos associassemos à burocracia de Nova York.” E continua: “Depois de assinar um acordo, o movimento de guerrilha é extremamente vulnerável. Os combatentes têm de sair do mato. Estão receosos, vêem a paz como uma armadilha e começam a violar o acordo.”

A Renamo atacou quatro aldeias nos primeiros dias. Ajello foi falar directamente com Dhlakama, dizendo: “Gastámos um milhão de dólares por dia neste processo, uma fortuna. Não podemos continuar assim. Qual é o seu problema? Talvez possamos resolver isso. Se não, vocês vão continuar bandidos com quem ninguém quer negociar.” A ONU gastou 17 milhões de US dólares em apoio financeiro à Renamo durante a transição. “Era absolutamente necessário transformar a Renamo num partido político.”

Há lições que podem ser aprendidas de Moçambique, diz Ajello. E enumera cinco pontos:

1. Todos tem que estar convencidos de que não há solução militar;
2. Depois das negociações não deve haver vencidos;
3. O acordo de paz deve ser muito detalhado. Se não é, haverá enormes problemas quando está a ser implementado;
4. As tropas para a manutenção de paz tem de estar lá para a população. Se não, transforma-se em tropas de ocupação;
5. A maior parte do apoio deve ir para os rebeldes e não para o governo.

Conclusões

Os dois anos de negociação e dois anos de transição têm sido criticados como excessivamente dispendiosos e lentos. Todavia, a abordagem não ortodoxa e o tempo extra que se levou a resolver as coisas foram de facto úteis, e provávelmente proporcionaram a base mais importante para o sucesso do processo de paz. As organizações internacionais deram o apoio necessário – moral, financeiro e técnico – mas nem todas as organizações reconheceram a importância de ter os moçambicanos como condutores, sendo eles os donos do país. Por vezes a presença internacional foi demasiado avassaladora.

14 Bossema, W. ‘Na vredesonderhandelingen mogen er geen verliezers zijn.’ *De Volkskrant*, 16-04-1999



Seminário de educação cívica em Inhambane, Março 1994 (Awepa Maputo)

Capítulo 7

Educação Cívica no período de transição

“**E**stava a estudar fora do país quando ouvi que tinha sido assinado o Acordo de Paz,” diz Obede Baloi, sociólogo moçambicano e meu colega de 1993 a 1998. “Foi uma nova era, voltei para ser parte dela, apaixonou-me. No começo de 1993, viajei para Gaza pela primeira vez e vi a destruição da guerra, carros queimados pelo caminho. Mas também vi as pessoas a regressarem a pé. Vieram por sua própria iniciativa. Não esperaram pela ONUMOZ; começaram a construir as suas casas. Acreditavam que era possível. Isto impressionou-me”. E continua: “Nessa época, a Awepa organizou as suas primeiras séries de seminários de educação cívica com as organizações da sociedade civil. Um dos formadores para o seminário do CCM não apareceu e o CCM sugeriu que a Awepa falasse comigo. Tive dois dias para me preparar sobre o tema de democracia. Participei e fiquei envolvido. Pareceu-me uma oportunidade para dar uma contribuição útil.”

Baloi fala do seu entusiasmo crescente, “As pessoas já estavam envolvidas na transição. Eu estava impressionado pelas discussões sobre liberdade e democracia. As pessoas expunham os seus pontos de vista; não havia nenhuma auto-censura. Elas já estavam a usar o novo espaço de liberdade. Era maravilhoso. Este foi o início dos meus intensos cinco anos de programas da Awepa, parti-

cipando em diferentes fases de educação cívica e em observação eleitoral.¹ Depois das eleições fomos envolvidos na formação e apoio à Assembleia da República e em capacitação para as eleições locais.”

Organizações moçambicanas e Awepa: “Juntámos as nossas experiências e resultou num grande trabalho”

Em Novembro de 1992, um mês após a assinatura do AGP, a Awepa deu apoio à conferência da OMM, na qual as delegadas participantes, junto com mulheres líderes de outros países de língua portuguesa, trocaram ideias sobre como as mulheres moçambicanas se podiam envolver nos esforços de construção da paz.

A conferência da OMM foi o primeiro passo no envolvimento a nível nacional das mulheres no processo moçambicano. Depois deste acontecimento, o Ministro da Justiça Ali Dauto, em Janeiro de 1993, pediu a Jan Nico Scholten, presidente da Awepa, que prosseguisse o seu envolvimento na educação cívica. “A Awepa foi a primeira organização internacional no país que estava preparada e capaz para tratar das questões de paz e democracia com a sociedade civil, e durante muito tempo foi a única” disse em 2008 Angelo Matusse. Matusse foi o representante da Awepa para Moçambique entre 2000 e 2008. E esteve interessado desde o início.

1 Baloi, O, ‘... e muitos participaram!; um estudo sobre a educação cívica por ocasião das primeiras eleições gerais e multipartidárias em Moçambique’, 1995, Awepa, Maputo-Amsterdam

Foi então estabelecido um programa conjunto com as Igrejas Protestantes, organizado dentro do CCM, e com a organização das mulheres, OMM. O CCM esteve activamente envolvido na promoção da paz e reconciliação durante vários anos. Os programas incluíam séries de seminários a nível nacional, regional e provincial, nos quais líderes provinciais, membros e activistas eram treinados para informar e envolver a população local. Os temas estavam relacionados com o conteúdo do acordo de paz, com a explicação dos novos direitos tais como o de livre circulação, o processo de reconciliação, aceitação do antigo inimigo e cooperação com ele, e o novo sistema multi-partidário. O programa expandiu mais tarde e incluiu a organização da juventude, OJM, dos trabalhadores, OTM, e ainda algumas pequenas organizações. Com o sindicato independente de jornalistas, ONJ, tratou-se do papel especial dos jornalistas no processo. Na fase final antes das eleições, um pequeno grupo de activistas da Renamo foi formado.

Os formadores eram especialistas moçambicanos, pessoal das organizações participantes e pessoal e especialistas da Awepa. A Awepa era para Moçambique um parceiro de confiança. Através dos seus membros internacionais que incluíam membros do parlamento, políticos e peritos em direitos humanos, conseguiu oferecer as especialidades necessários. Os activistas das organizações moçambicanas apresentaram a mensagem usando línguas locais em regiões onde o português era demasiado difícil de compreender. A motivação e a capacidade

organizativa, até às aldeias mais remotas, era impressionante.

Filipa Baltazar era Secretária-Geral Adjunta da OMM na altura, e responsável pelos programas de educação. Em 1995 ela concluiu numa entrevista: “Juntámos as nossas experiências e resultou num grande trabalho”. A sua colega Gertrudes Vitorino acrescentou: “No começo nem sabíamos muito bem como fazer. Desenvolvemos tudo em colaboração com a Awepa. Nem tínhamos a ideia que seria um trabalho gigantesco como o que acabámos por realizar”.²

O programa de educação cívica: por onde começar?

Os moçambicanos estavam traumatizados; muitos tinham perdido as suas famílias e as suas casas, outros tinham sido vítimas de abusos ou tinham procurado refúgio nos países vizinhos ou em acampamentos. Agora que a paz tinha finalmente sido alcançada, tentavam recomeçar as suas vidas. A maioria era iletrada e, sobretudo nas áreas rurais, não existia praticamente a consciência pública de que havia uma nova constituição desde 1990 ou um Acordo Geral de Paz, o AGP. O novo sistema democrático de Moçambique baseava-se em legislação ocidental, fundada em princípios que são diferentes das práticas tradicionais africanas, as quais se baseiam mais em consenso do que em competição. Era também diferente dos

2 Baloï, O, ‘... e muitos participaram!; um estudo sobre a educação cívica por ocasião das primeiras eleições gerais e multipartidárias em Moçambique’, 1995, Awepa, Maputo-Amsterdam, p.19

sistemas políticos mais recentes, sejam os da era colonial onde não havia democracia nenhum, seja o sistema de partido único depois da independência. O conceito de escolher entre vários partidos era desconhecido e eleições gerais por voto secreto nunca tinham sido feitas anteriormente.

A nova situação precisava de ser discutida; era necessário falar de paz, tolerância, liberdade de circulação, respeito por opiniões diferentes e respeito pelos direitos humanos. Era necessário explicar o novo sistema político, a democracia, os partidos políticos e a votação. Como se podia envolver a população? Como prevenir que a democracia se transformasse em saco vazio, excluindo o povo? O que podia ser feito para evitar que o ódio e os traumatismos lançassem a sombra sobre a esperança e a cooperação?

Desenvolvimento dos programas

Pouco depois do Acordo de Paz, a Awepa começou a funcionar num pequeno escritório no jardim do Conselho Norueguês de Refugiados, só comigo e a Telma Mahiquene, uma jovem mulher moçambicana que tinha acabado precisamente o curso da escola de administração comercial. Ela era uma combinação de assistente, contabilista e rececionista e eu fazia todo o resto, apenas com o meu computador portátil e a minha motorizada. Depois da grande conferência da OMM fomos surpreendidas por uma onda de pedidos. Quase não tínhamos tempo para reflectir, tínhamos de avançar simplesmente. Foi, para todos os envolvidos, um período de aprender fazendo, identificando cuidadosamente as necessidades mais

urgentes. Isto significava o envolvimento de pessoas motivadas e criativas no programa, e arranjar todos os apoios necessários das instituições oficiais, do Ministério da Justiça e, mais tarde, dos órgãos eleitorais como a CNE e o STAE.

A educação cívica nessa altura não era uma tendência das organizações internacionais como agora, e nos tínhamos muitas vezes de inventar a roda. As organizações moçambicanas construíram o programa com base nos seus membros activos nos distritos e localidades. Era tudo discutido em conjunto, analisando as fases do processo moçambicano e inventando novas metodologias.

O escritório internacional da Awepa e o seu pessoal davam apoio e os nossos doadores eram flexíveis, e assim foi possível dar início aos programas sem demoras burocráticas. Vieram especialistas e parlamentares da Europa e da África Austral, juntando-se a nós como colegas numa base voluntária, nunca pedindo salários de consultores ou benefícios de luxo. Muitos conheciam Moçambique e falavam português, e estavam motivados para contribuir. Dizem agora que aprenderam tanto do processo moçambicano como os moçambicanos aprenderam deles.

Outros actores

No início, não havia outras organizações disponíveis para dar educação cívica e o trabalho dos órgãos eleitorais ainda não havia começado, mas depois desenvolveu-se um envolvimento mais amplo, especialmente antes de eleições. A igreja católica já tinha

começado um programa de “perdão e reconciliação” em Agosto de 1992. Em Dezembro de 1993, começaram um programa de educação cívica no período de preparações para as eleições, apoiado pela Caritas Moçambique. Para as províncias foram treinados 36 activistas para acompanhar 736 activistas nas zonas rurais. Quando os órgãos eleitorais foram instalados, a organização americana NDI trabalhava directamente com eles, dando apoio para manuais e materiais que tiveram de ser elaborados. Em 1994, coordenadores provinciais de educação cívica foram nomeados pelo NDI e o STAE, principalmente para se focarem em educação para a votação. Assumindo uma abordagem pragmática, a maioria dos coordenadores combinou este trabalho com o que já estava a fazer-se em outros programas de educação cívica. A ONG internacional Friedrich Ebert organizou vários debates e produziu materiais didácticos. O treino dos delegados de lista dos partidos políticos foi financiado pelos EUA; o financiamento providenciado destinava-se a treinar 35 000 monitores de diferentes partidos e o programa foi implementado através de três organizações internacionais: CARE, IRI e OIM.³

Como instituição oficial para a organização das eleições, o STAE treinou 1600 activistas de educação cívica. A informação que eles davam era predominantemente técnica: as datas e locais do recenseamento e da votação, a importância de ter um cartão de eleitor, e como votar. O treino veio demasiado

tarde para ajudar com o recenseamento de eleitores, mas Balói descreve um grande impulso nas últimas três semanas antes das eleições, “a CNE/STAE dirigiu uma gigantesca campanha associando meios de comunicação como rádio e TV, incluindo unidades móveis, e contacto directo com o eleitorado através de simulações de votação, realizados por equipas de agentes de educação cívica.”⁴ Muitas organizações moçambicanas pegaram no assunto; discussões nas mesas redondas eram difundidas no rádio. Grupos de Teatro e Dança, entre eles a Companhia Nacional de Canto e Dança, fizeram peças e espectáculos tendo as eleições como tema, muitas vezes com a cooperação de activistas de educação cívica.

Trabalho com as organizações de massas OMM, OJM e OTM

Vindas de um sistema de partido único, as únicas organizações com membros espalhados por todo o país e com experiência em actividades locais eram as chamadas ‘organizações de massas’ – OMM, das mulheres, OJM, da juventude e OTM, dos trabalhadores, criadas pela Frelimo após a independência como forma de envolver a população no desenvolvimento. As igrejas também tinham uma presença por todo o país, embora com uma posição e uma história diferente. Novas organizações tinham começado a emergir a partir de 1990, mas a maioria ainda era pequena e local. Muitas

3 *The U.N. and Mozambique 1992-1995*; intro by Boutros Boutros-Ghali, p. 60

4 Baloi, O., ‘... e muitos participaram!; um estudo sobre a educação cívica por ocasião das primeiras eleições gerais e multipartidárias em Moçambique’, 1995, Awepa, Maputo-Amsterdam, p. 14

delas juntaram-se aos programas das grandes organizações. As ‘organizações de massas’ declararam-se independentes da Frelimo após a constituição ter aberto opções para a diversidade em 1990. Elas queriam ter um papel na promoção da diversidade na sociedade, criando espaço para opiniões diferentes nos grupos de mulheres e de jovens, e envolvendo-se em um trabalho de educação cívica imparcial. Imparcialidade da mensagem que elas veiculavam era uma condição para o apoio da Awepa ao programa, mas isto não exigia muita discussão; era nitidamente o caminho que eles tinham escolhido para desempenhar o seu papel na construção da paz, reconciliação e nova sociedade democrática.

A OMM e o envolvimento das mulheres

Encontrei em 2008 de novo as duas mulheres que tinham realizado todos os programas da OMM entre 1993 e 1997, Filipa Baltazar da Costa e Gertrudes Vitorino. Após dez anos, tínhamos tanto de que falar, tantas experiências para trocar, que nos era muitas vezes difícil retomar o fio da conversa e voltar às questões que a entrevista devia tratar. “Quando a constituição preparou o caminho para o sistema multipartidário, em 1990, muitas mulheres na OMM eram contra. Mas nós, na direcção, tínhamos viajado para fora do país várias vezes e visto diferentes sistemas políticos, primeiro na Zâmbia e depois no Malawi. Era difícil para muita gente aceitar que Chissano quisesse introduzir um sistema multipartidário, uma vez que as pessoas que tinham participado nas discussões a nível nacional estavam contra ele. Mas Chissano estava à procura da paz.”

A OMM tinha sido eficaz dentro do sistema monopartidário, mantendo linhas directas de comunicação com o partido, o governo da Frelimo e a Assembleia da República. “Como OMM tínhamos influência; pudémos mudar alguma legislação e práticas relacionadas com as mulheres, precisamente porque éramos aceites pelo governo como a organização principal das mulheres. Moçambique sempre criou espaço para a liderança das mulheres. Mas nas nossas casas é diferente.” As estruturas locais trouxeram a questão dos direitos das mulheres aos distritos. A OMM era conhecida pelas suas campanhas efectivas sobre tópicos relacionados com a higiene e saúde nos distritos, assim como na sua chamada de atenção desde cedo para a violência doméstica. Circulos de interesse criados nos subúrbios e nas aldeias organizaram as mulheres locais dando-lhes oportunidade para melhorar as suas vidas. Desde 1990, desenvolveu-se um tipo diferente de espaço para novos programas locais. Porque a OMM estava a perder o seu apoio financeiro por parte da Frelimo, recebia agora alguns fundos dos doadores. Todavia a maior parte do trabalho era feito pela maior rede de mulheres numa base de solidariedade – operando com um orçamento muito pequeno. Para a OMM, o fim da guerra significou uma nova motivação para edificar a paz, mas também procurar um lugar para as mulheres na nova democracia emergente.

A conferência sobre “Mulher e Democracia” em Novembro de 1992 pretendia ser um momento de reflexão pelas delegadas provinciais da OMM. A participação de Angola e outros países oferecia inspiração do

exterior. Mas por essa altura Angola já tinha regressado à guerra, um sinal para Moçambique que a preservação da paz não era uma conclusão adquirida. Filipa ainda sente isso com um duro fracasso. “Convidaram-me como observadora para as eleições angolanas, e as próprias eleições correram bastante bem.” Mas a preparação para a paz em Angola tinha sido pouco profunda. Os exércitos não tinham sido desmantelados e foram capazes de rapidamente regressar às antigas posições, com a UNITA ainda mais forte uma vez que tinha ganho acesso às cidades.

A conferência da OMM tornou-se o primeiro passo no envolvimento por todo o país das mulheres de Moçambique no processo de paz e democratização. “Nós alertámos as pessoas para a mudança,” diz Filipa. “As pessoas agora tinham de lidar com muitos partidos; tinham de conhecer as regras. Tinha de lutar por uma posição justa das mulheres na sociedade. O importante era perdoar, não punir.”

“Apelámos à mulher para também ela ser exigente na democracia.”

Augusta, activista de longa data na OMM em Nampula e Maputo, diz em 2008: “Explicámos que a democracia começa em casa. As delegadas provinciais da Zambézia e Nampula eram uma inspiração para mim. Sabiam do que se tratava; tinham espírito para fazer o trabalho; não pretendiam ser dirigentes por ser dirigentes, ou pelo dinheiro. Se for só por dinheiro destrói-se tudo. Elas queriam deixar alguma coisa concreta para o bem-estar do povo. Fomos para os distri-

tos, envolvendo as populações, num espírito de tolerância, solidariedade e harmonia.”

Mesmo durante a guerra as mulheres da OMM em Nampula tentaram chegar até às mulheres nas áreas rurais, muitas vezes correndo riscos. “Tivemos brigadas em cada distrito. Tentámos trabalhar com as mulheres isoladas. Estávamos a caminho de uma vila a 80 Kms de Nampula numa coluna com escolta militar, quando ouvimos dizer que o inimigo estava próximo. Encontrámos um lugar para passar a noite, mas quase não dormimos com medo. Mais tarde vimos uma aldeia que foi atacada e queimada. A população recebeu-nos com uma peça de teatro que mostrava o que tinha acontecido: o roubo, o rapto, a matança. Partimos muito tristes. Acompanhámos o governador a um acampamento que tinha recebido as vítimas. Uma mulher grávida tinha o corpo coberto apenas de casca de árvore. Tinham sido libertos pela tropa. Chorámos e chorámos; e ainda somos assombradas por estas cenas.”

Estas imagens motivaram Augusta a continuar a trabalhar pela paz depois do Acordo. “Não falámos sobre o que aconteceu; só assim depois foi possível aceitar isso. Ninguém foi punido, ninguém foi preso, houve um perdão geral. Não foi fácil dar a mão, viver com esta pessoa que matou os nossos familiares. Mas levamos a mensagem, explicámos até fazer entender: vamos construir Moçambique juntos. Íamos a pé, não encontrávamos cama nem boa comida. Em Namacurra dormimos numa pensão que em parte tinha sido queimada.” Embora fosse difícil, foram mesmo até às zonas da Renamo ten-

tar chegar às mulheres que aí estavam. “Elas estavam isoladas, não tinham nenhuma informação. Mais tarde tentámos cooperar com a Liga das Mulheres da Renamo que estava precisamente a emergir.

A coordenadora provincial da OMM de Nampula já me tinha dito em 1993 como tinham tentado romper a desconfiança. Não tinham autorização da Renamo para entrar nas áreas sob seu controlo; era-lhes dito que não valia a pena e que ninguém estaria interessado. Quando contactaram as mulheres da Renamo, foram autorizadas a entrar juntas na zona. As mulheres dentro da área não tinham nem ouvido falar de que a paz tinha chegado ao país.

Acontecia viver dentro da mesma casa uma pessoa da Renamo e outra da Frelimo. Augusta explica, “Comparávamos isso com duas equipas de futebol; partidos diferentes têm de aprender a coexistir.” As activistas da OMM deixavam sempre, intencionalmente, espaço para discutir a posição das mulheres na sociedade. Durante um seminário foi explicado às mulheres que também elas podiam ser candidatas nas eleições, mas uma mulher respondeu, “Como é possível? Eu não tenho tempo. Tenho que trabalhar na machamba, procurar lenha, cozinhar, alimentar o meu marido e filhos, vender os produtos no mercado, enquanto o meu marido está numa reunião na casa agrária.” A vida já muito pesada para uma mulher.⁵

5 Baloi, O., ‘... e muitos participaram!; um estudo sobre a educação cívica por ocasião das primeiras eleições gerais e multipartidárias em Moçambique’, 1995, Awepa, Maputo-Amsterdam, p. 30

Augusta recorda a difícil tarefa que enfrentavam: “A legislação era difícil de compreender. O sistema multipartidário tinha de ser explicado, como os conceitos do voto livre e directo para escolher alguém. E as discussões sobre o papel das mulheres eram acaloradas: o que sou eu como mulher? A mulher é ensinada a acreditar que o seu papel é servir o homem e o homem manda nela. Mas a OMM tentou dar às mulheres um sentido de auto-estima.” Augusta considera a sua própria vida no contexto dos direitos das mulheres: “Como mulher pergunto a mim mesma qual é o meu papel: não é só fazer filhos e trabalhar.” Voltando ao tópico da educação cívica, ela relata que “Nós trabalhámos nos distritos em línguas locais, usando teatro, canções e teatro de fantoches. Fizemos apelo às mulheres para que se envolvessem, dizendo-lhes para serem exigentes na democracia. A participação nas eleições teve os altos níveis que teve, graças ao envolvimento massivo das mulheres.” (Ver Cap. 8)

OJM: a juventude e seu envolvimento

A OJM, em Dezembro de 1992, tomou a iniciativa de organizar um seminário nacional com apoio da Noruega. A pedido deles, também foram incluídos no primeiro seminário nacional da Awepa/CCM alguns meses mais tarde. Mas os seminários regionais de três dias que a OJM organizou com a Awepa só começaram em Dezembro de 1993, primeiro em Inhambane e mais tarde em Nampula. Apesar de os seminários terem normalmente 60 inscritos, havia mais de cem participantes. Mas para Maria Chuma, Secretária Geral Adjunta da OJM,

que juntamente com o colega Carlos Tembe tinha a responsabilidade do programa, isso não punha problemas: “Vamos conseguir.” Ela esperava um bebé dentro de três semanas, mas mesmo com a sua grande barriga conseguia manter controlo firme sobre o seminário que decorreu com grande disciplina.

Pôr de pé programas com o do CCM e da OMM tinha nos levada toda a nossa energia nos primeiros meses do período de transição de modo que era difícil incluir outro grande programa. Mas Chuma não tinha desistido de nos bater à porta. “Queríamos dar o nosso contributo” diz Maria Chuma em Maio de 2008. “Queríamos ter umas boas eleições; queríamos deixar de chamar “bandidos” aos nossos irmãos. Era um momento

histórico.” O programa em Inhambane incluía informação oficial sobre o acordo e o processo de paz, mas a parte mais interessante do seminário era sobre democracia. A juventude da Renamo e alguns pequenos partidos foram também convidados. Um destes disse mais tarde, “Foi a primeira vez que tive de pensar no que significa democracia na prática. E pensar também sobre o facto que a democracia começa dentro do próprio partido. Ainda há muito para fazer.” Foram explicados os princípios do novo sistema eleitoral. “O voto secreto foi difícil”, diz Chuma, “especialmente para os casais. O homem em geral quer fazer a escolha para a esposa. Mas a educação cívica ajudou muito; as mudanças precisavam de ser discutidas e compreendidas.”

Depois dos seminários regionais, formaram-se os núcleos de trabalho para irem para os distritos. “Os activistas andaram de aldeia em aldeia. Mas muitas zonas ainda não eram acessíveis; nas zonas da Renamo não foi possível fazer o trabalho. Também havia ainda zonas minadas. O funcionário da OJM Carlos Tembe era responsável pela logística. “Alojar e alimentar 100 pessoas nesse tempo era um pesadelo, mas tenho orgulho em dizer que conseguimos. Foi no seminário onde a mensagem começou a multiplicar-se. Nos distritos, a mensagem era transmitida nas línguas locais; era para fazer compreender ao povo, não havia qualquer interesse financeiro envolvido.”

Embora a OJM fosse a organização nacional da juventude no Moçambique monopartidário, eles estavam ansiosos por encontrar



Seminário de educação cívica em Nampula, Março 1994. Esquerda: Obede Baloi; centro: Lucia van den Bergh; direita: um participante. (Awepa Maputo)

uma maneira não partidária de fazer o seu trabalho. “Foi um trabalho independente, para todos os jovens, o processo de aprendizagem foi independente.” Contudo nos distritos nem todos eram capazes de esconder as suas preferências.

Todo o processo foi um milagre, explica Chuma. “Por exemplo a seriedade das comissões conjuntas que tinham de implementar o AGP. Foi um processo lento. Também foi um trabalho baseado em convicções morais inspirado pela postura dos líderes, Chissano e Dhlakama. A troca de experiências na cooperação internacional dessa altura foi importante. Criou orgulho a nossa favor: o povo Moçambicano é sério. Mas muitas pessoas estavam traumatizadas; dois anos não era tempo suficiente para resolver os problemas.” Sobre a possibilidade de uma Comissão da Verdade, ela diz simplesmente: “Não era necessário. Para nós estava claro: acabar com a guerra, reconstruir o país, avançar para frente, nenhum rancor. Se houvesse rancor podíamos ter tido muito mais problemas.”

Alguns jovens formados pela OJM foram mais tarde recrutados pelo STAE nas províncias e distritos para trabalhar como activistas ou formadores de educação cívica. Na província do Niassa, 6 dos 10 jovens formados no seminário de Nampula foram recrutados pelo STAE, e 11 dos 15 na Zambezia. Mais tarde alguns concorreram para deputados ou para as eleições locais. Um deles tornou-se presidente dum município dizendo-me mais tarde, “Nós aprendemos tudo sobre democracia e sobre o funciona-

mento do sistema a partir dos programas de educação cívica”.

OTM: a organização dos sindicatos

Os sindicatos reunidos na OTM tiveram um começo tardio e a razão principal foi que era muito difícil para a nossa pequena organização incluir mais grupos no programa. Mas o seu pedido para serem incluídos foi expresso com tanta veemência que finalmente cedemos e iniciámos um programa com um seminário nacional e três regionais em Julho de 1994. Ficou pouco tempo até às eleições mas a OTM organizou as suas actividades por todo o país com muita rapidez. Para isso usou todo o seu potencial de acesso aos trabalhadores nas empresas através da sua rede de delegações locais. “Nós vamos às fábricas; vamos chegar a diferentes grupos na sociedade,” diziam. A maior parte das administrações das empresas colaborava, oferecendo tempo e espaço para que os trabalhadores participassem. Em Setembro de 1994, assisti a uma reunião com 600 trabalhadores numa grande fábrica perto de Maputo, a Empresa Cometal Mometal. As pessoas sentava-se no átrio principal com as suas roupas de trabalho, ansiosos por ouvirem o que se estava a acontecer. Mesmo com este elevado número de participantes, os activistas da OTM foram para além de dar simplesmente informações, conseguiram também incluir debate e simulações. Trabalhando em grupos, prepararam um espectáculo de teatro e aprenderam rapidamente uma canção, escrita pelos próprios participantes.

Em Maio de 2008, falei com dois dos principais organizadores, Candido Mathe e João



Brazão Mazula, presidente da Comissão Nacional de Eleições, CNE (esquerda) e Lucas Amosse, Secretário Geral do CCM (direita), num seminário do CCM em preparação para as eleições, 1994 (Awepa Maputo)

Moiane. Disseram-me que “Depois do acordo de paz, tínhamos de restabelecer contacto com a zona interior do país. A guerra tinha destruído a infraestrutura nas áreas rurais. Tinha sido uma época difícil para as indústrias; quase não podiam trabalhar por falta de matérias primas. Mathe diz, “Tivemos de sensibilizar os trabalhadores de modo a criar uma situação sem conflito. Pedia-se a cada trabalhador que levasse a mensagem para casa e que influenciasse a sua família e vizinhos. Tivemos por vezes dificuldades. A quem fosse da Frelimo, as pessoas diziam que não se podia fazer educação cívica imparcial. Mas no conjunto a nossa educação funcionou, nós espalhámos a mensagem com neutralidade. Nunca tomámos posições por um dos lados.”

Trabalho com o CCM e suas igrejas Protestantes membros

Independência do governo e suas estruturas partidárias foram sempre o ponto de partida para o CCM. A organização desenvolveu um vigoroso programa através das suas igrejas afiliadas. Funcionou nos moldes dos outros programas de educação cívica, através da formação a níveis provincial e regional, avançando a partir daí. A mensagem incluía um forte foco no perdão e era disseminada nas igrejas e nos grupos comunitários. Por causa do pluralismo presente na sua massa de crentes, o programa incluía interessantes debates. Em Maio de 2008 o Reverendo Amosse dizia-me que “Os nossos parceiros compreenderam a nossa posição; a posição da igreja foi respeitada. Encorajávamos as pessoas a contribuírem para garantir a democracia, para tentar reduzir o medo, dizendo ‘o poder de decisão é vosso’. Penso que muita gente votou na Renamo por medo de regressar à guerra.” Continuando diz, “As igrejas eram neutras, imparciais; evitaram colocar-se de um ou outro lado. Do nosso ponto de vista essa posição de independência foi positiva. Podíamos promover a justiça sem fazer concessões a ninguém.” Muitos dos membros formados no CCM foram nomeados coordenadores provinciais no programa do STAE/NDI nos últimos meses antes do recenseamento e eleições.

Educação cívica com a Renamo

No decurso de 1994, Renamo pediu um programa de educação cívica. Porém, a natureza da mensagem tinha de ser imparcial e por isso a inclusão de partidos políticos no processo não tinha sido prevista. Apesar

destas considerações pareceu-nos importante fazer qualquer coisa. Pedimos a opinião do Ministro da Justiça Ali Dauto que tinha encorajado a Awepa no início. “Avancem” disse ele, “é importante. Encontrem maneira de os incluir.”

Assim organizámos um seminário com 17 activistas da Renamo em Junho de 1994. No princípio foi difícil; a Awepa tinha laços históricos com o governo da Frelimo e recordo-me de como eram fortes as suspeitas, mas igualmente a curiosidade deles. Fizemos declarações provocatórias mas depois descontraíram-se quando viram que nós não atacávamos a Renamo. Anselmo Victor, secretário político da Renamo em 1994 e agora deputado da Renamo, recorda como foi esse primeiro seminário. Participantes desta formação bastante elementar foram mandados para as áreas da Renamo para disseminar o conhecimento adquirido acerca do sistema multipartidário e das eleições. “Depois disso, a responsabilidade da educação cívica passou para as Ligas de Mulheres e da Juventude da Renamo. Os órgãos políticos não podiam fazer esta parte. As ligas tinham integrado esta responsabilidade como programa permanente nas suas actividades. As ligas ainda se mantêm em actividade. Os estatutos foram modificados e a presidência da liga agora é eleita pelos membros.” A partir de 1996, a Awepa incluiu as ligas da Renamo nos programas. (Ver Capítulo 11)

Os formadores de educação cívica

Ao longo dos anos, as organizações e o pessoal da Awepa desenvolveram uma forte

relação de trabalho com muitos dos formadores, os moçambicanos bem como os estrangeiros da rede internacional. “Em 1993, eu não estava convencida de que as eleições iriam resolver os problemas de Moçambique”, diz Ana Mendonça, uma socióloga portuguesa que foi uma das nossas formadoras: “Eu tinha dúvidas de que o sistema parlamentar fosse o melhor para Moçambique, ou que o país estivesse preparado para ele, dada a profunda divisão que nesse tempo existia. Acredito num equilíbrio de poderes, o poder contrário que corrige, acredito em alguém que permanece ao seu lado e vai dizendo que o que estás a fazer não está certo. Mas em África, intruduzir o sistema eleitoral multipartidário muitas vezes significa que ‘o vencedor fica com tudo’. Isto tem a ver com a noção de um único chefe tribal. Mas não havia alternativa, então pensei: se tem de acontecer agora, deve ser preparado o melhor possível.”

Ana foi responsável pela parte dos direitos humanos e democracia, principalmente com as mulheres. Como ela dizia, “a democracia não cai do céu”, tem de se trabalhar por ela. “Democracia na vida pessoal e na política estão relacionadas. Este foi o mote com que eu começava sempre a apresentar o que é a democracia. Para as mulheres, esse conceito era por vezes de confronto. Mesmo as que não tinham marido tinham filhos, e viviam a desigualdade em casa.”

Quando falo no processo como sendo um milagre, Ana diz, “Não, milagre não é a palavra certa. Isso faz parecer que só lhes aconteceu a eles. Mas não foi assim. Eu

ainda acredito que Samora Machel desempenhou um papel fundamental ao criar uma sociedade como esta, um país do Rovuma ao Maputo, uma unidade que raramente se vê em outros países africanos, e uma capacidade para discutir e procurar consenso.”

Na nossa entrevista em 2008, Candido Mathe da OTM fez quase a mesma observação. “Machel foi um grande obreiro de paz, A primeira coisa que nos ensinou foi: somos todos moçambicanos.” E o seu colega Moiane acrescenta, “Machel sempre prestou muita atenção ao conceito de ‘uma nação’. Nós não tínhamos o hábito de estarmos divididos ao longo de linhas de diferenças tribais ou de líderes políticos.” Mas diz também: “A luta agora é diferente. É a luta por uma vida melhor, uma luta contra a pobreza absoluta; temos de nos envolver num trabalho que crie riqueza.”

A lacuna dos partidos

Houve uma lacuna na formação para partidos políticos, diferente da formação para a sociedade civil. Activistas de educação cívica disseram na altura que encontraram pessoas dos partidos durante as suas reuniões de educação cívica com as comunidades. “O nosso conhecimento era muito melhor do que o deles e era difícil resolver as confusões que eles criaram muitas vezes com declarações que não eram verdadeiras.” A Frelimo tinha a sua organização interna suficientemente instalada, mas mesmo alguns dos seus membros disseram mais tarde que teria sido útil receberem formação sobre o novo sistema político. Mas para os partidos menos organizados ainda era mais difícil.

A formação dada aos delegados de lista provou ter sido menos do que suficiente. Quando as eleições tiveram lugar, muitos destes monitores não foram formados. Anselmo Victor diz em 2008: “Mozambique é um território vasto. A Renamo tentou incluir milhares de delegados seus para observar as eleições, mas nós ficámos preocupados quando chegámos à conclusão que eles não dominavam suficientemente o material. O programa de formação não chegou a toda a gente. Mesmo hoje em dia há falta de formação para delegados de lista. Mas em geral, foi um excelente processo. Ir às urnas pela primeira vez é um importante acontecimento para a população. Quando se negocia, sabe-se que se perdem algumas coisas para ganhar outras. Mas no fim, a sociedade moçambicana ganhou.”

Informação, meios de comunicação de massa e o sindicato independente de jornalistas

Os media foram sempre convidados a tomar parte nos programas de educação cívica. Os radio-jornalistas ficavam na maior parte dos três dias, especialmente nas províncias, transmitindo grandes trechos das discussões. A TV só existia em Maputo mas uma equipa permanecia por várias horas, fazendo entrevistas com organizadores e participantes. A maioria dos jornalistas estava bastante interessada; para eles era também uma oportunidade de aprender. Chegaram à conclusão que estavam mal preparados para cobrir as eleições e pediram uma formação especial para jornalistas. A ONJ, sindicato independente de jornalistas, assumiu a coordenação.

Joseph Hanlon, escritor e jornalista, coordenou a formação em três seminários regionais em Janeiro e Abril de 1994. Hanlon tinha analisado o processo no Boletim sobre o Processo de Paz em Moçambique, publicado por Awepa desde o início do período de transição.⁶ Mas mais tarde os jornalistas queixaram-se que os seus editores não se interessavam pelas suas estórias. Em resposta, organizou-se um seminário extra em Junho de 1994, dirigido à direcção dos media. O programa oferecia informação concreta, mas discutiu-se também o papel e a responsabilidade dos jornalistas na cobertura das eleições e na procura da verdade por detrás das acusações. No seu relatório sobre o processo eleitoral escreve Hanlon que, “Os jornalistas moçambicanos, inexperientes e sem muitos recursos, tinham sérios problemas em distanciar-se de alegações avulsas e actos de desinformação de ambos os lados. Quando os partidos apresentavam acusações ridículas e se recusavam a fornecer-lhes factos, os jornalistas não possuíam meios para conduzir investigações independentes, e sentiam-se forçados a publicar as acusações pois temiam ser acusados de favorecer uma das partes se não o fizessem.”⁷

O Boletim do Processo de Paz em Moçambique

O boletim tinha inicialmente o objectivo de informar a comunidade internacional e os parlamentares na Europa. O amplo envolvimento estrangeiro exigia informação e análises adequadas. De Janeiro de 1993 até ao fim de 1994 foram publicadas treze edições do *Boletim*. Mas tornou-se evidente que dentro de Moçambique era ainda mais necessária essa informação e assim, a partir de Dezembro de 1995 (número 16), passou a ser também publicado em português. O *Boletim* era distribuído às embaixadas, instituições, partidos, ministérios e sociedade civil envolvidos no processo e era regularmente citado. Ele trazia o valor acrescentado da informação crítica do tipo que os jornalistas moçambicanos nem sempre tinham possibilidade de investigar ou publicar. O *Boletim* ainda segue as questões da democracia e eleições. Na sua forma actual tem o título de *Boletim sobre o Processo Político em Moçambique* e é agora uma publicação conjunta da Awepa e do CIP, um instituto investigativo moçambicano.

“A franqueza deste período e o desejo de falar eram importantes,” diz Obede Baloi. “Há agora mais auto-censura nas instituições do governo. Há uma atmosfera diferente nos partidos implicando: o que nós dizemos é correcto.” As discussões abertas por todo o lado no país estiveram entre os benefícios mais importantes do processo de paz, contribuindo enormemente para aceitar a situação. Foi como uma lufada de ar fresco depois de um período de obscuridade.

6 Hanlon, J. (ed.) *Mozambique Peace Process Bulletin/ Boletim sobre o Processo de Paz em Moçambique 1995-presente*

7 Hanlon, J. *Relatório da observação pela Awepa do processo eleitoral em Moçambique*. 1995, Awepa, Maputo-Amsterdam, p. 27



Comício da Frelimo para as eleições de 1994 (Pieter Boersma)

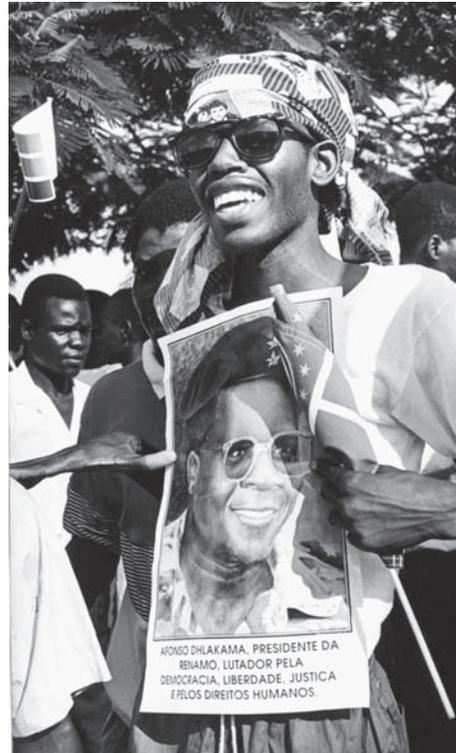
Capítulo 8

Eleições

A lei eleitoral foi aprovada em Dezembro de 1993 depois de um processo longo e difícil. “Começámos a elaborar a legislação depois das mudanças constitucionais que abriram o caminho para o sistema multipartidário”, diz Ismael Valigy que trabalhava na altura no Ministério da Justiça. “O processo desenvolveu-se bastante. Depois do Acordo de Paz [em Outubro de 1992], tínhamos de incorporar os novos aspectos dos protocolos e fazer alguns ajustes na própria constituição para ser compatível. Fizemos um estudo comparativo de legislação eleitoral de países que tinham uma ampla experiência, sobretudo países de língua portuguesa, e participámos em grupos de observadores em outros países para aprender com as experiências deles.”

Mas o processo exigia agora um envolvimento mais amplo. Valigy explica: “Logo a seguir à conferência dos doadores em Dezembro de 1992, era mais rentável fazer uma conferência multipartidária, enquadrando todos os partidos políticos e interessados. A Renamo ainda não estava envolvida; as outras forças políticas na altura, como a Monamo, o PCN e Fumo estiveram envolvidos. Mas havia muitas dificuldades. Não havia muita vontade de participação. Havia grandes divisões, não por causa do conteúdo, mas por causa de aspectos de carácter político. A conferência não se realizou e por isso tentámos uma estratégia diferente, a de fazer consultas

individuais.” Uns meses mais tarde fez-se nova tentativa com o objectivo de também incluir a Renamo. “Era importante envolver a Renamo o mais cedo possível,” diz Valigy. “O Presidente Chissano deveria fazer o discurso de abertura e ele também queria participar. Mas a Renamo e os partidos indicaram que iriam abandonar a sala em conjunto como afirmação de que não aceitavam o chefe do estado.” Não funcionou, e pela segunda vez a conferência não teve lugar. “Assim continuámos de outra maneira, redigindo a lei na base do acordo de paz. Mas



Apoiante do presidente Dlakama da Renamo, esperando a chegada de Vicente Ululu, Maputo, 1992 (Ferhat Momade, AIM)

o processo foi muito longo e extremamente difícil. O único elemento positivo foi podermos fazer referência ao detalhado protocolo que incluía o processo eleitoral.” As duas conferências falhadas foram uma indicação da profunda desconfiança que ainda tinha de ser ultrapassada.

Os pequenos partidos políticos

Nesta altura os novos partidos políticos emergentes passaram a estar cada vez mais envolvidos nos acontecimentos políticos, sendo convidados a participar em reuniões, discussões e nas instituições de transição. A criação de partidos políticos passou a ser permitida desde a Constituição de 1990, dois anos antes da assinatura do Acordo Geral de Paz, e foram muitos os que rapidamente foram criados. Os doadores financiavam os partidos registrados, encorajando-os a organizarem-se e a preparar um programa e a campanha para as eleições de 1994. Mas enquanto a Frelimo e a Renamo eram

conhecidos por todo o país, era raro alguém ter ouvido falar dos outros partidos. Faltava experiência aos pequenos partidos, não tinham base social de apoio e a maioria deles tinha poucas ideias sobre o programa que queriam apresentar. A preocupação de muitos era, em primeiro lugar acerca de meios, dos carros e dinheiro que os doadores iriam disponibilizar. Mas tinham que enfrentar muitos desafios; deviam reflectir sobre o significado de ser um partido político dentro de um novo sistema e como operar num ambiente como Moçambique onde a comunicação era difícil e os recursos escassos. Alguns políticos tinham sido activos sob o sistema monopartidário ou mesmo na época colonial, e agora estavam preparados para disputar a presidência. Competir com Chissano e Dhlakama para a presidência podia ser uma boa publicidade mas não era um objectivo realista. Por outro lado, também não era fácil para os pequenos partidos ganharem votos suficientes para obterem



Vicente Ululu, secretário-geral da Renamo saudado por apoiantes à sua chegada a Maputo, 1992 (Ferhat Momade, AIM)



Representantes de pequenos partidos com Domingos Arouca (esquerda) e Carlos Jeque (direita), ambos mais tarde candidatos às eleições presidenciais, 1993 (Joel Chiziane, AIM)

lugares na Assembleia da República. A falta de experiência, a falta de cooperação e a desconfiança de base, eram obstáculos no seu caminho. Com os dois grandes partidos acabados de sair duma guerra civil, era característico que o nome dado a estes pequenos partidos fosse o de ‘partidos não armados’.

CNE e STAE

Era preciso criar agora os órgãos eleitorais. A Comissão Nacional de Eleições, CNE, era responsável pelo processo no seu todo e pelas principais decisões, e o Secretariado Técnico da Administração eleitoral, STAE, era responsável pela execução das eleições. Mas por essa altura já tinham começado divergências complexas. “Os partidos queriam que os membros do STAE fossem nomeados numa base partidária. Nós viamos o STAE como um órgão técnico do governo, parte da administração pública, e portanto não partidário”, diz Valigy. Encontrou-se um compromisso: o director-geral seria nomeado pelo governo e assistido por dois directores adjuntos, um nomeado pela Renamo e outro nomeado pelos outros partidos. Valigy sorri dizendo, “Eram chamados partidos não-armados, o que agora parece um nome muito estranho”.

A discussão acerca da composição da CNE foi igualmente demorada, culminando com um compromisso: 10 membros eram nomeados pelo governo, 7 eram pela Renamo e 3 pelos outros partidos, chefiados por um presidente independente. Valigy era um dos membros designados pela Frelimo. “Foi difícil escolher o presidente. Três candidatos foram propostas. Tínhamos no máximo

dois dias para decidir, mas no segundo dia não havia ainda nenhuma solução”. Brazão Mazula, o candidato pelos pequenos partidos, foi finalmente aceito por todos. Foram escolhidos dois vice-presidentes: Leonardo Simbine pelo governo, e Jose de Castro pela Renamo. Todas as decisões tinham de ser tomadas por consenso.

Brazão Mazula era em geral visto como um intelectual independente sem laços com a Frelimo ou a Renamo. Quando falei com ele em Maio de 2008, disse-me, “Quando voltei após meus estudos no Brasil, conclui que tinha de recomeçar a minha vida toda de novo.” O sistema multipartidário era difícil, especialmente na actual fase de reconciliação dos antigos inimigos. Mazula descreve a situação: “Pela primeira vez os membros da CNE eram trazidos juntos com os seus antigos inimigos para dentro da mesma sala, e eu tinha que construir a plataforma. Era também a primeira vez que os novos



Presidente Chissano apresenta a sua candidatura para as eleições presidenciais a Brazão Mazula, presidente da Comissão Nacional de Eleições CNE, 1994 (Ferhat Momad, AIM)

partidos políticos eram envolvidos. Era trabalho antropológico ter reuniões como seres humanos.”

Continua dizendo, “A lei eleitoral facilitava o trabalho da CNE. Era muito detalhada por causa da falta de confiança reinante entre os partidos. Cada detalhe tinha sido discutido e tinham-se alcançado compromissos. Era uma lei de boa vontade, uma lei de consenso.” Mazula sentia uma enorme responsabilidade; se ele falhasse podia pôr em perigo todo o processo de paz. Educação cívica era dada à população mas Mazula sentia que os membros da CNE tinham a mesma necessidade dela. “Na realidade a população reconciliou-se mais cedo do que os políticos, e nós tínhamos igualmente uma fundamental falta de conhecimento. Encontrávamos-nos uma vez por semana e começámos por descobrir qual era o nosso papel; primeiro começámos a estudar e analisar a lei.”



Preparação de um grupo de observadores internacionais da Awepa. Direita: Tamme Hansma, do pessoal da Awepa Amsterdão, 1994 (Pieter Boersma)

Ismael Valigy estava preocupado especialmente com o programa de educação cívica no país. “A educação cívica devia ser um programa, com uma mensagem único e com o mesmo material e manuais; foi isso que decidimos.” Mas os materiais oficiais levaram tempo para serem desenvolvidos. “A CNE tinha de aprovar tudo, se uma pequena coisa não era aceita, parava tudo.” Aceitaram o começo antecipado das organizações da sociedade civil, embora não totalmente convictos. Valigy diz agora que, “Está claro que aqueles que queriam participar na educação cívica podiam fazê-lo. Havia grande entusiasmo, especialmente entre a juventude. Acho que o papel das igrejas foi um dos factores mais importantes, mesmo antes de o STAE ser criado a nível provincial.”

Outra dor de cabeça segundo Valigy, foram as discussões com os doadores. “Nós queríamos urnas sólidas que pudessem ser usadas outra vez nas próximas eleições, mas a ONU só queria pagar por urnas de cartão. Estas nem se podiam fechar bem, nem eram resistentes à água durante a chuva. Sabíamos que íamos ter muitas assembleias de voto ao ar livre. E os doadores queriam que os boletins de voto fossem impressos em preto-e-branco. A maioria da população é iletrada mas podia sempre reconhecer as cores das bandeiras dos partidos.”

Consenso total: útil ou não?

Cada decisão tinha de ser tomada por consenso total. Um voto contra podia atrasar decisões durante semanas. A CNE foi por isso considerada lenta, não reagindo adequadamente aos problemas e às decisões que

deveriam ser tomadas. O órgão executivo, STAE, encontrava com frequência obstáculos resultantes destas demoras. STAE também teve os seus próprios problemas. O seu pessoal era inexperiente, tinha de trabalhar num país vasto e devastado pela guerra, lidando com muitos potenciais eleitores sem bilhetes de identidade, escondidos em áreas remotas quase inacessíveis. Além disso, o STAE era politizado. Cedo se tornou claro que a data que tinha sido planeado para 1993 era inatingível.

Uma semana depois de a CNE estar instalada, os embaixadores começaram a bater à porta. Queriam que Mazula marcasse uma data para as eleições. “Disse-lhes, ‘Não posso. Tenho de me adaptar à realidade.’ A resposta deles era, ‘Mas só estamos a falar de aspectos técnicos.’ Mas isto não é um processo puramente técnico; é um processo sócio-político, disse-lhes. Só podíamos marcar datas quando criássemos alguma confiança e essa só se ia criando ao longo do caminho. Além do mais, embora a CNE seja um órgão independente, os partidos tinham de ser regularmente consultados, o que também atrasava a tomada de decisões.”

Mazula recorda muitos momentos tensos. A sua ideia era ter um sistema computadorizado como ele tinha visto no Brasil. Mas os computadores eram um fenómeno novo em Moçambique; as competências eram incipientes e a Renamo tinha medo de não ser capaz de controlar o que ia acontecer. Sublinhavam que as eleições angolanas tinham sido vulneráveis à fraude por causa do uso de computadores. Passaram-se meses de

atraso, desde Janeiro a Maio de 1994, sem que fosse tomada uma decisão. “Decidi ir falar com os líderes, Chissano e Dhlakama. Em Maio, encontrei-me com Dhlakama sem informar a CNE. Disse-lhe que estávamos a enfrentar demoras sérias por causa da falta de decisão sobre a informática. Expliquei como a informática podia funcionar e como podíamos usá-la com segurança. Falámos durante horas e no fim ele agradeceu-me dizendo ‘Eu não tinha conhecimento deste problema, ninguém me tinha falado nele.’ Chissano disse que também ele não tinha sido informado. Mas a consequência do encontro foi que Dhlakama deu ordens a José de Castro para não colocar mais dificuldades sobre uso de computadores.”

O resultado disso foi que no dia seguinte a reunião da CNE começou com confusão. O vice presidente Leonardo Simbine, representando a Frelimo, não aceitou que Mazula tivesse tomado a iniciativa, e viu nisso uma



Longas filas no primeiro dia de voto, Maputo, 27 de Outubro 1995 (Pieter Boersma)



A equipa de coordenação da Awepa para a observação discute o seu comunicado final para a imprensa. Da esquerda para a direita: Jan Nico Scholten, presidente da Awepa, Guido van Hecken, Joseph Hanlon, Luc Dhoore, Sir David Steel (Pieter Boersma)

falta de confiança na CNE. “Se vamos falar com o presidente da Renamo, temos de o fazer na base do consenso,” disse Simbine na reunião. Mazula continua, “Foi outro membro da Frelimo, Valigy, que nos salvou, dizendo a Simbine: Sr Vice presidente, o Dr Mazula resolveu um problema que nos permite agora andar em frente. Informou-nos sobre tudo que fez, sobre o objectivo e o resultado. Não há segredo, nada foi escondido. Porquê condenar isto?”

Construir confiança foi um tema subjacente através de todo o processo. Como diz Mazula, “Desde o início das negociações até ao abraço espontâneo entre Chissano e Dhlakama depois do acordo assinado, o caminho foi longo e difícil e assim continuou durante a transição. Foi este processo que faltou em Angola; lá os preparativos foram demasiado fracos. Agora estou grato aos

líderes; tanto Chissano como Dhlakama várias vezes resolveram problemas.”

Perguntei a Mazula se achava que o envolvimento da comunidade internacional tinha sido positivo ou negativo. “Havia muitas reuniões,” respondeu, deixando a pergunta sem resposta. “Uma vez por mês encontrávamo-nos com os embaixadores e com o Banco Mundial,” Mas depois acrescenta: “Aldo Ajello anunciou a data das eleições numa conferência de imprensa sem a CNE saber. Chamei-o para um encontro e disse-lhe que essa era uma decisão a ser tomada pela CNE. Qual era a autoridade dele neste assunto? Ajello disse, ‘Estamos aqui para verificar o processo eleitoral.’ Mas quando lhe pedi que voltasse a falar à imprensa, ele concordou com humildade.”

Escapou-se por pouco ao boicote das eleições

O momento mais perigoso veio na véspera das eleições, quando Dhlakama, argumentando irregularidades, anunciou subitamente que boicotava as eleições. Três pequenos partidos juntaram-se ao boicote. Toda a gente ficou sem respiração. Mazula diz, “Ouvimos as notícias e pedi uma reunião às 8:00 da noite. Discutimos até à meia noite sem encontrar uma solução. Mas eu disse ‘Não saímos daqui sem uma decisão’. Continuámos e eram 5:00 da manhã e ainda não tínhamos chegado a um consenso. Os membros da Renamo queriam ser leais ao seu presidente. Até que eu disse, ‘Às 7:00 da manhã, quando as assembleias de voto abrirem, quero ter um comunicado oficial na rádio com a nossa posição.’ Pedi, pela

última vez, a posição de cada um dos membros. Desta vez não usei a ordem alfabética nem comecei com os vice presidentes. Em vez disso, comecei do lado esquerdo da mesa, com Anselmo Victor da Renamo, e a seguir a ele, com o membro da Frelimo Valigy. Victor hesitou mas depois começou a falar cautelosamente: ‘Como membro leal da Renamo, quero apoiar o nosso presidente Dhlakama. Mas aqui sou em primeiro lugar membro da CNE e isso dá-me certas responsabilidades. Qualquer partido pode declarar um boicote mas isso tem de ser feito no mínimo 15 dias antes das eleições presidenciais. Isto significa que não há base legal para um boicote. Assim a nossa posição tem de ser que as eleições devem continuar como planeado.’ Isto levantou mais polémica entre os membros da Renamo; José de Castro era a voz mais forte a favor do boicote. Mas depois de todos os outros terem concordado, ele finalmente concordou também. Às 7:00 de manhã, a emissão da rádio abriu anunciando que a CNE tinha declarado por absoluto consenso que as eleições deviam prosseguir. Vi isto como uma das batalhas mais importantes que acabamos por ganhar. Mesmo nos bastiões da Renamo como Nampula, houve longas filas logo pela manhã.” Dhlakama só levantou o boicote no segundo dia. Mas nessa altura o povo já tinha ido votar em massa.

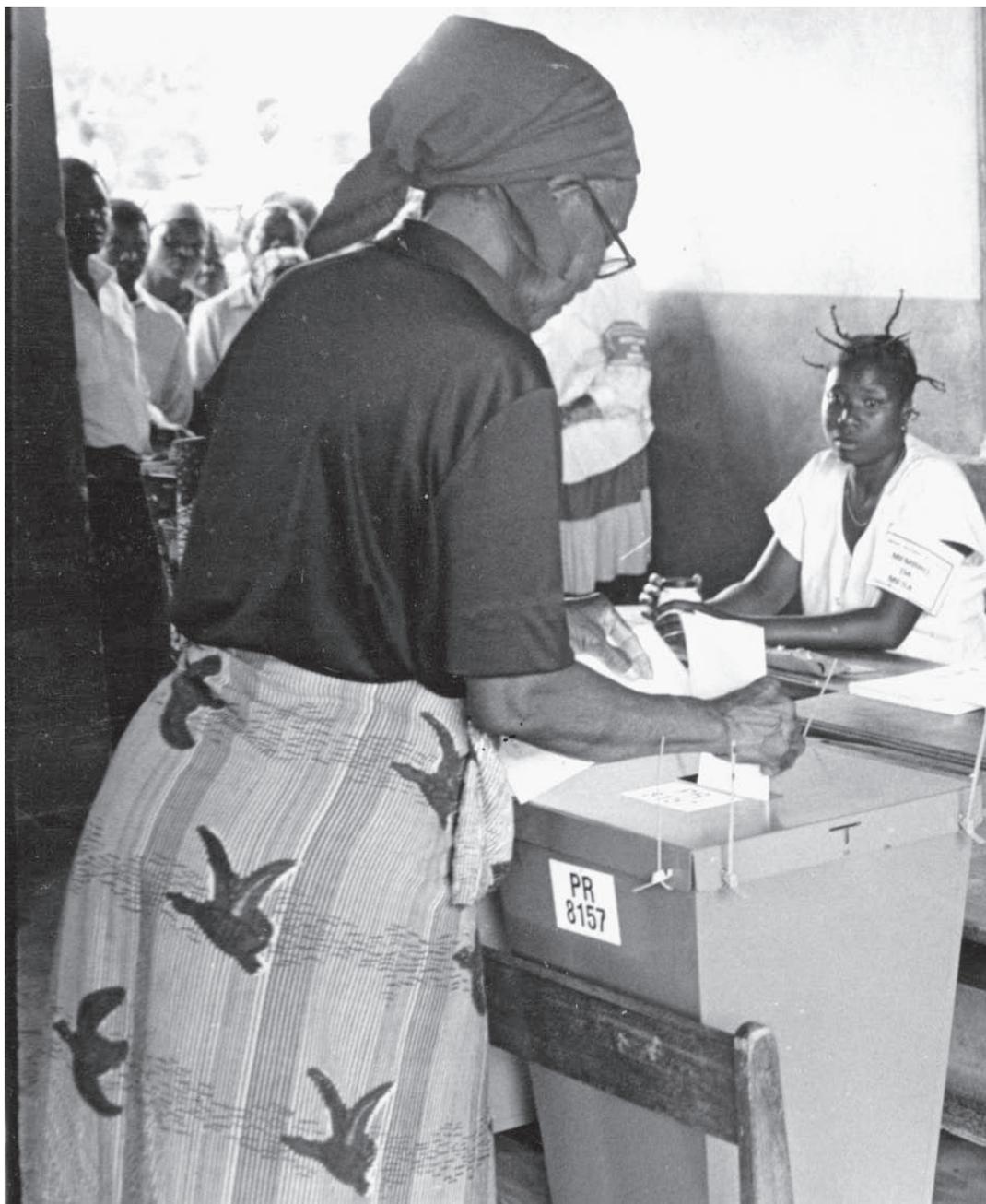
“Nem todo o processo estava concluído quando as eleições tiveram lugar.” diz Mazula. “A Renamo ainda tinha uma quantidade substancial de armas escondidas mas eu acho que também havia generais no lado da Frelimo que estariam dispostos

a pegar em armas outra vez, dependendo do resultado das eleições. Depois das eleições, Dhlakama disse-me, ‘Perdemos as eleições presidenciais mas ganhámos na Assembleia da República. Ganhámos 112 assentos dos 250; nunca esperámos este número. Só nos envolvemos a nós próprios no decurso deste processo’.”

Observação eleitoral

Vieram para Moçambique mais de 3000 observadores internacionais, 2100 através das Nações Unidas dos quais cerca de 100 chegaram 6 meses antes das eleições. Os outros, na sua maioria, ficaram apenas nos dias das eleições. A Awepa foi convidada a trazer um grupo de 160 observadores, deputados da Europa e África e representantes de alto nível de igrejas e organizações da sociedade civil. A Awepa participou igualmente na observação das primeiras eleições democráticas na África do Sul, no Malawi (1994) e em Angola (1992). Organizar uma observação eleitoral desta escala durante o pico do nosso restante trabalho era impossível, por isso uma equipa adicional veio para a sua preparação e organização, sob a responsabilidade directa do vice presidente da Awepa Luc Dhoore e do director Bartie Lürhman.

Havia 2.700 centros de votação com 7300 assembleias de voto, dispersos por todo o país. Não fazia sentido levar os observadores apenas para os locais mais óbvios; queríamos que eles fossem para as áreas remotas. Mas não era fácil encontrar lugares para dormirem, transportes e alimentação. As ONGs internacionais nas províncias davam apoio com carros, motoristas experientes e casas



Assembleia de voto, 27 de Outubro 1995 (Pieter Boersma)



de hóspedes. A Awepa mandou coordenadores provinciais a todas as províncias seis semanas antes das eleições. João Cravinho foi um desses coordenadores. Encontrei-me de novo com ele em 2009 em Portugal, no seu gabinete de Secretário de Estado da Cooperação. Naquela época das eleições ele fazia pesquisa e apoiava o nosso programa, trabalhando como formador de educação cívica, coordenando o grupo de observadores e ajudando a lidar com o primeiro seminário com a recém-eleita Assembleia da República.

Observação eleitoral nas províncias

João Cravinho coordenou um grupo de observadores da Awepa na província de Tete. Os observadores tinham a respiração suspensa na véspera das eleições e Cravinho recorda, “Quando Dhlakama anunciou um boicote, chamei-os a todos de volta. As consequências que isto podia ter eram muito incertas; o medo voltava a surgir. Todos eles dormiram essa noite na capital provincial. Mas de manhã a CNE anunciou que as eleições prosseguiriam e tudo se acalmou. As pessoas vieram votar em grande número. Não notámos nenhuma hesitação por causa do anunciado boicote. Elas queriam votar.”

Durante as seis semanas de observação pré-eleitoral, ele tinha viajado por toda a província de Tete, preparando os lugares onde haveria observação. “Tete tinha um forte envolvimento com a Renamo, mais do que aquilo a que eu estava habituado no Sul. Desde o início fiquei impressionado pela facilidade com que as pessoas, incluindo os políticos, convivia uns com os outros. Nos comícios

via-se a normal agitação mas apenas havia dificuldades. Conseguia facilmente falar com líderes de partidos que vinham a Tete. Dhlakama era a exceção; não consegui falar com ele. O cabeça de lista do lado da Frelimo era da linha dura.” Cravinho observa a situação única de Moçambique: “Tenho pensado acerca do aspecto psicológico: em outros países os adversários batem no fundo e isso estraga as relações para sempre. Em Moçambique, antes do acordo de paz bateram no fundo mas depois concluíram que que a guerra não podia continuar.”

O conhecimento sobre as eleições era muito bom em Tete, conclui Cravinho. “A Frelimo e a Renamo tinham informação suficiente; sabiam do que se tratava. Os pequenos partidos eram fracos e não conheciam muito do processo, excepto o seu líder político de Maputo. Em geral as pessoas da Frelimo eram mais qualificadas e tinham mais experiência. A Renamo fez-nos queixas dizendo que a comunidade internacional dava mais apoio à Frelimo. Falei com o líder do PCN durante muito tempo sobre as condições e a liberdade, e falei também com muitos jornalistas. Mas havia pouca informação sobre outras partes do país. As nossas relações com as Nações Unidas eram diversas. Eles achavam que tinham a prioridade sobre todo o resto. Quando a ONU veio, tive de deixar o meu hotel embora já o estivesse pago. Deram-me o dinheiro de volta e fui posto na rua. Tive de encontrar lugar numa casa noutra sítio qualquer. No princípio era difícil lidar com eles mas mais tarde tornaram-se mais simpáticos. O grupo de deputados que eu acompanhava era composto de

seis pessoas que vinham de países diferentes: Malawi, Tanzania, Holanda, Alemanha. Tiveram de viajar para áreas muito remotas em grupos de dois. Alguns levaram consigo galinhas vivas para serem preparadas nesses lugares.”.

“O tempo que passou em Tete mudou a sua perspectiva?” perguntei. A resposta foi que sim. “Eu não conhecia a Renamo. Durante a guerra ouviam-se tiros em Maputo e não se podia ir a lugares próximos como a Catembe ou Marracuene de noite, só durante o dia. Foi a primeira vez que tive contacto com a Renamo, num processo que ia para além da sua diabolização. Estava também a ler o livro *A causa das armas*, um estudo antropológico sobre a guerra em Moçambique [de Christian Jeffray], que também dava um retrato mais diversificado. Mas em geral existia ainda muito medo e incerteza. Antes de os resultados serem anunciados, a situação era tensa. Na altura não tínhamos a certeza de que a guerra não pudesse começar de novo, como aconteceu em Angola.”

Mirjam Boswijk, que trabalhava na agricultura na Zambézia, coordenava um grupo nesta província. Segundo ela, “Tete tem muito melhores estradas e as distâncias não são como Zambézia. Quando a Renamo anunciou o boicote nós não regressámos porque nunca podíamos voltar ao local outra vez a tempo.” Embora a Awepa tivesse tentado ser clara a respeito das condições em Moçambique, as equipas da Zambézia estavam descontentes com o desconforto da acomodação. O grupo de Mopeia queixou-se apesar do pessoal local ter feito tudo o que



Apoiante do Presidente Chissano da Frelimo, Ilha de Moçambique, província de Nampula, 1994
(Ferhat Momade, AIM)

podia para tornar a casa de hóspedes aceitável. Mas não havia electricidade, nem água corrente, só as latrinas tradicionais e camas simples. “E Mopeia é quente. O calor é como uma parede a que te podes encostar,” disse Mirjam. O grupo do Gurué teve de andar de carro 350 km em más estradas para chegar à sua região. “Mas as eleições correram extremamente bem. Havia filas por todo o lado a partir do primeiro momento. Numa localidade o presidente da mesa de voto pedia desculpa: ‘nem toda a gente pôde vir votar porque houve um falecimento.’”

As eleições foram planeadas para dois dias, a 27 e 28 de Outubro, mas demoras e dificuldades no primeiro dia ditou a decisão de as prolongar por mais um dia. O prolongamento foi anunciado à última hora. Na maior parte dos locais já não era necessário; as pessoas já tinham votado. Mirjam viu as dificuldades que este dia extra causou aos membros das mesas de voto que foram obrigados a ficar no posto de votação dia e noite: sem comida, e esgotadas as pilhas para as luzes. O pessoal da *World Vision* trouxe comida para os distritos mais remotos. Mas o grupo de observadores da Awepa da Zambézia decidiu partir e perdeu assim a contagem dos votos.

As eleições: “Quando dois elefantes lutam quem sofre é o capim. Mas o capim falou”

Longas filas já se tinham formado às seis da manhã de 27 de Outubro, o primeiro dos três dias de votação. Este é a imagem que se mantém muito vívida. Mais de seis milhões de pessoas tinham-se registado, cerca de 80% de todos os adultos em idade de votar, e 5, 4 milhões votaram. São números extremamente bons considerando as difíceis circunstâncias de Moçambique. Era óbvio que o povo estava ansioso para votar. Os votos dividiram-se com bastante equilíbrio. Os resultados foram surpreendentes: 44.3% para a Frelimo, o que lhes deu 129 assentos, 37.7% para a Renamo (112 assentos), 5.5% para a coligação UD (9 assentos). Os votos restantes foram para os pequenos partidos. Chissano ganhou a eleição presidencial com 53% dos votos. Dhlakama foi o segundo com 34%. A conquista de 9 assentos para a principiante coligação UD foi um bom e ines-

perado resultado. Alguns dizem que isso só foi possível porque as pessoas ficaram confusas com o lugar dos candidatos nas listas. Verdade ou não, foi um sinal positivo para a democracia ter havido pelo menos um partido extra que conseguiu deputados na Assembleia da República.

Conclusão

Nada foi simples durante a preparação das eleições. Aconteceu de tudo, desde descon-fiança, erros, dificuldades e atrasos. O ano extra que foi concedido para o período de transição deu tempo para solucionar as coisas mais difíceis, e isso foi fundamental. A tomada de decisões baseadas no consenso total na CNE atrasou o processo, tal como aconteceu com a redacção em detalhe da lei. Mas criou uma base sólida para a implementação do sistema eleitoral. E a verdade avassaladora é que as eleições correram extremamente bem, debaixo de condições difíceis. Foram bem conduzidas e a participação dos eleitores foi enorme. A dedicação e honestidade dos funcionários eleitorais merece admiração, e os resultados reflectiram o desejo do povo: “o capim falou e os elefantes deviam ouvir.”¹

1 Hanlon, J. *Relatório da observação pela Awepa do processo eleitoral em Moçambique 1992-1994*, 1995, Amsterdam, Awepa

Capítulo 9

Estará a história a ser reescrita?

Na altura do Acordo Geral de Paz as pessoas que sabiam o que tinha acontecido não achavam que fosse necessário repetilo. A única coisa que realmente importava era tentar esquecer. Mas começaram a circular estórias que já não era possível confirmar. Por um lado estas estórias surgiam da necessidade de justificar a guerra, tentando convencer quem as contava e quem as ouvia, que ela tinha sido feita por uma causa justa: o estado democrático. Por outro lado, as estórias pretendiam mudar a perspectiva sobre a responsabilidade, fazendo parecer ambos os lados igualmente culpados. Os anteriores relatos factuais sobre o que cada um tinha feito já não pareciam confiáveis. A verdade tornou-se relativa, dependendo daquilo que versavam os relatos e do que os outros na vizinhança acreditavam, e só em parte eram baseados em experiências pessoais. Para as vítimas, as estórias embelezadas e as justificações doíam. E muitos jovens já não sabem quais são as estórias verdadeiras.

Uma boa causa

Não muito depois da guerra, uma amiga esperava numa loja, na Zambézia, e um dirigente político da Renamo estava ao lado dela. Tinha chegado mercadoria nova e ela admirava uma bonita e colorida capulana. “É bonita, não é?” disse o político. “Graças a nós, agora já pode comprá-la.” Ela olhou para ele e disse: “Parece que para isso você teve primeiro que de matar o meu pai” e foi-se embora.

“Agora a Renamo diz que trouxe a democracia,” diz Helena, uma das mulheres que entrevistei em Maputo. “Temos de acreditar nisso? Está a acontecer uma falsificação da História. A maior parte dos deputados evita o passado porque doutro modo a situação seria insuportável, mas o azedume ainda é muitas vezes a resposta. Numa das sessões, a Renamo salientava que o governo não estava a fazer o suficiente para construir escolas. Até que um deputado da Frelimo explodiu dizendo “Mas quem é que as queimou todas?”

A percepção da Guerra Fria de que o combate armado da Renamo era justo porque lutava contra o comunismo, foi durante muito tempo a base do apoio dos EUA à Renamo. Mas nos finais dos anos 1980s as estórias acerca da brutalidade já não podiam continuar a ser escamoteadas. O rapto de uma enfermeira americana, o massacre de Homoine no dia 18 de Julho de 1987 em que mataram 424 pessoas, e outras atrocidades parecem ter mudado o equilíbrio da balança. O Departamento de Estado norte-americano abandonou a percepção da Renamo como sendo ‘combatentes de libertação anti-comunistas’ depois um estudo sólido encomendado a Robert Gersony¹ em 1988. Ele entrevistou refugiados e catalogou atrocidades. “O nível de violência que é relatado como conduzido pela Renamo contra a população civil

1 Gersony, R. *Summary of Mozambican Refugee Accounts of Principally Conflict – Related Experience in Mozambique*; Report submitted to Dr. Chester Crocker, Ass. Sec. Of African Affairs; April 1988, Department of State, US



Vítimas do massacre de Homoine a 18 de Julho de 1987, onde 424 pessoas foram mortas, 1987 (AIM)

é extraordinariamente alto”, concluiu. “A estimativa conservadora é que foram assassinados pela Renamo 100 000 civis.”² Este estudo mudou praticamente a atitude dos EUA, reforçado com o fim da Guerra Fria.

“A população nos apoiava”

Por mais contraditório que possa parecer, a convicção da justeza da causa contribuiu para o processo de paz e para o desejo generalizado na Renamo de criar um partido político credível e participar numa sociedade democrática depois da guerra. Nos pri-

meiros seminários que a Awepa organizou com as Ligas de Mulheres e Juventude da Renamo era importante justificar entre eles o que tinha acontecido; precisavam de confirmar que os seus anos de vida dura no mato não tinham sido em vão, confirmando que tinha sido a Renamo a trazer a democracia. “A população apoiava a Renamo; confiava nos seus líderes,” diz Raul Domingos em 2008. Estes sentimentos foram expressos em várias entrevistas que fiz com a Renamo. O reconhecimento de um apoio alargado é importante. “A Frelimo fez erros, era autoritária, era comunista, por isso a população escolheu a Renamo.” Embora as críticas feitas ao governo da Frelimo pos-

2 Hanlon, J. *Mozambique; Who calls the shots?*, 1991, James Curry, London, p. 47

sam ser verdadeiras e justificadas, o testemunho de milhares de pessoas que foram raptadas e maltratadas contam uma estória diferente acerca da sua opção em apoiar a Renamo. Medo e busca de um refúgio era a realidade de todos os dias para os moçambicanos durante a guerra. Mas uma vez nas mãos da Renamo, não tinham mais nenhuma escolha.

A ideia de apoio da população também foi defendida durante o período de transição. O representante provincial do UNOHAC George Siemensma visitou Inhaminga em 1993, uma vila que continuava até aquela altura sob administração da Renamo. “O administrador da Renamo disse-nos com orgulho que a população tinha levantado muitos quilómetros de carris nas linhas de caminho de ferro para impedir a Frelimo de usar os combóios para transportar o seu armamento pesado em direcção a Tete e, como ele disse, ir oprimir o povo lá.” Siemensma mais tarde perguntou a um homem como tinha sido possível virar os pesados carris. “Ele contou-me que tinham sido forçados, em grandes grupos, com metralhadoras apontadas às costas. Outro homem mostrou-me o campo de futebol onde as pessoas que estavam demasiado cansadas e desistiam, tinham sido executadas enquanto os outros eram obrigados a olhar.”

Estórias e boatos

Uma sociedade de tradição oral vive de boatos. O simples número dos boatos faz com que seja difícil apurar os verdadeiros. Fácilmente se repetem as estórias sem verificar se são verdadeiras. Algumas estórias

plausíveis também surgem aos poucos, por exemplo o reconhecimento de que em certas áreas existia de facto simpatia para a Renamo, especialmente nas províncias do Centro. Na zona de fronteira, os guerrilheiros da Renamo vinham do Malawi para visitar as mulheres e família durante a noite, sem ninguém fazer perguntas. Na província da Zambézia a Renamo começava primeiro a distribuir Bíblias. Essa questão de ser por um lado ou por outro não é assim tão a preto e branco.

Começam agora a surgir também acusações sobre o comportamento das tropas do governo, jovens mal alimentados que tinham de lutar numa guerra sem fim à vista e que eles não tinham escolhido. Pessoas em campos de refugiados nos distritos da província da Zambézia morriam de fome. Tinham medo de fugir porque a sua fuga tornava-os suspeitos. Mirjam Boswijk, que viveu na



Vala comum onde foram enterradas 350 pessoas, mortas no massacre de Homoine. Outros foram sepultados individualmente. Julho de 2007 (Mirjam Boswijk)



Serviço fúnebre em Homoine, 20 anos após o massacre, Julho 2007 (Mirjam Boswijk)

Zambézia nesse tempo, diz que “algumas pessoas do lado da Frelimo eram muito arrogantes. Não queriam saber de quanto o povo sofria.”

Estas histórias podem agora ser contadas, mas falar sobre as atrocidades da Renamo ainda é um assunto muito sensível. “É preciso coragem agora para falar sobre isso,” diz o pastor Mutungamira do CCM da Beira. “Mas as pessoas não são loucas; sabem o que é certo e o que é errado.” Mas mesmo ele começou a duvidar do que se dizia sobre o massacre de Homoine, agora que circulam muitas histórias contraditórias sobre o que aconteceu lá. O massacre de Homoine ocorrido em Julho de 1987 é um assunto controverso. Num único dia de ataques, foram mortas 424 pessoas e muitas foram raptadas. Será que não foi a Renamo como dizem agora os rumores, ou toda a história foi inventada?

Homoine: “ouvir as testemunhas”

Mirjam Boswijk viveu em Homoine em 1987. Faça-lhe perguntas sobre o ataque numa entrevista em 2009. “A Renamo aproximava-se da vila; sabíamos que estávamos praticamente cercados. Os ataques na vizinhança tinham-se intensificado e as pessoas das aldeias dormiam na vila voltando de manhã para os campos. O exército do governo cavava trincheiras tentando proteger Homoine. Na noite antes do ataque, alguém preocupado com a nossa segurança veio a nossa casa. Queria dizer-nos que saíssemos mas viu que não tínhamos um carro disponível e deixou-nos dormir. Usar as nossas motorizadas através das zonas controladas pela Renamo teria sido demasiado perigoso.” O ataque começou às 05:30 da manhã. Foi um pesadelo. Mirjam escapou correndo descalça durante 13 quilómetros pelo mato, com tiros vindos de todos os lados passando-lhe por cima da cabeça, mas finalmente conseguiu chegar à vila da Maxixe. Nessa noite chegaram carros transportando feridos. Um amigo acompanhava-os. Tinha-se escondido debaixo das escadas no exterior de um hotel. “O que ele viu foi horrível,” diz ela. “A carnificina aconteceu nas ruas e nos bairros, onde eles invadiam as casas das pessoas. O nosso amigo viu cadáveres espalhados pelas ruas quando finalmente se atreveu a sair do esconderijo.”

Mirjam regressou no dia seguinte. “Havia corpos estendidos em filas numa galeria do hospital, onde eram recolhidos os cadáveres embrulhados em mantas. Havia pessoas a percorrer as filas de corpos à procura de familiares desaparecidos. Nunca pude en-

tender a lógica por detrás destas mortes. Por quê matar uma pobre velha inocente abrindo-lhe a cabeça com um machado?” E esta visão não lhe sai da cabeça.

O ataque de Homoine atraiu atenção internacional; tornou-se emblemático ao ser reconhecido como extremamente bárbaro. Alguns meses mais tarde, entre 400 e 500 pessoas foram mortas em dois grandes ataques levados a cabo pela Renamo na estrada de Maputo a Gaza, nos quais foram queimadas pessoas até à morte dentro de autocarros e carros ligeiros. Estes ataques não chamavam o mesmo grau de atenção embora houvesse muitos testemunhos, incluindo de jovens rapazes que fugiram e contaram como eles tinham sido preparados nos campos da Renamo e sobre o próprio ataque.³ Ninguém, incluindo a Renamo, alguma vez questionou quem efectuou estes ataques. E no entanto persistem diferentes histórias sobre o ataque de Homoine: quem de facto o perpetrou?

Raul Domingos, líder político da Renamo naquela época, defende a posição de que não foi a Renamo. Em Maio de 2008 ele conta-me a sua versão; a maior parte do que me conta também o diz numa entrevista no semanário *Magazine*.⁴ “Nós intensificá-

mos a guerra no Sul em 1987, depois de os zimbabwuanos terem começado a apoiar a Frelimo no corredor da Beira. Havia uma crise de credibilidade do regime da Frelimo. Esta dizia que não tínhamos capacidade de passarmos a operar na zona Sul do País.” Pelo contrário a Renamo tinha de facto atravessado os rios. “Para o regime era importante desacreditar a guerrilha, inculcando a imagem de que apens éramos um grupo de criminosos e sem agenda política, e que semeávamos o terror, massacrando a população. Daí a formação e montagem pelo regime da Frelimo, de ‘Grupos de Contra-Insurgência’ do Zimbabwe, que incorporavam moçambicanos que falavam a língua local para melhor se confundirem com os soldados da Renamo. Foram eles que cometeram o massacre de Homoine”.

Mostro a Mirjam a entrevista com Raul Domingos e peço o ponto de vista dela sobre um possível papel da Frelimo. “Claro que esse pensamento ocorreu-me quando começaram a aparecer os boatos,” admite Mirjam. “Mas na realidade nunca tive dúvidas, era demasiado evidente. O que mais me deu essa convicção foram os relatos dos amigos. Uma colega foi apanhada dentro de casa juntamente com o pai. Ela conseguiu fugir pela porta de trás mas o pai, irmão e outros homens foram raptados. Alguns meses depois, três deles voltaram, emaciados e em pele e osso, e contaram a história. Foram forçados a caminhar durante muitas horas. Quem já não conseguisse andar era morto ‘como galinhas’”, nas palavras do homem. No campo da Renamo foram chamados para reuniões e tinham de ouvir discursos

3 Bergh, L. van den, en M. Pothoven; Mozambique: ‘ze namen me mee en leerden me met een geweer omgaan’; *Informatiekrant Eduardo Mondlane Stichting*, Amsterdam,, no.20, April 1988, blz.4-5

4 Jossias, L. e D. Maposse: Raúl Domingos ao MAGAZINE, sobre a sua expulsão da Renamo, *Magazine*, 30 de Julho de 2008

gravados do presidente Dhlakama. Mais tarde, homens jovens e rapazes eram seleccionados para serem treinados e participarem em ataques. O irmão mais novo, por ser de raça mista, não foi seleccionado. No fim foi a sorte dele, porque, segundo os captores, ‘mistos não prestam, não são úteis para nada.’ Os três conseguiram fugir depois de terem estado prisioneiros da Renamo durante três meses.

“Voltei a Homoine 20 anos depois do que aconteceu. Havia uma cerimónia com sobreviventes e famílias. Um pastor do CCM levou-nos à sepultura comum onde 350 pessoas tinham sido enterradas, todas vítimas do massacre. Outras jaziam em sepulturas individuais, 424 ao todo. Também morreram muitos dos que foram raptados. Havia flores, velas, leituras e orações.” Ela recorda todos os que encontrou no serviço fúnebre: pessoas que tinham conseguido fugir ou esconder-se. “Toda a gente tem uma estória, e começaram a falar disso, a contar as suas estórias. Alguns amigos recusaram vir por causa das dúvidas que existem. E isso dói. Mesmo se tens dúvidas, podes vir e prestar homenagem às vítimas sem acusar um lado ou outro. Podias ouvir as estórias reais das pessoas que lá estavam, ouvir testemunhas.”

Muitas vítimas sentem-se ofendidas porque a sua estória já não é tida em consideração. Estão a ser colocadas na posição de terem de se defender. O que a Frelimo e a Renamo fizeram foi aparentemente o mesmo: ‘numa guerra ambos os lados matam, ambos são igualmente culpados’, é agora a mensagem

geralmente aceite. Mas isso parece remover a responsabilidade daqueles que causaram o sofrimento das pessoas em primeiro lugar. Quem é que ainda defende a verdade? Quem defende as vítimas?

Será que a verdade ainda é importante?

Muitos países africanos, incluindo Moçambique, têm tido uma história recheada de violência.. A guerra colonial e a opressão por Portugal estiveram entre as piores. Apesar das cicatrizes deixadas pelos males do passado, as pessoas tiveram de esquecer o que aconteceu e reconciliar-se com as antigas nações coloniais e opressoras. Isto levanta uma questão importante: será esta guerra recente, que envolveu muito mais violência entre os próprios moçambicanos, simplesmente esquecida pela próxima geração? Ou será que as pessoas ainda irão querer buscar a verdade e documentá-la? Terão essas pessoas o desejo de lidar com isto honestamente?

Reconciliação sem uma comissão da verdade foi essencial para terminar rapidamente a guerra. Mas significou também que as pessoas não tiveram lugar e oportunidade para contar as suas estórias de sofrimento e para descrever as brutalidades e atrocidades. Não há nenhum registro oficial e há portanto um sério risco de que a História comece a ser reescrita.

Capítulo 10

O Parlamento arranca

As eleições foram altamente elogiadas por todos os lados, dentro e fora do país. Joaquim Chissano foi eleito Presidente, a Frelimo teve a maioria no Parlamento com 129 assentos, a Renamo ganhou surpreendentemente 112 assentos e a coligação UD conseguiu 9. Agora podia começar a verdadeira tarefa.

Logo na primeira reunião descarrila

Dos 250 novos deputados, cerca de 35 tinham experiência na antiga Assembleia monopartidária e nenhum membro teve antes assento num parlamento multi-partidário. Muitos não tinham qualquer experiência política prévia. As coisas correram mal logo no início. Em Dezembro de 1994 o Presidente da Assembleia da República tinha que ser eleito numa reunião geral. O candidato da Frelimo era Eduardo Mulembwe, antigo Procurador Geral da República, enquanto Raul Domingos da Renamo, e o seu principal negociador em Roma, era o seu candidato ao cargo. No passado, estas eleições faziam-se com um simples erguer da mão e os novos regulamentos do parlamento ainda não tinham sido adoptados. Chissano, que presidia à reunião, aderiu às regras ainda em vigor. “Nós queríamos um voto secreto,” diz o deputado da Renamo Manuel Pereira. “Assim, quando eles recusaram nós deixámos a sala”

A Renamo tinha alimentado a esperança de ganhar alguns votos de membros da Frelimo. Mas Chissano, que presidia à reunião, aderiu às regras que ainda prevaleciam. Mulembwe foi eleito pela maioria da Frelimo, mas tinha já ocorrido o primeiro embate mesmo antes do parlamento iniciar a primeira sessão. “Formalmente, Chissano tomou a decisão correcta, mas podia ter sido mais flexível para adaptar-se à nova situação” diz um antigo colega. Quando em Janeiro de 1995 ainda não se tinha encontrado uma solução, todos ficaram nervosos; não se tinha sequer a certeza de que a Renamo tomaria parte na primeira sessão parlamentar em Março. Nenhum dos partidos tomou a iniciativa de chamar o outro para uma reunião conjunta tentando uma reconciliação.

No final de Janeiro o Presidente da Awepa, Jan Nico Scholten, pediu um encontro com os líderes dos três partidos para discutir apoio, recusando encontrar-se com cada um deles em separado. Todos vieram; era uma oportunidade para se encontrarem sem perder o prestígio. “Foi a reunião que rompeu o impasse” diz Raul Domingos. “A Assembleia multi-partidária tinha de começar a trabalhar usando as regras de um sistema mono-partidário. Assim, nós abandonámos a sala e só reentrámos depois da intervenção da Awepa e da União Inter-Parlamentar.” O presidente Eduardo Mulembwé confirma, “Havia muita desconfiança entre os três partidos. Sentimo-nos inseguros perguntando a nós próprios o que ia acontecer. Aqueles que tinham tido experiência parlamentar consideravam-se a si próprios como donos. Muitos outros,



Membros da Comissão Permanente da Assembleia da República em deliberação. Da esquerda para a direita: Eduardo Mulembwe, presidente da Assembleia da República, Abdul Carrimo (Frelimo), Antonio Palange (coligação UD), Raul Domingos (Renamo), Vicente Ululu (Renamo), Armando Guebuza (Frelimo), 1995 (Ussene Mamudo, AIM)

que tinham vindo do mato, só tinham feito quatro ou cinco anos de escolaridade. A situação não permitia um início pacífico. As pessoas eram ignorantes, faltavam-lhes referências, e os regulamentos da Assembleia já não eram adequados”.

Foram acordadas três acções iniciais nesta reunião de Janeiro. A primeira era organizar um curso de formação de três dias depois da abertura da primeira sessão da AR em Março, mas antes de começar o trabalho parlamentar. A segunda era organizar uma visita de trabalho aos parlamentos da Holanda, Bélgica e Portugal para quatro deputados moçambicanos proeminentes, o Presidente e o Secretário-Geral da AR. O terceiro e último acordo era uma visita de trabalho do secretário-geral adjunto do parlamento holandês, para se reunir com o secretário-geral de Moçambique e analisar como o parlamento moçambicano podia adaptar-se às novas necessidades. Os três partidos aceitaram estas três acções planeadas e a preparação podia começar. A Renamo voltou a participar nos preparativos da primeira sessão parlamentar planeada para Março.

A visita à Europa desanuvia a atmosfera

Sentados no comboio de Haia para Bruxelas, os delegados de Moçambique relaxaram.¹ Antes disso a atmosfera tinha sido muito formal. Tinham franzido o nariz quando ouviram dizer que iriam viajar de comboio até

Bruxelas; por que não ir de avião? O comboio até podia ser mais fácil e rápido, mas era suficientemente digno? Mas sentando-se juntos, experimentando os vários assentos do compartimento vazio da primeira classe, trocando piadas, o gelo subitamente quebrou-se.

Por esta altura já tinham sido recebidos pelo parlamento holandês, assistido a uma sessão e levantado questões e dúvidas em reuniões informais com deputados holandeses. Queriam saber quanto ganhava um deputado na Holanda e como eram subsidiados para o transporte. O secretário-geral David Sibambo tinha encontros adicionais na sua agenda a que os outros não assistiram, incluindo mais contactos com os secretários parlamentares.

“Vimos nesta viagem como um parlamento funciona, como se fazem as coisas nos outros países,” diz Raul Domingos em 2008. “Para nós era importante ouvir acerca da imunidade parlamentar. Depois disso, também ficamos mais capacitados para elaborarmos o nosso próprio regimento. Não tinha sido uma guerra pessoal; não havia problemas entre uma pessoa e a outra.” David Sibambo acrescenta, “Foi interessante testemunhar o processo entre os deputados. Os líderes das bancadas já se compreendiam bem uns aos outros. Quando voltamos, trabalhamos melhor, especialmente nos novos regulamentos.”

Março de 1995: o caso teste

Todos estavam nervosos. Iria a primeira sessão desmoronar como a reunião plenária de

1 A delegação consistiu no Presidente Eduardo Mulembwé, Virginia Matabele (da Comissão Permanente da Frelimo), Raul Domingos (chefe da bancada da Renamo), Antonio Palange, deputado da UD, e o Secretário-Geral David Sibambo

Dezembro? Seria possível aos antigos inimigos falarem sériamente uns com os outros? Seriam capazes de compreender o seu papel já que eram deputados inexperientes. Dentro da Awepa também estávamos nervosos acerca desta formação. Incluímos moçambicanos com conhecimento da constituição e legislação, assim como oito especialistas e deputados europeus. Mas como seria possível lidar com a desconfiança existente, como seria possível promover uma atitude democrática numa situação como esta? Como vamos poder trabalhar com pessoas que não tinham nenhuma experiência no sistema parlamentar, tornando claro que os procedimentos podem ser a base de tomada democrática de decisões? O escritório de Maputo devia coordenar esta formação. Tínhamos vindo a usar com sucesso simulações no programa de educação cívica, desenvolvendo-o em cooperação com organizações moçambicanas. Porque os moçambicanos provêm de uma sociedade oral, têm muito mais facilidade que os europeus em compreender a utilidade de simulações na prática – para não dizer que é mais divertido. Pusémo-nos de acordo para propor uma abordagem similar também neste seminário de formação. Os meus colegas moçambicanos compreenderam o conceito mas na sede de Amsterdão tinham dúvidas. Parecia ridículo incluir deputados que tinham sido ministros no antigo governo num jogo assim. Apesar disso, deram-nos o benefício da dúvida.

O Presidente da Assembleia abriu a sessão, anunciando o seminário de formação de três dias. O trabalho verdadeiro só iria começar depois de estar completa a formação. A si-



Edifício da Assembleia da República em Maputo
(Pieter Boersma)

mulação estava dividida em blocos ao longo dos três dias, alternando informação teórica com explicações adicionais e discussões. Começou com um projecto de lei fictício da parte do “ministro” na simulação. Os papéis eram distribuídos cuidadosamente, de modo a evitar tensão antes mesmo de começar. O meu colega tinha ponderado vários dias sobre como misturar membros de partidos e regiões. Definimos os três partidos numa dimensão não reconhecível, e foram atribuídos nomes fictícios. O projecto de lei era sobre cultivo de tabaco, um assunto que na altura nem sequer estava em questão. As fases da peça incluíam a discussão na bancada para tomar uma posição, o trabalho nas comissões, as procedimentos tais como moções, consultas ao eleitorado e a sessão plenária. Incluíam-se contactos com a imprensa e tinham também de lidar com um grupo de pressão.

Rapidamente a peça adquiriu dinâmica própria. Vi um deputado, fazendo o papel de jornalista, percorrendo corredores a per-

guntar “Onde está o ministro, quero uma entrevista com êle.” As reuniões da comissão envolveram calorosas discussões. Vi de repente um deputado a olhar de maneira inquisitiva para alguém com quem tinha trabalhado,” És mesmo da Frelimo ou da Renamo ?”

Quando ao fim dos três dias chegou o momento da avaliação final na sala plenária, os deputados deviam voltar aos seus assentos normais. Mas eles recusaram dizendo: “Queremos ficar nos lugares onde estivemos nestes três dias.” O presidente da Assembleia Mulembwe não tinha participado inteiramente na formação e quando entrou na sala com a intenção de ocupar a sua própria cadeira, os deputados chamaram-no para dizer: “Não, não, as cadeiras do público são lá atrás.” Mulembwé riu-se e ocupou uma cadeira na audiência.

Aprendam a tarefa e reconciliem-se

Raul Domingos fala sobre esses tempos. “Neste primeiro seminário com a Awepa aprendemos as regras do jogo. Eu nunca mais vi uma explicação tão clara de como um parlamento funciona na prática. Foi interessante para toda a gente. A Frelimo só tinha experiência no sistema mono-partidário. O sistema multi-partidário só tinha sido criado em 1990 na nova Constituição e confirmado no AGP. Agora tínhamos uma perspectiva mais clara do que isso significava na prática.” Roberto Chitsonzo, deputado da Frelimo, recorda, “Nessa altura não nos conhecíamos uns aos outros. Tínhamos de nos aproximar, era o que estávamos constantemente a fazer. Aprendemos como o

parlamento funciona. Não tínhamos qualquer experiência.”

“A simulação foi muito importante”, diz agora a maioria dos deputados entrevistados. Isso faz sorrir Raul Domingos: “Antigos inimigos riam-se juntos. Os colegas da Frelimo pensavam que tinham muita experiência mas não era a experiência que se precisa agora num sistema multi-partidário. Assim começámos a aprender juntos e os da oposição mostraram que eram bons alunos. Aprendemos a dominar e a usar os instrumentos parlamentares. Mas muito mais importante do que isso foi aprender a aceitar-nos uns aos outros.”

Alguns anos mais tarde, Alcido Guenha, nessa altura porta-voz da Frelimo, disse ao meu colega, “Só pouco a pouco realizei a grande importância de começar daquela maneira.” Foi extraordinário que a Assembleia tenha criado espaço para isso; meio ano depois já podia ter sido demasiado tarde.

Outro factor importante foi ter escolhido os dois antigos negociadores, Armando Guebuza e Raul Domingos, como chefes de bancada. Como afirma Domingos, “Durante as negociações tínhamos sempre de procurar consenso; cada passo exigia debate e acordo. Tínhamos passado por todas as discussões políticas, a desmobilização e o novo exército, o regresso dos refugiados.

Precisávamos do mesmo tipo de consenso no novo parlamento. Quando havia um problema sério, suspendia-se a sessão e o problema era levado aos líderes. Por causa da nossa experiência conjunta, tínhamos



A Assembleia da República após renovação do edifício, 2007 (Pieter Boersma)

desenvolvido uma grande capacidade para buscar consenso, assim assumimos a nossa responsabilidade. Depois disso, os deputados voltavam para a plenária e conseguiram tomar uma decisão.”

“Eu estava impressionado”, diz o deputado da Frelimo Roberto Chitsondzo. “Aqueles dois eram verdadeiros líderes.” Mas também estava claro sobre a importância do papel de Mulembwe: “Ele disse-nos, ‘A guerra terminou, vocês agora são actores importantes. Não se volta atrás. Têm de se sentir responsáveis por isso’”. Mas houve momentos terríveis. A Renamo tinha a estratégia de abandonar a sala. Conseguíamos continuar porque tínhamos a maioria, mas era triste, terrível. As coisas melhoraram mais tarde;

a estratégia mudou para a de fazer cenas. Comportamento desordeiro não é maneira de se trabalhar; chamávamos a isso escolha do barulho.”

A primeira sessão correu bem, o que preparou o terreno para a continuação. Mas era necessário fazer mais formação, por exemplo com comités parlamentares. Pär Grandsted, membro do conselho dirigente da Awepa e na altura membro da comissão de defesa no parlamento da Suécia, disse depois de vários dias a trabalhar com a comissão de defesa moçambicana, “Foi uma revelação para os deputados o facto de terem o poder de quebrar o sigilo do exército e pedir a sua abertura em caso de decisões políticas a tomar.”

Também foram precisas mais viagens, incluindo aos parlamentos da Zâmbia e África do Sul, e a países europeus. Incluíam-se agora também deputados e membros de comissões menos experientes. Os programas eram cuidadosamente preparados em cooperação com os outros parlamentos; a intenção não era que se transformassem em viagem de turismo. E de facto, durante os primeiros anos isso não aconteceu. Em seminários nas províncias de Nampula e Cabo Delgado para os deputados e o seu eleitorado, o presidente do parlamento da Namíbia foi um dos oradores. Falou aos moçambicanos sobre as modestas condições do seu próprio parlamento e do trabalho voluntário que tinha sido feito. E enfatizou que “Viajar dá-nos oportunidade de aprender, usem-na bem, assegurem-se de que beneficiam.”

Em 1998, um grupo de mulheres de partidos políticos e de organizações de mulheres foram ao Brasil. A viagem foi acolhida pela organização brasileira Cfemia. Esta tinha sido fundada por antigas deputadas no Brasil que constataram a falta de apoio às mulheres para compreenderem as discussões no parlamento e das suas oportunidades de influenciarem as decisões. Angelina Enoque, deputada da Renamo, fala sobre as suas experiências. “A viagem ao Brasil foi maravilhosa. Vimos como trabalhavam os municípios e fomos apresentadas a um grupo comunitário em São Paulo. Isto ajudou-nos muito. No fim, crescemos mais que as mulheres do Brasil. O Brasil tem 530 lugares no parlamento mas só 46 são mulheres.” Na altura Moçambique tinha 24, 8% de mulheres no parlamento: 62 em 250

deputados. As mulheres moçambicanas tinham indicado que preferiam ir em separado em vez de parlamentares irem juntas com mulheres da sociedade civil. Mas no fim foi possível convencê-las que o ponto forte da Cfemia era precisamente esta convergência, juntando mulheres independentemente da sua proveniência. O meu colega Obede Baloí acompanhou-as na viagem. Ele diz agora, “Não foi difícil; o grupo foi espontâneo, não teve qualquer reserva. Enquanto durou a viagem não havia mais delegadas de partido; a agenda era não-partidária. Elas trocavam ideias, trabalhavam e comiam juntas.”

Durante o ano de 1996 entraram mais organizações internacionais para apoiar a Assembleia da República sendo a mais importante a Universidade do Estado de Nova York, SUNY. “A produção legislativa com apoio da SUNY foi significativa, continuando de 1996 até 2001,” diz o antigo Secretário-Geral David Sibambo em 2008. Mas o envolvimento do PNUD nestes primeiros anos foi um fracasso. Foi estabelecido em 1995 um trust fund mas os doadores desentendiam-se em relação à proposta do projecto. “Todos os doadores queriam ter influência. Foram feitas muitas reuniões. Esqueceram o que a Assembleia queria.” Sibambo pensa que, quando finalmente o acordo foi assinado em 1998, já tinha perdido a sua eficácia. “Algumas coisas foram feitas, outras não. O coordenador veio de fora, sem conhecer o que tinha realmente de fazer.”

Angelina Enoque diz, “Aprendi muito durante os programas. A Awepa fazia pergun-

tas: O que está a fazer neste papel? Como representa o povo? Ensinaram-nos como as instituições funcionam e como se pode lidar com os colegas, incluindo os do outro partido. No primeiro período legislativo, o processo de aprendizagem foi muito bem orientado. Aprendemos sobre legislação, aprendemos a redigir propostas. Vimos a diferença no método de trabalho com o sistema mono-partidário. Fomos os inimigos, os “bandidos armados”, mas isto pouco a pouco desapareceu. Aceitámos a diversidade de ideias, discutimos na plenária, mas no fim de tudo tomamos café juntos; isto é maturidade.”

“A participação da Awepa nesta fase foi histórica,” diz agora Raul Domingos. “A questão era estabelecer um sistema multi-partidário a partir da transformação do campo de batalha e das armas em um fórum político.” Continua dizendo: “Foi um período crítico. Muitas pessoas não acreditavam no sucesso do sistema multi-partidário; esperavam choques. Mas na primeira legislatura não houve muitos confrontos. A primeira legislatura mostrou que era possível. Encorajou todos os moçambicanos. A segunda foi mais violenta, por exemplo quando se bateu com sapatos em cima da mesa.” (Ver Capítulo 12)

“A Assembleia desempenhou um papel importante na pacificação do país,” diz agora o actual Secretário-Geral, Baptista Machaieie. “Ajudou-nos na coexistência pacífica. Foi uma importante decisão estabelecer posições iguais nas comissões: quando o presidente era da Frelimo, o relator era da Renamo e vice-versa.”

● Secretariado

Um escritório poirento no rés-do-chão do edifício, duas máquinas de escrever e uma máquina de estêncil, ambas manuais, para escrever e reproduzir minutas das sessões: era isto com que o Secretariado do parlamento moçambicano tinha que trabalhar em 1994, na altura das eleições. Sabiam que as suas condições não eram as apropriadas para satisfazer as novas exigências do novo parlamento multi-partidário. Todavia houve pouco apoio para se fazer melhorias antes das eleições. Quando a urgência se tornou evidente, os doadores estavam desejosos de oferecer apoio. Alguns satisfizeram as necessidades mais prementes – uma máquina de fotocopiar, papel para a primeira sessão – mas a maior parte estava à espera do programa do trust fund para fazer mais. A Awepa normalmente não fornece materiais, mas fazia todo o sentido comprar rapidamente três computadores e organizar acesso a um curso de informática para dez membros do pessoal, assim como um gravador audio para simplificar o processo de relatar as sessões. Esta contribuição foi apenas uma gota de água comparado com o que era preciso. “Para a maioria do pessoal foi a primeira vez que viu um computador,” diz o antigo Secretário-geral David Sibambo.

Os funcionários eram dedicados, mas eram obrigados a lidar com muitos problemas. Paulo Mupengue, na altura o chefe de Finanças, explica, “No antigo sistema, éramos considerados profissionais a serviço do parlamento. De repente éramos considerados da Frelimo e portanto partidários. Havia grande desconfiança, apesar de tentarmos

fazer o mesmo para todos.” David Sibambo acrescenta, “O Secretariado não podia continuar a funcionar como antes; todos viémos da Frelimo, só tínhamos trabalhado com a Frelimo. A chegada da Renamo e da UD representou uma experiência conflituosa. Tínhamos de resolver este problema no primeiro mandato. Tínhamos de ser politicamente neutros, sem simpatias pessoais. A fase de 1994 foi a mais difícil. Tínhamos pouco pessoal e 4 bilhões de Meticais de orçamento. [em 1994: 550.000,- US\$] Um ano mais tarde esta quantia subiu para 42 bilhões. [em 1995: 3.700.000,- US\$]”

Mupenge explica, “No sistema antigo, o deputado não tinha remuneração. Era trabalho voluntário, feito de sentido da responsabilidade, mas as novas exigências financeiras dos deputados causaram muita tensão.” Sibambo concorda, “A administração de repente tornou-se muito complicada. Os deputados precisavam de hotéis, subsídios, tinham de prestar contas; havia muita burocracia. Não era um sistema muito transparente; agora está muito melhor.” Havia uma permanente falta de pessoal. As pessoas tiravam cursos de noite para obter o nível necessário. Entrou novo pessoal; os partidos na Assembleia tinham a opção de nomear o seu próprio pessoal. “Chamei-os e disse ‘Estas são as condições aqui; têm de trabalhar com elas. E somos neutros. Não aceitaremos que haja malandrice aqui.’”

Em Fevereiro de 1995, Jan Nico Overbeeke secretário-geral adjunto do Parlamento Holandês, veio a Moçambique para analisar as necessidades do secretariado parlamen-

tar, em consultas com Sibambo e sua equipe. Mupenge era um dos poucos que falava inglês e por isso acompanhou o visitante. “Era sobre criar as condições básicas exigidas. Analisámos onde existia a diferença” Gradualmente, as condições básicas foram sendo criadas.

As contribuições da Awepa para o Secretariado eram modestas, mas recordo-me de um seminário em que a chefe da comunicação na assembleia portuguesa explicou como lidar com o fluxo de informação e deu exemplos do sistema avançado utilizado no Parlamento de Portugal. O Secretário-Geral da Zâmbia comentou então: “Isto é como idealmente se faz. Agora vamos olhar para as possibilidades e prioridades num país pobre.” O secretariado parlamentar português apoiou ainda mais. Por exemplo, em 1997, convidou seis estagiários, oferecendo-lhes a oportunidade de melhorar o seu profissionalismo a relatar sessões.

Quinze anos mais tarde, o secretariado parlamentar de Moçambique tem o seu próprio edifício construído pelos chineses, oferecendo condições adequadas e espaço suficiente para acomodar as bancadas, para fazer reuniões, e dar lugar a uma boa biblioteca. Deram-me orgulhosamente as boas-vindas. “Temos um boletim informativo, tempo de antena na rádio e TV e uma rede de jornalistas para acompanhar o trabalho. A TV agora também chega às províncias e distritos. Isso ajuda”, diz o actual Secretário-Geral com orgulho: “Agora somos tão bons como os países vizinhos.”



Seminário da OJM em preparação para a governação local, Inhambane, 1997 (Awepa Maputo)

Capítulo 11

Democracia e as organizações da população

O conhecimento e a compreensão sobre direitos democráticos a seguir às eleições eram mínimos. As pessoas tinham sido preparadas para a reconciliação e a participação nas eleições, mas quais eram as perspectivas depois disso? Que ações concretas as pessoas poderiam tomar para chamar a atenção para as suas preocupações e obter influência? Para muitos, os procedimentos parlamentares não pareciam ter nenhuma relação com as suas vidas quotidianas. As linhas de influência através das antigas organizações e estruturas locais da Frelimo, espalhadas por todo o país, tinham desaparecido. Apesar de nesses tempos as decisões serem muitas vezes do topo para a base, isso acabava também por dar uma ideia clara sobre a quem se dirigir. Na nova realidade política, as pessoas tinham de se organizar a si próprias de uma maneira totalmente diferente. Em 1996, antigos parceiros da educação cívica pediram à Awepa um seguimento dos programas, adaptado à nova situação. Awepa escreveu um manual a explicar como funciona o parlamento – a Assembleia da República – e que oportunidades existem para influenciar as decisões, mas para a maioria das pessoas este manual era difícil de compreender.¹ Foi então decidido organizar uma nova série de seminários, para tentar ajudar os moçam-

bicanos a entender as novas oportunidades democráticas.

Mudanças na sociedade civil organizada

A educação cívica durante a transição tinha sido um sucesso, não apenas por causa da curiosidade da população mas sobretudo graças às estruturas de nível nacional das igrejas e das chamadas ‘organizações democráticas de massas’ para mulheres, (OMM), juventude (OJM) e sindicatos organizados (OTM). (Ver Capítulo 7). As organizações de mulheres e da juventude eram criadas imediatamente após a independência e mantinham uma posição de monopólio, até às mudanças da constituição de 1990 que permitiam a diversidade. Nessa altura as ‘organizações de massas’ declararam-se independentes. Podiam contar com membros activos pelo país inteiro.

Em 1996, novas ONGs emergentes desenvolveram-se na base das suas próprias identidades independentes. Incluir eles nos grandes programas de educação cívica como na primeira fase já não era uma solução aceitável. Por outro lado, organizar um programa em grande escala com todas as pequenas organizações era complicado: a maioria não fazia parte duma rede, por vezes a sua capacidade era limitada, e muitas estavam em processo de implementação de programas ligados a contratos com doadores.

O pessoal muitas vezes via a formação sobretudo como o seu próprio processo de aprendizagem, ou sentiam-se isolados na execução do programa, e o alcance da formação era decepcionante. A Awepa procurou então estruturas experientes com pessoas que

¹ *Guia sobre a Assembleia da República*, editor Obede Baloi, 1997, Awepa Amsterdam-Maputo

pu dessem ajudar a coordenar e acompanhar as actividades das pequenas organizações depois da formação. O CCM e outros assumiram essa tarefa nas províncias. As propostas de trabalho destas organizações eram simples e foi atribuído algum dinheiro para o trabalho delas a nível da base. Os grupos culturais estavam entre os mais activos.

A partir de 1997 preparava-se a legislação para as eleições locais. (Ver Capítulo 13). Quando os programas de educação cívica começaram a incluir informação sobre os futuros municípios, o assunto democracia começou subitamente a tornar-se mais tangível. Os seminários voltaram a animar-se quando foram incluídas simulações sobre o funcionamento dos municípios em que os participantes preparavam orçamentos locais fictícios na base das prioridades da comunidade. Os grupos de trabalho provocavam outros participantes atribuindo um carro de luxo ao Presidente do Conselho Municipal, enquanto outros faziam um orçamento onde só cabia uma bicicleta, dizendo que isso era suficiente e que uma bomba de água era mais urgente.

O trabalho com a OMM, OJM e OTM, foi tão eficiente como o anterior; elas continuavam bem organizadas. A OMM preparava o seu congresso no qual queria formalizar a sua completa independência do partido Frelimo. Mas o que teria sido natural na primeira fase do programa mudou completamente na segunda: com a diferenciação da sociedade civil, a atenção dada a estas organizações tornou-se cada vez mais matéria de controvérsia; era vista agora como demasia-

do inclinada para um dos lados. Ao mesmo tempo as Ligas da Mulher e da Juventude da Renamo ganhavam força e queriam impor a sua marca no movimento civil.

Sociedade Civil dentro dum partido político: as Ligas da Renamo

À medida em que trabalhar com a OMM e OJM passava a ser cada vez mais visto como parcialidade, mais a Renamo criticava o apoio que a Awepa dava a estas organizações, excluindo as suas Ligas da Juventude e da Mulher. No regresso de um seminário da OMM no Norte, encontrei Vicente Ululu no avião e ele pediu-me urgentemente que não continuássemos a negligenciar as Ligas da Renamo. No final de 1996, o presidente da Awepa, Jan Nico Scholten, teve um encontro com Dhlakama, no qual prometeu lançar um programa com as Ligas da Renamo o mais brevemente possível. Isso marcou a nossa aceitação da mudança de natureza do programa de educação cívica. Para a Renamo, os programas eram uma parte importante da aprendizagem sobre o sistema, mas os seminários também serviam como fórum, uma oportunidade para encontrar outros membros, discutir e trocar experiências, e para verem como se podiam jogar um papel na nova sociedade.

Angelina Enoque, deputada e chefe da Liga das Mulheres da Renamo, era uma das figuras inspiradoras para as mulheres: “Eu quero ser a voz dos que não têm voz, ajudar as mulheres a expressarem-se”, diz ela em 2008. Ela estava descontente com a ênfase que a Awepa dava a OMM. “A OMM teve a oportunidade de crescer mas nós sentimo-

nos marginalizadas. Tínhamos uma falta de experiência tão grande. Queríamos dar um passo a frente. Mas depois conseguimos o apoio dos programas da Awepa. Isto foi importante para as mulheres; entrámos numa nova fase. A Liga das Mulheres ganhou estatuto oficial. No parlamento agora temos um gabinete para as mulheres deputadas; fora do governo, as mulheres trabalham para alcançar mais igualdade. As mulheres são alvo de discriminação de muitas maneiras.” No primeiro seminário com a Liga da Juventude o discurso era ideológico, estabelecendo a posição oficial. Foi organizado no Chokwè para a região Sul de Moçambique. A maioria da juventude já tinha mais de 30 anos e muitos dirigentes do partido participaram. O programa era um misto dos temas iguais aos seminários não-partidários, e de opiniões correntes dominantes. Deputados da Renamo como David Alone, e jornalistas por eles escolhidos como Salomão Moiana, estavam incluídos como formadores. Ao jantar, os formadores sentavam-se com os dirigentes. Este era o momento em que o passado se tornava tangível. Faziam-se referências à guerra e às longas distâncias percorridas após o ataque a uma aldeia. A sensação era um pouco desconfortável.

Os seminários de Chimoio e Nampula, no Centro e Norte de Moçambique, foram diferentes do Chokwè. Embora o número previsto fosse de 70, apareceram entre 90 e 100 participantes. Enquanto em Chokwè estiveram presentes os intelectuais da Renamo, os participantes agora eram jovens, vinham do mato e mal sabiam ler e escrever. Não estavam habituados a que lhes pedissem a

sua opinião. A primeira noite em Chimoio foi um desastre. Estávamos hospedados no Centro da Cruz Vermelha, um lugar agradável com bons quartos para quatro pessoas, uma sala de reuniões e um local para as refeições e para convívio. Mas os rapazes não estavam acostumados a tais luxos, à televisão e a cadeiras confortáveis. Também desconfiavam das pessoas “do outro lado”, das instituições estabelecidas, e sentimos que tinham falta de confiança em relação a nós. Na primeira noite brigaram por causa da televisão e partiram-na. O coordenador da Cruz Vermelha queria expulsar-nos dizendo, “Isto não é um trabalho sério; como podem fazer seminários com estes miúdos?” Graças à nossa boa relação com ele, conseguimos convencê-lo a deixar-nos ficar. Falámos com a liderança da Renamo e ela foi de grande ajuda; convenceu os jovens a comportarem-se devidamente.

O programa começou numa atmosfera de desconfiança mas no fim o milagre aconteceu.



Seminário com a Juventude da Renamo em Nampula em preparação para a governação local. Esquerda: Obede Baloi, centro: Lucia van den Bergh, direita: activista da Renamo, 1997

Passaram a ficar interessados, começaram a pensar sobre as questões nos grupos de trabalho. Desenvolvemos abordagens práticas e exercícios para explicar a nova situação e discutir como funciona uma democracia. Assim, qual era o papel deles? Será que acreditavam que podiam ter um papel? Será que eles achavam que em Moçambique havia democracia? A última pergunta suscitou animadas discussões com resultados diferentes em cada grupo. No fim a maioria deles concluiu: “Sim, há democracia, mas foi a Renamo que a trouxe.” Ficamos satisfeitos com este resultado. Como podiam eles ter passado por tudo aquilo para nada, pensando que tudo podia ter sido em vão? Depois das primeiras horas difíceis, o entusiasmo manteve-se. Sentiam que estavam a ser levados a sério.

O seminário em Nampula, onde o meu colega Baloi teve que lidar com 100 participantes, também arrancou com um começo difícil mas por fim estavam ansiosos por aprender e queriam ser levados a sério; o reconhecimento e a inclusão eram importantes. Os seminários posteriores com a Renamo já não tiveram as mesmas dificuldades. Estava estabelecido o programa de formação.

A OMM regressa ao partido Frelimo:

“Passaram por cima de nós”

A OMM tinha levado com seriedade os desafios que se seguiram às mudanças e promoveu um movimento genuíno de mulheres por todo o país. Tinha reactivado e dinamizado as suas estruturas até nas mais pequenas aldeias. Os Circulos de Interesse, grupos de mulheres nos bairros e nas aldeias,

estavam activos e recebiam agora algum apoio dos doadores. A organização cresceu cada vez mais forte e independente. Depois de discussões nas províncias, novos estatutos deveriam ser adoptados para tornar a sua posição oficial no Congresso da OMM em Setembro de 1996. Mas isso não aconteceu. Enquanto a Renamo pretendia afirmar o seu papel na sociedade civil, a Frelimo queria reafirmar também a sua influência, tentando recuperar o controle que tinha perdido.

“Foi um golpe,” disse Filipa Baltasar da Costa quando nos encontrámos em 2008. Ela tinha redigido a proposta de mudança. A sua colega Gertrudes Vitorino, porta-voz da OMM nessa altura, relata que, “Justamente antes da aprovação, deixei a sala para informar a imprensa acerca da nossa independência. Estava a explicar isto quando ouvimos bater palmas e assim pensamos que a decisão tivesse sido tomada. De repente ouvimos que a OMM se tinha juntado de novo ao partido. O partido Frelimo tinha usado o carisma de Graça Machel, a viúva do primeiro Presidente da República. Ela disse ao Congresso que a OMM pertencia ao partido e então todos aplaudiram e a decisão estava tomada.”

Antigas combatentes do Norte foram trazidas como delegadas adicionais. Elas estavam descontentes com a modernização e iniciaram os aplausos. Otilia, activista da OMM, diz amargamente: “As antigas combatentes tomaram o poder na OMM; não se vai conseguir fazer mais nada.” As secretárias provinciais de Nampula e Manica, sendo pessoas de espírito aberto, não foram reeleitas. Em Tete, a direcção nacional tentou

afastar a secretária mas foi impedida pelos membros. A Dna Filipa conta: “Perdemos imediatamente a maior parte do apoio dos nossos doadores para bons programas que já estavam em execução. Quase de um dia para o outro, a UNIFEM veio tirar-nos o carro que nos tinha dado antes.”

“Eu não concordei com o regresso ao partido,” diz Ana Madalena Charovar, na altura Secretária Provincial da OMM e agora deputada da Frelimo. “Teríamos beneficiado muito; tínhamos bons programas, tínhamos grupos de trabalho em cada distrito. Assim perdemos muita coisa; hoje em dia a OMM está paralisada, não tem acção. Olhando para trás, vê-se que foi uma estratégia proposta pelo partido.” As secretárias provinciais de Nampula e Manica estavam entre as mais activas para tentar romper com as linhas partidárias. Elas incluíam as mulheres da Renamo em cada seminário e a Secretária Provincial de Nampula visitou mulheres nas áreas da Renamo em 1993 e 1994, tentando promover o relacionamento entre as mulheres. Ana Madalena continua dizendo: “A minha análise pessoal é que o partido viu um movimento de mulheres a crescer e que podia associar-se a qualquer partido. Sentiu-se ameaçado; queria continuar a controlar. Os quadros que nós treinámos estão agora nas associações e ONGs.”

Depois da OMM, a OJM seguiu o exemplo e voltou a juntar-se a Frelimo. Nós na Awepa continuámos a implementação do programa em curso, incluindo também a fase de preparação para as eleições locais, mas nessa altura não começámos novos programas

com eles nem com a OTM, embora os sindicatos sempre tivessem tido uma posição mais independente.

Cândido Mathe e João Moiane da OTM lamentam esta decisão do passado: “Estávamos bastante envolvidos no período de 1994-1997 mas desde então a OTM não mais estava incluída nos programas de educação cívica, sentimo-nos marginalizados. Os trabalhadores perderam interesse e por isso houve mais abstenções. A educação cívica tem de ser permanente.”

A influência da população: o exemplo da Lei de Terras

Muitas pessoas que adquiriram experiência na OMM e OJM não queriam regressar ao controle da Frelimo e começaram a sua própria ONG; os doadores estavam muito interessados em apoiá-las. O resultado foi o desenvolvimento de grupos independentes e activos da sociedade civil, alguns deles críticos, mas ainda próximos da filosofia da Frelimo, outros mais para o lado da oposição. Essa nova forma de envolvimento da sociedade civil teve um impacto crucial em várias situações importantes. A ampla discussão sobre a revisão da Lei de Terras aprovada em 1997, é um bom exemplo. O Governo nomeou uma comissão de terras que funcionava como uma plataforma para os especialistas darem a sua contribuição.

Entretanto a sociedade civil não achava que isto fosse suficiente. Organizações publicaram manuais nos quais a lei era analisada, especialmente em relação ao seu impacto para os camponeses pobres e as mulheres. A ORAM, uma organização de apoio à agricultura, criada por antigos activistas do CCM,

estabeleceu um programa para explicar e discutir a lei e as suas possíveis implicações para as zonas rurais. Daqui resultaram melhorias concretas.

As condições neste caso foram ótimas: Governo e Parlamento tinham o espírito aberto. Não consideraram a contribuição como uma ameaça mas sim como um bem que estavam preparados para usar. O presidente da Comissão de Agricultura, Helder Muteia, organizou uma audição pública na Assembleia da República. Tornou-se um exemplo de democracia em acção, mas mais importante ainda, resultou numa boa Lei de Terras, escrita para proteger pequenos agricultores e população rural. Apesar da implementação da lei nem sempre ter sido tão boa, ela ainda serve de exemplo para outros países. As iniciativas da ORAM e outras organizações foram extremamente importantes ao mostrarem que a influência era possível e que a legislação é relevante para a vida das pessoas para quem o acesso à terra é crucial. Entretanto, este exemplo foi tão bem-sucedido parcialmente graças aos investimentos de organizações da sociedade civil e ao apoio de alguns doadores. Mais o envolvimento em tão larga escala só é possível em alguns casos. Os grupos de mulheres têm tido sucesso em outras áreas: tanto a 'lei da família' como a recém aprovada 'lei contra a violência doméstica' foram iniciativas da sociedade civil, embora esta última ainda seja objecto de intensas polémicas na imprensa independente. Os homens sentem que estão a ser acusados e que os seus interesses são negligenciados.

Quem estabelece as prioridades?

A diversidade na sociedade civil organizada tem crescido ao longo dos anos. Algumas organizações da sociedade civil optaram por cooperar com o governo a nível nacional ou local, enquanto outras escolhem um papel de observadoras críticas. A imprensa independente é diversificada e influente. A Liga dos Direitos Humanos tem acompanhado a situação desde o início dos anos 1990s e tem publicado muitos relatórios e artigos críticos sobre violações dos direitos humanos. A sociedade civil alcançou uma posição independente relativamente ao governo e tem uma influência substancial. Por outro lado, perdeu-se um considerável controle sobre as abordagens e prioridades de Moçambique por causa da crescente dependência dos doadores. Muitas vezes as questões têm de ser adaptadas às filosofias e tendências vindas da Europa ou dos Estados Unidos da América. O número de organizações financiadas por doadores cresceu, mas nem sempre é claro a quem representam.

Entretanto uma nova geração está a emergir, desejosa e capaz de discutir importantes questões na sociedade, de falar da pobreza e da necessidade de mudanças no sistema económico e social de Moçambique. O Pastor Mutungamira da Beira reconhece os problemas mas também está optimista. "Moçambique mudou para sempre; as pessoas aqui nunca aceitarão situações como as do Zimbabwe dirigido por Mugabe. Outros países falharam por não incluir a população de base. Nós incluímos, e temos orgulho nisso. Não podem tirá-lo de nós nunca mais. Crescemos; agora somos adultos."

Capítulo 12

Credibilidade das Instituições Democráticas; o sistema funciona?

O sistema multipartidário ocidental é imposto “ignorando totalmente as experiências acumuladas, baseadas na história, cultura, valores e tradições das sociedades africanas”, disse o antigo presidente Chissano numa palestra na Holanda em Abril de 2008. Ele dá exemplos de países empurrados para profundas divisões e conflitos na sequência da súbita imposição do sistema multipartidário, enquanto ainda estavam a recuperar a sua dignidade e a sua terra após o fim do colonialismo, ansiosos por seguir o seu próprio caminho. Ele pensa que Moçambique geriu o seu próprio processo de transição com bastante sucesso mas afirma que “a democratização leva tempo e está muitas vezes sujeita a tropeçar.” O sistema adoptado é complicado e muito dispendioso, especialmente para um país pobre.

Deputados em luta com o seu papel

Ernesto Lipapa é deputado da Frelimo pela província de Cabo Delgado no norte de Moçambique.

“Em 1994, não tínhamos experiência. Mas aprendemos que o trabalho político significa participação e não abandono. Porém, ainda havia falta de continuidade no processo de aprendizagem. Os tumultos dentro da Assembleia da República afectaram a nossa credibilidade diante da população.” Referia-se ao segundo mandato, quando o ostensivo abandono da sala pela Renamo foi substituí-

do pela prática de bater com sapatos nas mesas. “Mas agora estamos a fazer melhor.”

“Há crescimento também do lado da Renamo,” concorda o deputado da Frelimo Alfredo Gamito. “Mas a AR podia melhorar se nós aperfeiçoássemos o modo de funcionamento das comissões. A população não tem conhecimento delas, mas as comissões têm peso. No entanto elas são secundárias para as estratégias do partido e para o papel dirigente da Comissão Permanente. Os chefes das bancadas são mais determinantes, mais importantes.”

O Presidente da AR Eduardo Mulembwe confirma que o trabalho das comissões não é muito visível. “Estamos habituados a ter as discussões principais na sessão plenária. Todas as semanas temos dois dias para as comissões e dois dias de plenária o que significa que, com frequência, temos duas vezes a mesma discussão. Mas o número de leis aprovadas por consenso tem aumentado. Os deputados começam a assumir o seu papel; há muito menos ignorância agora.” O deputado da Renamo Albino Muchanga diz que, “é difícil conseguir o consenso mas por vezes conseguimos, por exemplo sobre o estatuto dos funcionários públicos. No entanto, a Assembleia da República devia funcionar mais separadamente dos partidos: estes deviam reconhecer a nossa posição específica. O nosso papel é aprovar o plano económico e social e fiscalizar se ele está a ser bem executado.”

Dominar as questões

As pressões do trabalho diário são muitas e há atrasos substanciais na aprovação de nova legislação; o tempo para estudar e discutir as propostas é muito limitado. Questões complicadas como as EPA (acordos de comércio livre com Europa) ou as condições que acompanham os empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial exigem informação de fundo, pesquisa e apoio. Todavia é rara a inclusão de investigadores ou especialistas na preparação. Em Dezembro de 1998, a Awepa organizou em Maputo uma conferência regional sobre a dívida externa com deputados da África Austral. Estava-se no período do Jubileu 2000, um movimento internacional que pedia o cancelamento da dívida para os países em desenvolvimento, os países pobres havia cada vez mais a consciência dos efeitos negativos dos empréstimos do FMI e Banco Mundial e das condições que os acompanham. Um dos nossos especialistas preparou a conferência com um pequeno número de deputados. A maior parte deles não tinha um bom domínio da língua inglesa, enquanto todos os documentos do FMI e Banco Mundial eram em inglês. Isto significava que era importante disponibilizar uma tradução em português. “Temos mesmo aceite que não podemos mais dar cuidados de saúde gratuitos aos pobres? Como vamos poder explicar isso ao nosso povo? Eu nunca concordei!”, disse um deles com uma preocupação crescente.

Longe das preocupações do povo?

Durante a presidência de Chissano, Armando Guebuza era o chefe de bancada da Frelimo

na AR. Ele optou por uma voz forte e independente da Assembleia da República. A influência da AR, incluindo vozes da sociedade como no exemplo da lei de terras, foi possível especialmente durante o primeiro mandato. Mas agora, com Guebuza como Presidente, a Assembleia da República não parece ter a mesma força e espaço independente. “Ninguém quer pôr o seu pão em risco,” diz Verónica Chemane que trabalha numa organização da sociedade civil em Maputo. “É difícil para os deputados da Frelimo oporem-se ao governo. O oposto é válido para a Renamo: até hoje nunca aprovaram um plano anual ou um orçamento estatal. Muitas vezes, não é a decisão certa que conta mas sim o que a disciplina do partido quer.” Mas será que a AR faz uso suficiente das suas oportunidades, tentando ser um órgão representativo do povo, tratando dos seus problemas? Falando agora com vários deputados, eles constataam o problema.

O deputado Alfredo Gamito diz que, “Cada deputado tem de visitar a sua província duas vezes por ano para se encontrar com o eleitorado. Há enorme pressão para passar 30 dias nos distritos. Mas o fosso entre AR e povo está a crescer.” O deputado da Frelimo Ernesto Lipapa explica que, “Quando eu vou para a vila de Mueda [na província de Cabo Delgado], as pessoas esperam que eu faça alguma coisa por elas. Elas querem um representante em cada distrito; querem que tratemos do preço do milho, que estabeleçamos o salário mínimo. Faz-lhes confusão que nós não tenhamos uma resposta para os seus problemas. Também não sabem de que

partido são as pessoas e muitas vezes isso nem lhes interessa.”

Partido dominante: quem ganha fica com tudo? O sistema de partido único está a voltar?

Enquanto os deputados tentam estabelecer as suas competências, cresce a diferença entre os partidos da oposição e o partido no governo. O apoio da Renamo diminuiu nas últimas eleições legislativas, passando de 37.7% em 1994 para 29.7% nas eleições de 2004. A inclusão de pequenos partidos numa coligação com a Renamo (Renamo União Eleitoral) não ajudou. A coligação UD, que tinha ganho 9 assentos no primeiro mandato desapareceu, e nenhum outro partido ganhou acesso à AR. Aumentou a dominação do partido Frelimo no governo e na sociedade. Algumas das pessoas que entrevistei dizem que governo e partido parecem agora quase a mesma coisa e que o espaço para a diversidade está a diminuir. Será esse o caso?

O representante da Liga dos Direitos Humanos (LDH) Tarcísio Abibo, suspeita que teve dificuldades em ingressar na universidade por causa do seu trabalho e dos seus pontos de vista críticos. “O ‘cartão vermelho’ [cartão de membro da Frelimo] é agora a base para tudo. Só quem apoia a Frelimo pode estudar; os novos intelectuais partilham todos a mesma ideologia. Eu nunca conseguirei trabalhar nas instituições do Estado. Mesmo os meus filhos vão ter menos possibilidades por causa das minhas actividades.” As queixas sobre os privilégios para membros da Frelimo e sobre as restrições para os que não

têm ‘cartão vermelho’ ou criticam o governo da Frelimo, aumentaram de modo geral.

“A Frelimo prepara muito bem os seus candidatos em especial sobre quais são os interesses do partido. É uma história pré-programada, “diz Alcinda que trabalha em Nampula. “E se tu não segues a corrente, tudo é mais difícil: conseguir emprego, um título de terras, abrir uma loja. Mas o que faz com que as pessoas tenham medo de falar?” Obede Baloi diz, “As pessoas pensam que todas as medidas são tomadas com base em instruções da liderança. Mas esse não é o retrato completo. As medidas restritivas são muitas vezes tomadas aos níveis mais baixos por pessoas que apenas querem agradar o chefe.”

O deputado da Renamo Eduardo Namburete foi exonerado da sua posição como professor da Universidade Eduardo Mondlane em Maputo. Decidiu interpor uma acção legal e ganhou. Angelo Matusse, antigo representante da Awepa, diz que, “Não foi o governo que o mandou embora da universidade; foi Brazão Mazula, o reitor na altura. Há uma percepção de exclusão pelo governo da Frelimo que não é sempre baseada na realidade.”

A oposição usou as oportunidades que teve?

“É difícil estar sempre na oposição,” diz a deputada da Renamo Angelina Enoque. “Temos boas ideias mas é difícil passá-las. Na semana passada houve uma horrível onda de violência na África do Sul contra moçambicanos e outros estrangeiros e nos

queríamos reagir na Assembleia por ser esta a instituição soberana. Mas a bancada da Frelimo antecipou-se e falou sózinha. Não é confortável a posição em que estamos.”

A oposição teve uma época de ouro depois da guerra. Toda a gente os encorajava e os doadores estavam prontos a financiar os novos partidos, estimulando uma estrutura de partido democrática e um programa político aberto à discussão, como a única maneira de conquistar o apoio contínuo da população. Mas a Renamo nunca se distanciou da estrutura autoritária do tempo de guerra. Perdeu já muita gente boa, quadros como Raul Domingos, Jafar Gulamo Jafar, Daviz Simango e Maria Moreno, todos em posições chave, foram expulsos ou postos de lado.

“A oposição só atira com insultos,” diz Marcos Juma, dirigente do Panamo e deputado pela coligação UD durante o primeiro mandato. “Devíamos apontar os defeitos mas também ser mais positivos, ser construtivos.” Juma tem ideias sobre educação, sobre a exploração de minérios, sobre agricultura: “Devámos mudar o sistema de agricultura, deixar a enxada, recuperar as lojas do mato, dar emprego àquela população, estas coisas deviam ser discutidas entre os partidos.”

Angelo Matusse diz que, “Depois do Acordo de Paz, o partido no poder promoveu a oposição. Em 1992, isso era necessário para manter a paz. A oposição habituou-se a ser promovida. Mas agora têm de abrir as asas e voar eles próprios.” Continua dizendo: “Penso que a Frelimo agora está a empurrar demasiado para o seu lado. Já existe oposi-

ção dentro do partido, afirmando que é necessária a liberdade de expressão. Aparecem pessoas dentro da Frelimo que começam a falar abertamente.”

Saudades da unidade

Em contraste com a preocupação sobre a predominância crescente da Frelimo, há sem dúvida alguma nostalgia do passado, quando não se perdia tempo em competição, e as discussões tratavam de problemas concretos. As pessoas recordam os preparativos para os congressos da Frelimo e as mudanças constitucionais, as discussões nas fábricas, nas instituições e nos bairros, sendo os resultados levados até aos níveis superiores pelos seus representantes. Ninguém quer voltar para trás; as pessoas agora querem a liberdade de escolher, de expressar as suas opiniões. Mas a busca do consenso está firmemente enraizada no pensamento tradicional sobre liderança, e por isso falam sobre a necessidade de discutir sobre os problemas nacionais, de encontrarem juntos as soluções. “O presente sistema pode causar muita divisão. Os partidos não falam sobre coisas sérias, só falam de como podem ganhar,” diz Ernesto, um homem de Nampula. “Os partidos vêm pedir o voto, fazem promessas e depois desaparecem.” Não há visão, não há discussão séria, não há base local.

Pequenos partidos: “Não vimos as oportunidades”

Toda a gente em Moçambique conhece a palavra: o ‘envelope’. Não se trata de suborno, refere-se à quantia dada para apoiar os pequenos partidos, inicialmente financia-

dos pelos doadores e mais tarde incluída no apoio oficial do governo. É o dinheiro que cada partido registrado recebe para organizar as suas actividades e competir com os outros partidos. Alguns líderes dos pequenos partidos dizem agora que essa é a razão que faz com que os partidos não trabalhem juntos. Cada um quer ter o direito de receber.

“Começou mal desde o início,” diz Andre Balate, presidente do partido político ‘Parena’. “Em 1993, não deviam ter promovido a criação de partidos como fizeram. Muitos foram criados só pelo dinheiro. É preciso parar por algum tempo e ver o que cada partido tem para oferecer. Eles deviam provar primeiro e receber dinheiro só depois de apresentar trabalho. Esta abordagem cria preguiça e nada é realizado. Os partidos políticos devem trabalhar para a população não para si próprios,” diz Balate. “Mas naquele tempo foi a única possibilidade de evitar que só participassem os dois grandes partidos.”

Marcos Juma do Panamo concorda que muitos partidos foram criados por causa do dinheiro e que isso os mantem divididos. “Divisão significa que se perde sempre. Dizem: ‘vou criar o meu próprio partido e vou receber dinheiro’.” Mas não partilha a opinião de que o erro esteve no início. “Foi o melhor que se podia fazer. Mas nós não vimos a oportunidade do apoio que conseguimos.” Juma tentou formar uma coligação alargada para as eleições autárquicas de Novembro de 2008. “Queríamos formar um bloco de oposição construtiva, Tínhamos 19 partidos connosco. Mas depois pergunta-

ram-me: ‘e quem vai receber o envelope?’ Só dois ficaram juntos, o Pimo e o Panamo.”

As escolhas políticas de Juma remontam ao passado. “Eu de facto nunca estive com a Frelimo, mas também não concordei com a guerra. Nós sofremos depois da independência, de fora, do regime do apartheid, riam-se de nós porque matávamos os nossos próprios irmãos.” Durante um ataque da Renamo no Norte, na cidade de Nacala, ele fugiu. A caminho de Nampula viu que a Renamo tinha queimado um tractor com pessoas atadas a ele. E questiona-se: “A guerra é o caminho para chegar à democracia? A Renamo continua a falar em trazer a democracia mas eu não estou de acordo. Se o objectivo fosse mesmo esse, então agora teria de sustentar a democracia. Mas a Renamo nunca foi democrática; por isso é que expulsou a gente boa deles. Moçambique teve a sua própria forma de democracia. Não foi a Renamo que conseguiu a paz; o povo trouxe a paz porque estava cansado de sofrer. Estamos aqui graças ao povo.”

Juma continua, “Agora apoio externo quase não entra mais para os partidos políticos.” O CPDM [um centro para partidos políticos que foi criado com apoio externo] ainda existe mas ao mesmo tempo não existe. Há muita polémica lá dentro. Os doadores sentem que nós, os pequenos partidos, não estamos interessados em crescer.”

“No fim, é uma questão de sobrevivência pessoal”

Adriano Malache é o coordenador da representação em Moçambique do *Netherlands*

Institute for Multiparty Democracy, NIMD. O NIMD tem apoiado os pequenos partidos desde 2002 e criou o centro de partidos políticos, CPDM. Ele observa que, “A estrutura organizacional dos pequenos partidos é fraca. Deviam ter uma base de apoio, pedir cotas aos membros. Qual é a base social deles? Onde têm visibilidade? Qual é a sua mensagem? Devem perguntar a eles próprios quem concorre e colabora com essa mensagem. No entanto, a maioria não tem esta visão; o partido é fonte de sobrevivência pessoal para a liderança.” Continua dizendo que, “A conclusão da comunidade internacional depois das eleições foi que o dinheiro foi mal usado. Foi feita capacitação, mas com que resultados? Nenhuma destas pessoas tem assento hoje na Assembleia da República.” O NIMD tem providenciado formação nos últimos dez anos. “Todos eles vêm aos seminários, excepto os dois partidos grandes; a cultura destes agora é só para dizer não.” Malache vê o diálogo entre partidos como o aspecto mais importante: “Discutir os interesses nacionais é essencial para a democracia multipartidária.”

Os grandes investimentos feitos pela comunidade doadora com o objectivo de criar uma terceira força antes das primeiras eleições multipartidárias não resultou em real diversidade política. A maioria dos pequenos partidos continua a ser de criação artificial. Mesmo aqueles que agora têm alguma visibilidade, seja porque estiveram incluídos na coligação parlamentar com a Renamo no mandato de 2004-2009, seja através de presença a nível local, não construíram um partido democrático e credível dentro do país.

Formação e apoio não alterou isto. Ainda se compreende mal o que significa verdadeira e efectiva oposição. Mas há certamente oportunidades. Recentemente foi criado um novo partido, o MDM (ver Capítulo 13), que ganhou rapidamente força em 2009, ano das eleições nacionais e provinciais.

Mas Malache não está muito optimista, pelo menos a curto prazo, e descreve as actuais divisões. “Trabalhamos com uma ONG chamada AMODE. Eles vão aos distritos trabalhar com os partidos políticos e líderes comunitários, tentando resolver problemas locais. Mas vemos que os partidos mantêm o conflito vivo em vez de criar espaço para discutirem juntos. O sistema multipartidário ainda enfrenta muitas fraquezas, em parte por causa da pobreza. Há muita tensão nas províncias da Zambézia, Sofala e Manica; toda a gente agora quer entrar em estruturas partidárias. Acesso ao poder também dá acesso a recursos financeiros. A competição está a tornar-se mais agressiva. No fim, é tudo uma questão de sobrevivência pessoal.”

“Qual é a solução?”, pergunto-lhe. Ele responde, “Nenhuma, não nesta geração. É um processo. Em termos institucionais, Moçambique funciona. Mas falando em aspectos práticos, nos benefícios para a população, aí reside o problema. Há espaço para te expressares e partidos políticos podem ser criados, mas o que ganha a população com isso?” Matusse afirma então que, “Não basta ver a questão da democracia. Se não há garantias sociais, se a democracia é só para os que têm comida na mesa, então não funciona.”

Capítulo 13

Governação local

A Beira parecia diferente em 2008, quando voltei passados dez anos. Na minha visita anterior a cidade era suja, as ruas estavam cheias de buracos e a área à volta do mercado era um lugar perigoso com agressivos ladrões. Agora tudo tem um aspecto limpo e organizado, os novos sanitários públicos não cheiram da mesma maneira e o mercado informal está arrumado por tipo de produto. Ando a pé no meio de uma rua repleta de sapatos em segunda-mão.

“Isto melhorou realmente,” diz o motorista de táxi no caminho do aeroporto, à medida que percorremos as estradas reparadas. “Estamos muito satisfeitos com o nosso Presidente do Município, ele viu as nossas prioridades.” Quando passamos por um campo aberto diz: “Lembra-se como toda a gente fazia aqui as necessidades a céu aber-

to?” Lembro sim; ainda me lembro das mulheres que só afastavam as pernas debaixo da capulana. “Só levou três meses a resolver o problema,” diz ele. “Depois o local foi limpo e tinha de se pagar uma multa pesada. No princípio as pessoas queixaram-se, mas agora toda a gente está satisfeita.” Ele não é o único a sentir-se orgulhoso. Simpatias políticas à parte, Daviz Simango da Renamo, Presidente do Concelho Municipal da Beira, fez um bom trabalho.

Processo de descentralização

A primeira lei sobre municípios foi aprovada em Setembro de 1994, imediatamente antes das primeiras eleições multi-partidárias. Mas o novo parlamento declarou a lei inconstitucional e achou que a discussão devia ser reaberta, mas desta vez incluindo a oposição. Em 1995, Alfredo Gamito tornou-se Ministro da Administração Estatal e passou a ser portanto responsável pela nova legislação. Em 2008, ele explica: “Em 1990 o governo queria transformar os 128 distritos em municípios. Mas mais tarde vimos que não podíamos começar nesta escala e optámos por uma aproximação gradual.” O modelo também mudou. Não seriam os distritos que passariam a municípios, mas apenas as vilas e cidades. Mais tarde, as mais de 600 povoações ou pequenas aldeias teriam também os seus representantes eleitos. “Tivemos muitas discussões com Dennis Jett, o Embaixador dos EUA, que nos colocou debaixo de grande pressão,” diz Gamito. Jett não era o único que estava a tentar empurrar para eleições. Em 1997 uma carta de 10 doadores, num tom de chantagem, exigia que as eleições locais tivessem lugar não



Sede do Município de Maputo, 2007
(Pieter Boersma)

mais tarde que o fim do ano. Isto para outros doadores foi considerado excessivo; os países nórdicos em particular disassociaram-se desta posição. A nova lei da descentralização foi aprovada por consenso em Abril de 1997 e as primeiras eleições locais tiveram lugar em Junho de 1998 depois de vários adiamentos. Seleccionaram-se, para começar, 33 municípios, dos quais 23 eram cidades incluindo todas as capitais provinciais, e 10 eram vilas. Dez anos mais tarde, as eleições locais de 2008 acrescentaram mais 10 vilas. Os partidos nacionais podem competir localmente mas também grupos de cidadãos locais. Estes tem os mesmos direitos que as delegações locais dos partidos.

Pensando localmente

Havia uma imensa falta de conhecimento. Para a Awepa, informar a sociedade civil era um seguimento lógico dos anteriores programas de educação cívica. Mas a falta de conhecimento entre os partidos e seus candidatos era mais grave ainda. A partir de 1997, a Awepa de novo iniciou um programa de formação para a sociedade civil mas treinou também os partidos e seus candidatos, bem como observadores locais. Deixei a Awepa pouco depois das primeiras eleições locais mas o meu sucessor organizou um programa para os concelhos e assembleias municipais recém-eleitos.

“Os partidos políticos não estão habituados a pensar em termos locais,” disse um dos formadores. “São as sedes nacionais que estão à frente da selecção dos candidatos locais, das campanhas e da preparação de um programa.” Os pequenos partidos não

tinham uma base local e os grupos locais de cidadãos não tinham acesso fácil à informação. A burocracia para registar um partido era complicada.

Nos seminários tentamos promover o pensamento local como primeira prioridade. Foram levantadas questões sobre o que candidatos e partidos queriam fazer a nível local e que relacionamento pretendiam ter com a população. Para garantir qualidade, o Ministério da Administração Estatal, MAE, providenciou especialistas. A Awepa trazia deputados com experiência em municípios de outros países. Elaborámos manuais bem como explicações e análises detalhadas da legislação.¹ O partido Frelimo estava bem organizado a nível local, mas seguiu as instruções e decisões centralizadas; as delegações de partidos não estavam acostumadas à independência local. Para a Renamo e pequenos partidos ainda foi mais difícil, e os doadores não quiseram dar a Moçambique muito tempo para se adaptarem.

Boicote já não funciona

Depois de vários atrasos, em Março de 1998 a CNE anunciou eleições para Junho de 1998. Por essa altura a Renamo tinha anunciado inesperadamente um boicote ao qual aderiu a maioria dos pequenos partidos. Mas a abordagem que tinha funcionado durante as negociações e o período de transição, quando era necessário consenso total e um boicote podia adiar qualquer decisão, agora este método tinha perdido a sua força. Depois de vários esforços para apaziguar

1 Hanlon, J., *Guia básico sobre as autarquias locais*, Maputo, MAE & Awepa, 1997

a Renamo, as eleições foram programadas para o dia 30 de Junho sem a participação deles. Houve dúvidas sobre os motivos desta posição: foi o resultado de queixas reais, ou os partidos simplesmente não estavam preparados e não queriam ficar mal vistos?

Por essa altura a Awepa tinha levado a cabo 8 dos 11 seminários provinciais com potenciais candidatos da Renamo e suas estruturas partidárias. Quisemos parar mas eles pediram-nos que continuássemos. Muitos participantes ficavam frustrados porque a decisão de boicotar as eleições foi tomada sem consultar as delegações locais.

Angoche

No final de Outubro de 2008 falei com Alberto Massane da Renamo, Presidente do Conselho Municipal de Angoche. Ele admite que não gostou do boicote: “Foi uma pena; se tivéssemos entrado em 1998 podíamos ter feito muito mais a nível local. Tínhamos muito apoio.” Provavelmente era verdade. Eu estava em Angoche como observadora durante estas primeiras eleições locais. A afluência às urnas a nível nacional foi de apenas 14%. A Frelimo iria ganhar de qualquer modo, para quê então ir votar? O boicote fez regressar tensões do passado, as pessoas não queriam ser vistas votando porque isso queria dizer que votavam na Frelimo. “Eu não vou; não queremos novos conflitos,” ouvi pessoas dizendo, “Deixe eles discutir os problemas uns com os outros e não nos compliquem a vida outra vez.” Apesar do boicote a Renamo foi autorizada a fazer comícios durante o período de campanha. Dhlakama organizou um comício em

Angoche enquanto eu estava lá. Milhares de pessoas assistiram.

Muitos em Angoche voltaram-se para a Renamo depois do escândalo do caju. Em 1995, o Banco Mundial impôs a sua política a Moçambique obrigando o país a exportar castanha de caju em bruto em vez de encorajar o seu processamento nas fábricas moçambicanas. Esta medida teve consequências dramáticas: a indústria do caju, que começou a recuperar-se depois da guerra, e que na altura na maior parte estava nas mãos do sector privado moçambicano, colapsou completamente. Na área à volta de Angoche fecharam 14 fábricas. O apoio financeiro dos doadores dependia do cumprimento das condições do FMI e Banco Mundial, e portanto o governo não tinha escolha. E Phyllis Pomerantz, alta funcionária do Banco Mundial em Nova York, nem sequer queria ouvir sobre as consequências políticas e sociais para o Moçambique do pós guerra.² A cidade, que já tinha sido cheia de vida com as suas muitas actividades económicas, desmoronou. As pessoas perderam os seus empregos e muitos trabalhadores frustrados acusaram o governo e viraram-se para a Renamo.

O Presidente do Município Massane, não tinha ligações com a Renamo durante a guerra. “O que me faz doer mais é que eu trabalhei 30 anos na indústria do caju, mesmo durante a guerra. Os trabalhadores foram

2 Hanlon, J. e T. Smart, *Há mais bicicletas – mas há desenvolvimento?* Maputo, Missanga Ideias & Projectos, 2008

simplesmente despedidos. O governo só indemnizou os que ficaram sem emprego depois de muita pressão, mas com muito menos do que o suficiente.” As companhias não assumiram muita responsabilidade pelos trabalhadores. Perguntei se Massane sabia da política do Banco Mundial. Ele respondeu, “Sim conheço. A condição era que toda a produção de castanha em bruto devia ser exportada. Por causa da crise na Índia e na Guiné, o mercado de Moçambique foi liberalizado. Os exportadores ficaram com todos os privilégios; significou lucro rápido para os comerciantes, mas eles não pagaram aos trabalhadores. O Banco Mundial queria processamento manual em vez do processamento mecânico que fazíamos, mas isso não é apropriado nem adequado. As pessoas eram pagas ao kilo, abaixo do salário mínimo legal, como escravos.”

Massane estava convencido que em Novembro seria reeleito. “Acredito na vitória apesar da fraude e dos jogos sujos.” Ele é de Angoche, e acusa o governo de excluir os nativos de Angoche dos serviços públicos. Recebe pouco apoio do governo distrital, diz ele, e os municípios da Frelimo são privilegiados. “A capacitação da Awepa é bem-vinda,” diz Massane, “mas agora temos pouco apoio da comunidade internacional. A gemelagem com a cidade portuguesa da Figueira da Foz não funciona.” Massane sonha com melhores estradas, água e um novo cemitério, e com novos investimentos em turismo: “Temos uma praia virgem de 40 quilómetros de extensão.” Menciona que ainda não iniciaram de explorar esta oportunidade durante o seu mandato mas não

dá uma razão. E o seu novo mandato nunca chegou, ele não foi reeleito. Não houve evidência nem indicação de fraude, dizem bem-organizados observadores nacionais.

Progresso, mas porque não há mulheres no governo local?

Os mesmos sonhos sempre voltam: uma cidade limpa, água, estradas. Carlos Tembe, antigo funcionário da OJM, agora é chefe do Departamento de Municípios do partido Frelimo. Quando o encontrei em Maio de 2008, ele deu algumas indicações de progresso. “Chimoio era uma cidade limpa mas degradou-se; agora é suja. Em contraste, Tete vai muito bem, a maneira como o Presidente do Município trabalha é boa. Ele não fica no gabinete; fala com a população.” As taxas locais provocam frequentemente debates difíceis. Os municípios recebem apoio financeiro do governo central mas os salários locais devem ser pagos com os rendimentos locais. “Quelimane cobra taxas das bicicletas-taxi. Na Ilha de Moçambique, o conselho municipal prometeu não cobrar taxas mas acabou por fazê-lo e a população está revoltada.”

Rita Muianga, Presidente do Município do Xai Xai, da Frelimo, era membro da Assembleia em 1998, mas substituiu o antigo Presidente quando ele morreu. Em 2003, um grupo de mulheres dirigiu-se a ela, dizendo “queremos que seja a nossa próxima Presidente do Município.” Ela foi eleita mas ficou uma das raras mulheres presidentes nos concelhos municipais. Mesmo depois das eleições de 2008 apenas 3 em 41 presidentes são mulheres. As outras duas vilas

são Mandlacazi e Marrupa. As quotas garantem às mulheres lugares na lista de candidatos nacionais mas esta regra nunca foi estabelecida para os municípios. E no entanto a história de Moçambique tem trazido muitas mulheres fortes para a linha da frente e é frustrante ver como a nível local elas são postas de lado. “Nós envolvemos as mulheres o mais possível.” diz Rita Muianga. “As associações recebem apoio, especialmente as que defendem os grupos vulneráveis. O custo de vida aumentou e as pessoas têm de trabalhar na agricultura sem ter meios adequados. Tentamos apoiar as casas agrárias apoiando desta maneira os pequenos agricultores, muitos dos quais são mulheres.”

Juntos pela Cidade: uma lista de cidadãos em Maputo

Não havia muitos pequenos partidos nem os chamados ‘grupos de cidadãos’ capazes de estabelecerem uma boa posição ao nível local ao longo dos anos. Só dois dos cinco grupos de cidadãos de 1998 voltaram em 2003. Mas Juntos Pela Cidade tinha começado bem, ganhando 15 lugares nas primeiras eleições. O jornalista investigativo e crítico Carlos Cardoso, assassinado em 2000, foi um dos iniciadores.

Vejo-os nas ruas de Maputo durante a campanha de 2008, jovens caminhando em pequenos grupos. Distribuem panfletos do tamanho de postais e é difícil distingui-los no meio dos grandes camiões da Frelimo, cheios de gente e bandeiras, e dos carros mais pequenos da Renamo. “O JPC desempenhou um papel muito bom no primeiro período; apontaram o dedo às coisas que

não estavam bem,” diz Helena, uma cidadã bem informada de Maputo. “Mas agora já quase não participam. O líder do grupo, Philippe Gagneaux, desistiu.” O JPC foi particularmente um sucesso porque demonstrou como um partido de oposição progressista e independente podia se manifestar. Também demonstrou a outros pequenos partidos e grupos que o boicote não era uma boa estratégia.

Falo com Philippe Gagneaux em Novembro de 2008: “Retirei-me em parte por causa da pressão da minha família.” Mas a grande questão para ele é saber por que o apoio ao JPC diminuiu. “Tivemos sonhos depois das eleições. Foi um movimento iniciado por intelectuais mas tínhamos 35 núcleos a apoiarem-nos na primeira campanha. Eu fiz de tudo: escrevi declarações, lidava com 200 chamadas de telefone todos os dias.” Durante uma visita de trabalho ao Brasil com a Awepa, ele viu como os brasileiros trabalhavam com orçamentos participativos, dando à população a possibilidade de influenciar com as suas prioridades: “Isso entrava nas minhas percepções sobre democracia.” Gagneaux é crítico a respeito do Presidente do Município de Maputo Eneas Comiche, por exemplo sobre o seu modo de lidar com o trânsito e o transporte público. “Por que não ter um sistema público de transporte?” Falando sobre a fase actual diz: “O JPC está a tornar-se menos intelectual; os candidatos agora são dos subúrbios. Mas eles não têm o nível necessário para governar.” Em 2003 o JPC voltou para cinco assentos, afundando-se mais em 2008 para 2. Finalmente, o JPC não conseguiu corresponder às expectativas;

fracassou na consolidação das suas bases e no trabalho com elas.

Os populares presidentes de Maputo e Beira não são renomeados

Os populares presidentes das duas maiores cidades, Maputo e Beira, não foram escolhidos pelos seus partidos como candidatos para as eleições de 2008. Em Maputo, Eneas Comiche da Frelimo tinha conseguido criar credibilidade. A limpeza da cidade tinha sido importante para a população de Maputo. Comiche era conhecido por ser honesto e transparente e as pessoas sentiram que ele lidava com os principais problemas da cidade. “Porque ele não pode continuar e acabar o trabalho? Estamos satisfeitos com ele. Por que é que os partidos nunca ouvem o que a população quer?” É isso que oiço em Maputo. Gagneaux diz sobre ele: “Comiche não deu privilégios aos membros do partido. Foi por isso que o puseram de lado.” Comiche aceitou a escolha do partido. Em Novembro de 2008, o candidato da Frelimo David Simango (sem relação com Daviz Simango da Beira) foi eleito com 85.8% dos votos.³

O Presidente independente da Beira: está a chegar uma nova alternativa?

Na Beira, quando a Renamo não renomeou Daviz Simango para ser seu candidato, multidões massivas de pessoas inundaram as ruas pedindo-lhe que ficasse. Foi o que ele fez, candidatando-se como candidato independente, e ganhou com uma esmagadora

maioria. 61.6% dos votos foram para ele enquanto o candidato da Renamo ficou com 2.7%.

Duas semanas antes das eleições municipais falei com Daviz Simango. A pessoa que organizou o encontro conhecia-me; tinha participado activamente num seminário da Renamo e por isso foi de grande ajuda, porém evitou encontrar-se comigo. O momento era difícil; o pessoal lutava com a questão das suas lealdades.

O pai de Daviz Simango foi Uria Simango, alegadamente executado num campo de reeducação no início dos anos 1980s, juntamente com a esposa. Ainda é o símbolo moçambicano de como eram nesse tempo tratados os dissidentes. Estes e outros aspectos da política da Frelimo são as razões pelas quais Daviz Simango escolheu a Renamo, desde o início. Assim, porquê candidatar-se agora como candidato independente? “Eu sou Renamo, sempre serei da Renamo,” diz ele,” mas a minha candidatura foi imposta pelo povo. A população está atrás de mim. Só se o partido reconhecer o erro, se o Chefe indicar...” O seu gesto indica que não há mais palavras.

A escolha de Simango para se candidatar como independente teve consequências imediatas: o plano e orçamento para 2009 chumbou na Assembleia Municipal. “Todos os 19 deputados da Frelimo e 6 dos 25 da Renamo votaram contra; era uma ordem do partido.” Ele ri-se; “E agora choram porque este novo orçamento tinha uma nova escala de salários. Foi falta de conhecimen-

3 Boletim do Processo Político de *Moçambique*, Edição 37, Awepa/CIP, 15 Dezembro 2008

to. O município agora usa a versão antiga de 2008.” Pergunto como pode trabalhar sem o apoio da maioria na Assembleia. “Se a Assembleia rejeitar o plano três vezes, ela vai para a rua.”

Na opinião de Simango, a guerra da Renamo era inevitável. “As igrejas foram fechadas. Se tivesses duas palhotas uma era nacionalizada. Tentámos criar partidos políticos pacificamente. Por fim, a única alternativa foi pegar em armas.” Mas a crueldade da guerra era necessária? Ele evita dar uma resposta directa. “A luta pela independência foi de todos os moçambicanos. A Frelimo criou a ideia de que havia interesses estrangeiros. Mas não, a revolta foi nacional.”

Na época da entrevista, Simango ainda mantinha em aberto a possibilidade de regressar à Renamo, mas mais tarde isso tornou-se impossível. A Renamo vê-o agora como um traidor. Em Maio de 2009 houve um atentado contra a sua vida embora os antecedentes ainda não sejam claros. Simango anunciou a formação de um partido nacional, o MDM. Vários políticos seniores da Renamo que aceitaram o convite para assistir à cerimónia foram expulsos, entre eles Maria Moreno, chefe da bancada da Renamo. A criação do MDM parece já ter tido consequências para a Beira. Os buracos nas estradas voltaram – o Presidente do Município agora está ocupado com outras aspirações.

Grande afluência em 2008: quais são as perspectivas?

A afluência de eleitores foi surpreendentemente elevada: 46%, comparado com 28%

em 2003. As eleições de um modo geral correram bem.⁴ Mas a Renamo perdeu todos os seus cinco presidentes e não tem a maioria em nenhuma das assembleias. O GBD, um ‘grupo de cidadãos’ que apoiou Simango para as eleições, ganhou sete assentos. Pela primeira vez a Beira tem uma assembleia sem maioria para um dos grandes partidos. Isto dá bastante poder ao GBD porque pode escolher ajudar um ou outro partido e conseguir a maioria. A tradição de uma boa observação local, que cresceu nos últimos anos, funcionou. Foram feitas contagens paralelas de maneira organizada por um Observatório Eleitoral Nacional independente que coordenou também a preparação no país inteiro.

Campanhas e programas são agora locais e a população julga o governo local cada vez mais pelo que ele de facto faz. Mas a diversidade que se viu nas eleições de 2003 está em perigo. Quatro pequenos partidos e três listas de ‘grupos de cidadãos’ ganharam assentos na assembleia, mas de modo geral os pequenos partidos perderam terreno excepto na Beira. Aumentam as queixas contra o controle do partido no governo, tanto a nível nacional como dos municípios e diz-se que há alguma discriminação contra os municípios da Renamo. A Renamo de novo perdeu apoio mas as suas análises sobre as razões disso deviam ir para além de culpar os outros.

4 *Boletim do Processo Político de Moçambique*, Edição 37, Awepa/CIP, 15 Dezembro 2008

O partido de Simango MDM abre novas perspectivas a nível nacional e local. Podia oferecer um terceiro caminho, a alternativa que muita gente esperou, e podia romper a polarização bipartidária. Mas, mais uma vez, é um novo e difícil processo, que exige uma atitude democrática e espaço da parte dos dois partidos maiores. Requer capacidade para partilhar ou mesmo perder. E requer que o MDM faça aquilo em que a maior parte da oposição falhou: construir uma base e criar um programa sério e realista.

Agora o MDM tem a possibilidade de desenvolver um outro ponto de vista sobre as crueldades da guerra. Simango de certeza

tem razões para estar ressentido com o governo da Frelimo nos primeiros anos após a independência, mas como dirigente partidário e candidato presidencial potencial, uma abordagem honesta sobre os actos terroristas cometidos durante a guerra poderia contribuir para a sua credibilidade perante a população. Tal como os seus pais merecem reconhecimento, os inocentes que sofreram com a violência da Renamo durante a guerra merecem alguém que tenha a coragem de dizer que aquilo que lhes aconteceu foi errado, quem quer que o tenha feito. Também em relação a isto o MDM podia oferecer uma terceira via.

Capítulo 14

Pobreza e estabilidade: ‘não se pode comer democracia’

Muito do apoio internacional do pós-guerra centrou-se no funcionamento do sistema democrático mas, como disse o antigo Presidente Chissano numa palestra na Holanda em Abril de 2008: “A ideia na maioria dos países ocidentais é que a democracia vai trazer desenvolvimento. Sendo assim, a democracia é muitas vezes apresentada como uma pré-condição para a assistência ao desenvolvimento. Este é um pressuposto errado.” Na opinião de Chissano, é precisamente o contrário. Não se pode construir democracia com o estômago vazio. Além disso, o sistema complexo que Moçambique adoptou “não é sustentável a menos que haja uma forte base económica e financeira.”¹

Produzir para quem não pode comprar

Andando pelo mercado da Beira vejo pilhas de caixas de tomate. Há uma nova política do governo para estimular os camponeses a produzirem mais. As pessoas devem lutar contra a pobreza trabalhando mais. Mas os pobres já trabalham duramente, muitas vezes em condições mínimas e praticamente sem meios. As mulheres trabalham a terra com uma enxada primitiva, debaixo do calor do sol, carregando o bebé às costas. Conhecemos as bonitas fotografias feitas ao nascer do sol, mas isso não é romântico: é

simplesmente pobreza. As mulheres produzem para as suas famílias e para o mercado local, na esperança de conseguir algum pequeno lucro que lhes permita atravessar o período até à próxima colheita. Mas ganham de facto alguma coisa? Os tomates já começam a apodrecer; o trabalho a produzi-los parece ter sido em vão. Ao mesmo tempo, há gente faminta andando pelas ruas que ficaria feliz de ter alguma coisa com que encher o estômago. Não parece que seja um problema de produção nem de procura local, é antes um problema de poder de compra. As pessoas que não têm dinheiro não podem comer e as que produzem ficam mais pobres, porque aquilo que investem não dá lucro suficiente para pagar sequer os custos iniciais. Será que estas mulheres vão trabalhar duro e investir o seu dinheiro para a próxima vez? É uma espiral descendente.

É preciso uma injeção de dinheiro nas sociedades pobres para criar o muito necessitado poder de compra, através de salários decentes e pelo menos um nível mínimo de segurança social. Trazer dinheiro à sociedade pobre é um caminho para estimular a economia local e evitar a marginalização dos que estão abaixo da escala social.

Está a estabilidade moçambicana em perigo?

“A pobreza é o principal risco de conflitos pós-eleições,” diz a deputada Angelina Enoque da Renamo, em Maio de 2008. “A população mudou a sua atitude, como se pode ver na explosão de violência em Fevereiro passado. De Janeiro a Maio deste ano [2008] o custo de vida subiu todos os meses. O país tem de

¹ Chissano, J.A. *‘Democracy in Africa’*, Amsterdam, Evert Vermeer Annual Lecture 2008



Cada pedaço de terra é aproveitado para pequenas hortas de produtos alimentares em Maputo, 2007 (Pieter Boersma)

definir melhor as suas prioridades. E uma prioridade é produzir comida.”

A revolta de 5 de Fevereiro de 2008 em Maputo teve a ver com o preço dos transportes públicos.

Um motorista de taxi, trabalhando para um proprietário, explica que trabalha cerca de meio-dia para pagar só os custos do *chapa* (mini-autocarros privados) que o traz para a cidade. Precisamente nessa altura a radio transmite a sessão do parlamento em curso. “Ouve o que eles estão a dizer? A única ocasião em que todos estão de acordo é quando se trata do salário e dos carros deles. Deram a todos carros novos e veja como a população tem de chegar ao trabalho. O nosso trans-

porte não é importante.” É verdade, há longas filas para os *chapas*. Embora o aumento dos preços do transporte tenha sido revertido, ainda leva uma grande parte dos baixos salários. Aqueles que têm um bom salário vivem na cidade, mas os pessoal de apoio, os empregados domésticos e os motoristas com baixos rendimentos têm de construir as suas casas longe do centro. Não beneficiam das melhorias na cidade. Eles viajam nos *chapas* por más estradas, mudando duas ou três vezes e por cada vez pagando o preço inteiro. “Por dia custa-me 60 Meticais,” diz um amigo, um trabalhador sério que ganha um salário modesto; “assim, para mim vale à pena andar a pé três horas por dia. Não quero gastar tudo o que ganho nos *chapas*.”

60 MT na altura eram cerca de US\$ 2.20. O mais grave é que reverter o aumento do preço do transporte não é uma solução a longo-prazo. Os custos para os donos dos *chapas* também sobem e assim, mais tarde, os preços voltam a subir. Não há maneira de o evitar. Mas o real problema dos baixos salários – tão magros que não permitem que as pessoas usem os *chapas* – não é resolvido.

Em Abril e Maio de 2008 houve uma onda de violência na África do Sul contra moçambicanos e outros estrangeiros. O motorista de taxi diz furioso: “Sofremos muito no tempo do apartheid porque apoiávamos a luta. Esqueceram-se disso. O que fizeram os moçambicanos para merecer este comportamento? Eles sempre trabalharam duro nas minas. Agora muitos estão a voltar para Moçambique. Perderam tudo, não têm emprego, não têm nada.” Perguntar a razão pela qual se voltam contra os moçambicanos não é relevante; não há razão nenhuma. Mas a fúria dos jovens sul-africanos que não vêem nenhum futuro para si próprios faz medo. Eu esperava apelos de vingança, mas sobre isso nem uma palavra. “Isso não é a nossa maneira de resolver conflitos,” foi o consenso durante um debate na TV. “Temos de estar claros que os ataques são inaceitáveis, mas não haverá vingança. Isso só leva a uma nova espiral de violência.” E isso é a última coisa que os moçambicanos desejam.

Governança para todos

Embora ansiosos por evitar nova violência, os moçambicanos compreendem e partilham a frustração dos jovens sul-africanos. O sentimento de exclusão é um terreno fértil

que gera perigo também em Moçambique. A inclusão não é só uma questão de democracia, multipartidária ou outra; é uma questão de oportunidades iguais e governação para todos. A desigualdade está aumentando; carros e grandes casas são para os poucos privilegiados, enquanto a maioria do povo tem dificuldade em manter a cabeça à tona de água. Fome e desigualdade minam a credibilidade do actual sistema democrático. No sistema de livre mercado só um pequeno grupo colhe benefício

Num país pobre como Moçambique, resolver o problema da pobreza é difícil. Mas é também uma questão de escolhas políticas: a vontade de redistribuir a riqueza a nível nacional e internacional. Podem os países ricos continuar a tirar proveito da mão-de-obra barata e da exploração dos recursos naturais do Sul, enquanto os pobres pagam o preço? Pelo menos alguma coisa em troca tem que ser oferecida.

Salários decentes e preços justos são cruciais, mas são só o começo. Crescem os debates sobre segurança social ou um rendimento básico garantido. Há agora muitas experiências em curso, como a *bolsa família* no Brasil, um subsídio em dinheiro regularmente entregue às famílias mais pobres, ou pensões sociais e benefícios às crianças na África do Sul. E há exemplos moçambicanos: há 15 anos, quando acabou a guerra, foi providenciado a cada soldado desmobilizado uma quantia em dinheiro. (Ver Capítulo 6) Actualmente, são dadas pequenas quantias em dinheiro a mais de 100 000 pessoas idosas pobres, sobretudo

mulheres. Transferências de dinheiro oferecem uma nova perspectiva para reduzir o nível da pobreza. Pessoas com um pequeno rendimento garantido tendem a tomar mais iniciativas, as suas crianças são mandadas para a escola, e pode pagar-se o transporte para ir ao posto de saúde. Isto também estimula a economia local: através de maior poder de compra, a agricultura de pequena escala pode ser de novo lucrativa. Para os doadores, contribuir para um sistema social modernizado pode acabar por ser mais barato que a presente abordagem de projectos. Mais ainda, podia evitar problemas e conflitos que levam a perdas económicas e sofrimento humano, numa escala que nem se pode imaginar.

“É tempo de ver se esta democracia serve os pobres”

“O perigo de explosões sociais desencadeadas pela pobreza é real, como vimos recentemente no Quênia e na África do Sul” diz Veronica, uma mulher que trabalha em Maputo. “Nos primeiros anos depois do fim da guerra, assistimos a uma motivação por todo o país que Moçambique usou para se recuperar. Mas agora é tempo para ver se esta democracia serve realmente os pobres. Vejo uma grande diferença entre os discursos oficiais e a realidade para a população. Não só os mais pobres, mas também os trabalhadores, a classe média e as pessoas com emprego vêem como o custo de vida sobe constantemente, e como o dinheiro que ganham no final de contas não vale quase nada.”

Candido Mathe, da organização dos trabalhadores OTM, diz: “Não há empregos nas cidades. Temos de estimular o espírito empreendedor, criar capacidade para pequenos negócios, produzir e vender coisas. Nem todos podemos ter emprego pago, porque simplesmente não há emprego para todos. Precisamos das nossas próprias iniciativas. Porém falta uma política que crie infraestrutura e fortaleça os cidadãos. Iniciativas do governo de criar capacidades, ou iniciativas como a construção de diques para a gestão das águas, são bons exemplos do que podia ser feito. Os bancos não ajudam nas zonas rurais. Eu acredito na capacidade das pessoas para tomarem iniciativas se tiverem a oportunidade.” Depois acrescenta: “A vida é uma luta, tudo leva tempo. Mas o fosso entre a maioria da população e o topo está a alargar-se. As pessoas agora dizem, ‘eles só resolvem os seus próprios problemas, nós continuamos a viver na miséria, ninguém nos dá apoio para enfrentar o nosso custo de vida’.” O seu colega Moiane continua: “As pessoas já não votam. Dizem, ‘Votar ? Para quê? Para eles comerem? O que fica para nós?’” E diz uma amiga em Maputo: “Muitas pessoas agora pensam que as eleições não mudam nada.”

Um sistema democrático é capaz de tirar as pessoas da pobreza? Ou o acesso às necessidades básicas pode salvar a democracia? Comida e democracia são ambas necessárias, mas um estômago cheio é a primeira prioridade para a maioria das pessoas. Democracia sim, mas tem de reduzir as desigualdades e trazer desenvolvimento.

Capítulo 15

Conclusões: Por que funcionou o processo de paz?

Numa guerra que era em grande medida imposta do exterior, as igrejas encorajavam os moçambicanos a falar uns com os outros, sem envolvimento de nenhuma força estrangeira: “deixem os irmãos falar com os irmãos.” Quando as negociações começaram finalmente, estavam nas mãos dos dirigentes moçambicanos de ambos os lados. As negociações directas de Roma começaram em 1990 e o Acordo Geral de Paz foi assinado em 1992. Foi um acordo negociado, com passos detalhados a serem desenvolvidos no período de transição; ambos os partidos fizeram concessões. Apesar da pressão exterior, o acordo era deles. O Acordo Geral de Paz podia ser implementado porque era aceite por ambos os lados.

O momento certo

Moçambique tinha adoptado o sistema multi-partidário na sua constituição de 1990 e tinha aberto o país para o sistema de livre mercado. Ao mesmo tempo, a África do Sul, que tinha apoiado a guerra durante mais de uma década, estava a mudar e Nelson Mandela foi liberto. O muro de Berlim tinha caído. Os interesses do apartheid e da Guerra Fria tinham terminado. Uma a uma, as motivações para continuar a guerra desapareceram. A Renamo viu esgotar as suas fontes de apoio externo e as secas tornavam mais duro sobreviver no mato. E Moçambique, ao contrário de Angola, não

era rico em recursos naturais. Todos queriam o fim da guerra, porque ninguém tirava proveitos dela.

Amnistia, nenhum julgamento nem Comissão da Verdade: “se começamos a punir, onde vamos acabar”?

Desde os anos 1990s, os tribunais internacionais tinham começado a julgar criminosos de guerra. Esta prática é provavelmente um alívio para muitas vítimas após anos de impunidade. Mas ninguém pediu julgamentos em Moçambique. Não havia punições, nem sequer identificação sistemática de crimes de guerra. Superficialmente, parecia que tinha sido apenas um sonho mau e agora toda a gente tinha acordado. Não havia conversas em público sobre o que tinha acontecido, nenhum rancor visível, apenas olhar em frente. Mas, como as pessoas diziam “a dor não está esquecida”, e “não se fala do mal em voz alta porque ele pode voltar”. As cerimónias tradicionais na comunidade eram parte do processo de cura para aqueles que tinham cometido os crimes e para as suas comunidades, oferecendo perdão e aceitação. Mas entretanto, não foi prestada devida atenção às vítimas,

Aceitar o inimigo

A atitude do governo e das igrejas e organizações estabelecidas era evidente: aceitar e perdoar o inimigo, trazê-lo para a comunidade, pôr fim ao ódio e à divisão. E isto não acontecia pela primeira vez; o antigo presidente Samora Machel tinha questionado antigos administradores e colaboradores do regime colonial português depois da guerra colonial; se fossem culpados de crimes

contra a população de Moçambique e se admitissem a sua culpa, recebiam amnistia. Em 1986 e 1987, foi oferecida amnistia a combatentes da Renamo que se entregassem ao governo. O argumento para convencer a população era de que “eles também eram vítimas”, referindo-se ao facto de que muitos tinham sido raptados ou de qualquer modo recrutados à força. A aceitação do inimigo está dependente de os dois lados se aproximarem um do outro. Na sua fracção ao sair do mato, os combatentes da Renamo também tiveram de aprender a viver uma nova realidade. Reconciliação era a palavra chave, e era trazida para a cena pelos líderes políticos de ambos os lados, pela sociedade civil, pelas igrejas e pela imprensa. Começou a tentativa de lidar um com o outro, para criar uma coexistência no dia a dia, mesmo quando as feridas ainda não estavam curadas.

As organizações da sociedade civil e as igrejas envolveram o povo

O envolvimento massivo da população foi crucial. Tratava-se de reconciliação a todos os níveis mas também de compreender o que estava a acontecer, e tratava-se de discutir e participar nas mudanças. Os moçambicanos sabiam como discutir, como procurar juntos as soluções, estavam habituados a isso. As pessoas estavam intensamente curiosas sobre todos os elementos novos, como o sistema multipartidário e o voto directo e secreto. Era diferente daquilo a que estavam habituados, da tradição Africana de buscar o consenso e, mais recentemente, do sistema de partido único. As pessoas a todos os níveis queriam contribuir e espalhar a

mensagem. Um líder religioso diz: “Outros países não conseguiram incluir as populações a nível da base. Nós conseguimos, é a nossa grande lição.”

Aprender de Angola e tomar tempo para as negociações e mudanças

Moçambicanos e também a comunidade internacional aprenderam do fracassado processo de paz de Angola de 1992, quando logo depois das eleições a guerra se reacendeu. Tomaram o tempo necessário para elaborar um acordo detalhado e sério e prolongaram o período de transição por mais um ano, não só para preparar as eleições mas para dar mais tempo a outros elementos em presença: desmobilização e integração dos ex-soldados, regresso dos refugiados e construção do novo exército unificado. Cada um destes elementos necessitava de reconciliação, de encontrar os caminhos de trabalharem juntos, de aceitar o antigo inimigo como igual no trabalho do dia-a-dia.

A comunidade internacional deu apoio e actores principais aceitaram soluções moçambicanas.

A ONU também aprendeu as lições de Angola e mandou para Moçambique um Representante flexível e dedicado, que foi realmente capaz de ouvir e encontrar soluções não habituais. O processo recebeu apoio internacional massivo, uma coisa que falta em muitos países no período pós-guerra, e Moçambique estava satisfeito com isso. Era a única maneira de levar a cabo o Acordo de Paz e construir o sistema social e político na base da nova realidade. Moçambique tentou não se deixar dominar e manteve as

decisões chave nas suas próprias mãos. Organizações de confiança podiam estabelecer o seu suporte e intervenções em estreita cooperação, e foi-lhes pedido para começarem de imediato com base na experiência e nas estruturas moçambicanas. A Awepa foi uma dessas organizações. Os doadores ofereceram financiamento flexível que tornou possível começar os programas imediatamente. A ONUMOZ tinha uma grande presença na manutenção da paz e desempenhou também um papel político crucial em momentos muito tensos. Pela primeira vez numa operação de manutenção de paz, foi incluída um componente humanitário, a UNOHAC, assegurando à Renamo que os interesses humanitários nas suas áreas de controlo estavam igualmente garantidos.

Estabilidade durante a transição: o Acordo de Paz reconhecia o Governo e a Constituição

Moçambique manteve o seu governo em funcionamento durante o período de transição. Ninguém tentou impor quaisquer mudanças imediatas, como acontece em outras situações pós-conflito. Os dirigentes de ambas as partes tinham cuidadosamente estabelecido a via num Acordo de Paz detalhado, ao qual se comprometeram ambas as partes. E a via foi seguida estreitamente e com seriedade.

A procura de consenso complicou e atrasou a implementação, mas no fim funcionou

Foi um processo frágil. Consenso era uma palavra chave em praticamente todos os aspectos da execução do acordo. Isto atrasou

muitas vezes o processo; as conversações prolongavam-se durante dias sem produzir qualquer resultado. A Renamo abandonava a sala da reunião como forma de pressão e boicotou a conferência sobre a lei eleitoral. A Comissão Nacional de Eleições, CNE, tinha de tomar todas as decisões por unanimidade, baseada no consenso entre os 20 representantes dos partidos políticos. Eram regulares e frequentes os momentos tensos e por vezes o regresso à guerra esteve próximo. Mas a paz estava assegurada e as eleições correram bem, e, considerando as circunstâncias foram bem organizadas. Houve alta afluência às urnas.

O primeiro parlamento multipartidário: incluir os antigos inimigos e aprender juntos a tarefa

Fria como gelo: esta era a atmosfera no início da primeira sessão parlamentar que se seguiu às eleições de 1994. Havia uma falta de experiência total; o treino e o apoio internacional foram importantes. Mas os moçambicanos estavam ansiosos por aprender o trabalho, vendo a importância de construir o país e não desistindo agora da reconciliação. A competitiva democracia multipartidária podia intensificar as hostilidades mas não era isso que os novos deputados queriam. Os dois principais negociadores, Guebuza e Domingos, eram os novos chefes de bancada. Estavam habituados um ao outro, lutando pela sua causa mas no fim conseguindo compromissos. Eles queriam que esta nova experiência resultasse e nos momentos tensos procuravam soluções. Mas a desconfiança ainda era elevada e a primeira reunião acabou em hostilidade. Um

seminário prático e não convencional começou antes da primeira sessão. Foi organizado pela Awepa em cooperação com a direcção da Assembleia da República. Muitos acham agora que isto contribuiu para evitar que o novo parlamento se dissolvesse. A luta, através dos procedimentos, tornou-se política e a situação pouco a pouco normalizou-se.

As questões com que Moçambique se confronta agora

Consolidar a democracia e combater a pobreza são os desafios do momento. Moçambique ainda está na lista dos países mais pobres do mundo. A fome e a desigualdade podem minar a credibilidade do actual sistema democrático. A guerra não vai voltar na sua forma anterior mas o actual sistema multipartidário pode ter elementos divisórios e a futura estabilidade podia ser posta em perigo pela pobreza abjecta de uma larga maioria. No actual sistema de mercado livre, só um pequeno grupo tira benefícios. Modernizar o sistema social dando garantias mínimas, incluindo de rendimento, podia aliviar a situação, aumentando o poder de compra e estimulando assim a economia local.

Conclusão

Aceitar o inimigo foi difícil a todos os níveis da sociedade. A introdução de eleições e do sistema parlamentar ao estilo europeu, alheios ao sistema de tomada de decisões e às tradições moçambicanas existentes, tornou-se uma mudança quase impossível de gerir. Exigiu um modo de pensar totalmente diferente – mas ainda mais importante, para um país pobre e destruído, requereu uma organização e logística quase impos-

síveis. Os efeitos de mudanças radicais são muitas vezes subestimados, especialmente pelos países ocidentais que pressionam no sentido de eleições imediatas e de rápida introdução de um novo modelo.

O processo moçambicano foi sem dúvida um sucesso, tanto inicialmente como a longo prazo. Foi possível porque o acordo foi consensual e porque o apoio interno e externo foi excepcional. O factor mais importante foi o amplo envolvimento da população desde o início. A inclusão da população é de facto uma lição importante. Em Moçambique, igrejas e organizações da sociedade civil foram até às mais pequenas aldeias para discutir e explicar a nova realidade. Os moçambicanos fizeram uso massivo do período de alívio, esperança e motivação, para que a paz funcionasse.

Tolerância e perdão salvaram o processo de paz, mas isso teve um preço: nunca ninguém admitiu o que aconteceu; nunca ninguém pediu perdão. Ataques bárbaros são agora muitas vezes escondidos ou negados. Se há culpas, as duas partes são agora, em princípio, consideradas igualmente culpadas. Porque não houve uma Comissão da Verdade na qual estórias pessoais possam ser expressas e na qual as pessoas admitem que tomaram parte nelas, agora é difícil verificar o que realmente aconteceu. Mas, embora a história provavelmente venha a ser analisada passo a passo, é importante desde já manter as coisas em perspectiva. Negar a natureza cruel da guerra e o modo como ela começou, é agora uma ofensa às vítimas.

Restam ainda muitas questões: sobre o presente funcionamento das instituições democráticas, sobre ser da oposição, sobre oportunidades para pequenos partidos, sobre democracia a nível local e o papel das organizações da sociedade civil. As instituições democráticas perdem credibilidade se não conseguem resolver os problemas mais importantes. A pobreza e a marginalização são agora os problemas mais prementes. O desnível entre a elite e o pobre é enorme e tem aumentado ainda mais nos últimos anos. Se explodirem novos conflitos, será por causa da pobreza e falta de perspectivas.

Embora haja lições a aprender e conclusões a tirar, o processo não pode ser simplesmente copiado em outras situações. Pelo contrá-

rio, um dos pontos fortes é que ele pertence aos moçambicanos; foi um processo inclusivo e esteve ligado ao contexto moçambicano. Fez com que a ideia de inimigo desse lugar à ideia de uma pessoa pertencente ao mesmo país, uma pessoa com quem se podia cooperar. Os doadores chave foram flexíveis e respeitaram as decisões mais importantes de Moçambique, embora nem sempre totalmente convictos.

Dezassete anos após o Acordo de Paz, a luta de Moçambique ainda não acabou. E a maior parte da juventude não está interessada no passado, quer um futuro. Mas por causa do modo como Moçambique pôs fim a este conflito, há pelo menos um futuro pelo qual lutar.

Anexos

Datas históricas	136
Lista de entrevistados	138
Lista de abreviaturas	143

Datas históricas

Moçambique

População	Estimada em 22 milhões
Área	801,590 km ²
Capital	Maputo
Língua oficial	Português

Alguns dados históricos

Início dos 1900s	É vencida a resistência final e a administração colonial portuguesa estabelece-se em todo o país. Moçambique torna-se mais tarde uma 'província portuguesa', durante a ditadura de António Salazar (1932-1968) e Marcelo Caetano (1968-1974).
1962	É fundada a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), com Eduardo Mondlane como seu primeiro presidente.
1964	A Frelimo lança uma luta armada no norte de Moçambique, criando zonas libertadas. O mesmo acontece em outras colónias portuguesas em África, nomeadamente Angola e Guiné-Bissau. Portugal responde com uma guerra colonial apoiada pela OTAN.
1969	Mondlane é assassinado por uma bomba escondida numa encomenda postal.
1970	Samora Machel é eleito o próximo presidente da Frelimo.
1974	A 25 de Abril, um golpe de estado sem sangue levado a cabo por jovens oficiais do exército, abre as portas à democracia em Portugal e à independência das colónias.
1975	A 25 de Junho, Moçambique declara a independência. Samora Machel é o primeiro Presidente da República.
1976	A Rodésia, governada pela minoria branca, cria um movimento oposicionista, Mozambican National Resistance (MNR).
1980	A Rodésia torna-se Zimbabwe. O apoio ao MNR, agora chamado Renamo, é transferido para os militares da África do Sul, ainda sob um regime de minoria branca.
1981-84	A guerra intensifica-se com a Renamo revitalizada, apoiada pela África do Sul.
1984	Samora Machel assina o Acordo de N'komati com o governo da África do Sul que estipula o fim do apoio logístico ao ANC (African National Congress) por Moçambique. Em contrapartida, a África do Sul promete parar o seu apoio à Renamo.

- 1985 O quartel-general da Renamo na Gorongosa é capturado pelo exército governamental. São encontrados os ‘documentos da Gorongosa’ fornecendo provas de que a África do Sul ainda apoia a Renamo.
- 1986 Samora Machel morre num acidente aéreo suspeito e Joaquim Chissano torna-se o próximo Presidente.
- 1986 Tropas do Zimbabwe e da Tanzânia vêm apoiar o governo de Moçambique. A Renamo incrementa os ataques no Sul.
- 1987 Acontece em Homoine um massacre no qual são mortos 424 civis.
- 1990 Uma nova constituição abre o caminho para o sistema multipartidário.
- 1990 Começam oficialmente em Roma as conversações de paz.
- 1992 A 4 de Outubro é assinado o Acordo Geral de Paz entre o governo da Frelimo e a Renamo.
- 1994 Têm lugar entre 27-29 de Outubro, as primeiras eleições gerais multipartidárias.
- 1998 Têm lugar as primeiras eleições autárquicas nas quais são eleitos os conselhos e assembleias municipais em 33 cidades e vilas.

Lista de entrevistados

Nome:	Posição ocupada no período 1992-1996	Posição que ocupava em 2008/09 na altura da entrevista
Abibo, Tarcísio		Representante da Liga de Direitos Humanos em Nampula
Amosse, Rev. Lucas	Secretário-Geral do Conselho Cristão de Moçambique (CCM)	
Balate, André		Presidente do Centro de Promoção da Democracia CPDM; Presidente do Parena
Baloi, Obede Suarte	Oficial de Programas na Awepa Moçambique; sociólogo; pastor	Sociólogo e Docente na Universidade Eduardo Mondlane, Maputo;
Baltazar da Costa, Filipa	Secretária-Geral Adjunta da OMM; coordenadora do programa de educação cívica; deputado da AR pela Frelimo, círculo eleitoral de Tete)	
Boswijk, Mirjam	Trabalhando num programa de agricultura na província de Inhambane. Testemunha do massacre em Homoine.	
Cadeado, Ana Jaime (Anita)		Delegada Provincial em Sofala pelo Panamo; candidata às eleições municipais de 2008 para Panamo/Pimo
Carvalho, César de		Presidente do Conselho Municipal de Tete pela Frelimo, província de Tete
Charomar, Ana Madalena da Silva	Secretária Provincial da OMM Manica	Deputada da AR pela Frelimo, círculo eleitoral de Manica
Chitsondzo, Roberto Maxiamiano	Deputado da AR pela Frelimo, círculo eleitoral de Maputo Cidade	Idem

Nome:	Posição ocupada no período 1992-1996	Posição que ocupava em 2008/09 na altura da entrevista
Chuma, Maria	Secretária Adjunta da OJM; coordenadora do programa de educação cívica.	
Correia, Rafael		Presidente do Conselho Municipal de Montepuez Frelimo, província de Cabo Delgado
Cravinho, João	Formador em programas da Awepa; observador a longo prazo nas eleições de 1994	Secretário de Estado para a Cooperação e Desenvolvimento, Portugal
Domingos, Raúl Manuel	Chefe do Departamento dos Assuntos Políticos na Renamo; Chefe da Delegação da Renamo nas negociações. Depois de 1994: Chefe da bancada da Renamo; Deputado da AR, Membro da Comissão Permanente	Presidente do partido PDD
Enoque, Maria Angelina Dique	Deputada da AR pela Renamo, Membro da Comissão Permanente; círculo eleitoral de Manica	Idem
Gagneaux, Philippe		Presidente do Grupo de Cidadãos 'Juntos Pela Cidade' Maputo
Gamito, Alfredo Maria	Governador da província de Nampula; Ministro da Administração Estatal	Deputado da AR, Frelimo, círculo eleitoral de Nampula
Hackenberg, Inez	Representante da Awepa em Moçambique 1999-2000.	Oficial de programas para ONG Holandesa HIVOS
Juma, Marcos	Presidente do partido Panamo, Deputado da AR pela coligação UD, Membro da Comissão Permanente, 3º Vice-Presidente	Presidente do partido Panamo

Porque prevaleceu a paz: Moçambicanos respondem

Nome:	Posição ocupada no período 1992-1996	Posição que ocupava em 2008/09 na altura da entrevista
Lipapa, Ernesto Cassimuca	Deputado da AR pela Frelimo, círculo eleitoral de Cabo Delgado	Idem
Lôbo de Odadília, Augusta	OMM Nampula e Nacional	
Machambisse, Francisco Domingos Paulo	Deputado da AR, Renamo, círculo Eleitoral Sofala	Idem
Magaia, Sara	Chefe do departamento de Informação no Secretariado da OMM nacional, co-organizadora de seminários de educação cívica.	
Mapache, Adriano Manuel	Funcionário no Ministério da Defesa	Coordenador Nacional do NIMD
Massane, Alberto		Presidente do Conselho Municipal de Angoche pela Renamo, província de Nampula
Mathe, Candido João	OTM Central Sindical, Maputo	Idem
Matsimbe, Elias		Secretário do Centro de Promoção da Democracia (CPDM), Presidente do partido Ecologista-Verde
Matusse, Ângelo	Representante da Awepa Moçambique 2000-2008	
Mazula, Brazão	Presidente da CNE 1993-94; Reitor da Universidade Eduardo Mondlane Maputo	
Mendonça, Ana	Formadora em programas da Awepa de educação cívica e para o parlamento;	
Moiane, João	OTM Central Sindical Maputo	Idem
Mondlane, Justino	OJM Matola	
Muchanga, Albino Faife Ducaza	Deputado da AR para Renamo, círculo eleitoral Manica	Idem

Nome:	Posição ocupada no período 1992-1996	Posição que ocupava em 2008/09 na altura da entrevista
Muianga, Rita		Presidente do Conselho Municipal Xai-Xai pela Frelimo, província de Gaza
Mulémbwè, Eduardo Joaquim Dinis Erasto.	Presidente da AR	Idem
Mulembwe, Joana Manuel	OJM Maputo	
Mupengue, Paulo Naftal	Chefe das Finanças do Secretariado Geral da AR.	Assessor do Secretário Geral da AR
Mururuia, Pastor Arlindo	CCM Nampula	CCM Nampula, NGO Amode Nampula
Mutungamira, Pastor	CCM Sofala	CCM Sofala, Coordenador ONG Sofala
Nazive, José Efraim		Secretário da OTM Beira
Pereira, Manuel Fernandes	Delegado provincial político da Renamo em Sofala, Deputado da AR, Renamo, círculo eleitoral Sofala	Deputado da AR, Renamo, círculo eleitoral Sofala
Rafael, Virgínia	Chefe do Departamento das Finanças no Secretariado da OMM national, e co-organizadora de seminários de educação cívica.	
Sengulane, Dinis Salomão, Bispo dos Limbombos	Bispo Anglicano, Presidente do Conselho Cristão de Moçambique (CCM)	Bispo Anglicano
Schade, Ernst	Coordenador da ONG Noruega Redd Barna em Moçambique	
Sibambo, David Zefanias	Secretário-Geral da AR.	Juiz conselheiro no Tribunal Administrativo
Siemensma, George	Delegado Provincial de Sofala e Inhambane para UNOHAC	
Simango, Daviz		Presidente do Conselho Municipal (PCM) para Renamo. Depois das eleições de 2008: PCM independente; Presidente do partido MDM

Porque prevaleceu a paz: Moçambicanos respondem

Nome:	Posição ocupada no período 1992-1996	Posição que ocupava em 2008/09 na altura da entrevista
Tembe, Carlos	OJM nacional, coordenador do programa para para educação cívica.	Chefe do departamento do partido Frelimo para as autarquias
Tivane, Pastor	CCM Sofala	Coordenador provincial do CCM Sofala
Ululu, Vicente Zacarias	Secretário-Geral da Renamo; Membro da delegação da Renamo nas negociações; depois de 1994: Deputado da AR para Renamo; membro da Comissão Permanente, Vice-Presidente da AR	Deputado da AR Renamo, Membro interino da Comissão Permanente,
Valigy, Ismael	Assessor do Ministro da Justiça; membro da CNE; formador em programas da Awepa para educação cívica	
Victor, Anselmo	Delegado político da Renamo em Maputo; membro da Comissão Mista da Verificação (COMIVE); Membro da CNE	Deputado na AR; círculo eleitoral Zambézia
Vitorino, Gertrudes da Conceição Frederico	Secretária das Relações Exteriores da OMM; Coordenadora do programa de educação cívica; deputada pela Frelimo, círculo eleitoral Maputo	
Zita, Boaventura	Chefe do departamento da comunicação na CCM Maputo; Coordenador Nacional de programas de educação cívica	Idem

Quando se usa no texto apenas o primeiro nome, trata-se de pseudónimo

Lista de abreviaturas

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AGP	Acordo Geral de Paz
AWEPA	Associação dos Parlamentares Europeus para Africa
AWEPAA	Associação dos Parlamentares da Europa Ocidental para a Acção contra o Apartheid
BPPM	Boletim do Processo de Paz de Moçambique
CARE	Cooperativa para a Ajuda Americana no Mundo
CCM	Conselho Cristão de Moçambique
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CJPR	Comissão para a Justiça, Paz e Reconciliação
CPDM	Centro para a Promoção da Democracia Multipartidária
EUA	Estados Unidos da América
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
IRI	Instituto Republicano Internacional
MNR	Movimento Nacional de Resistência
NDI	Instituto Nacional para a Democracia, (US National Democratic Institute).
NIMD	Instituto Holandês para a Democracia Multipartidária
OIM	Organização Internacional de Migrações
OJM	Organização da Juventude Moçambicana
OMM	Organização da Mulher Moçambicana
ONG	Organização Não Governamental
OTM	Organização dos Trabalhadores de Moçambique
ONJ	Organização Nacional de Jornalistas
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUMAZ	Operações das Nações Unidas em Moçambique
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
STAE	Secretariado Técnico da Administração Eleitoral
UE	União Europeia
UNOHAC	Gabinete de Coordenação da Assistência Humanitária das Nações Unidas

Ficha técnica

Tradução

Maria de Lourdes Torcato, Maputo

Editora

Annick Osthoff

Concepção gráfica

Lena Shafir

www.shafir-etcetera.com

Infographic

Marjolein Luiken

www.marjoleinluiken.nl

Impressão

robstolk®

www.robstolk.nl

AWEPA

Escritório na Europa

Prins Hendrikkade 48

1012 AC Amsterdam

The Netherlands

amsterdam@awepa.org

Escritório em Moçambique

Rua Licenciado Coutinho 77

CP 2648 Maputo

Mozambique

awepa@awepa.org.mz

Esta publicação pode ser descarregada livremente
do website www.awepa.org

Why peace worked: Mozambicans look back

ISBN / EAN 9789078147091

Porque prevaleceu a paz: Moçambicanos respondem

ISBN / EAN 9789078147107

© Lucia van den Bergh